Heloisa de Faria Cruz

São Paulo em Papel e Tinta

Periodismo e Vida Urbana - 1890/1915

SÃO PAULO EM PAPEL E TINTA
Periodismo e Vida Urbana 1890/1915

Heloisa de Faria Cruz

Como acessar links de periódicos citados

O e-book *São Paulo em Papel e Tinta* traz 106 títulos citados pela autora com links para jornais e revistas do acervo digitalizado da Hemeroteca do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Esses títulos ficam em destaque, na cor vermelha, com um link, na primeira vez em que são citados. Veja um exemplo:

> do que seria a imprensa periódica e a leitura corrente no período. Os vagos e muitas vezes irônicos expedientes de tais publicações, declarando "redatores diversos" (**A Penna**, 1882), "redação anônima" (**O Alfinete**, 1915), "sai quando pode" (**O Gaiato**, 1905), "redação em toda parte" (**A Farpa**, 1887), "escritório na mesa do canto do café Guarany ou no olho da rua" (**O Garoto**, 1900) ou mesmo o uso de inúmeros pseudônimos para

Os mesmo títulos estão com links também na página de Fontes (Jornais e Revistas):

JORNAIS E REVISTAS

- Álbum das Meninas (1898/1900)
- O Alfinete (1915)
- O Amigo do Povo (1902)
- Anima e Vita (1905)
- Antarctica Illustrada (1902/1904)

Ao clicar nesses títulos, o leitor que estiver conectado à Internet acessará um exemplar do periódico diretamente do acervo digitalizado do site do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Caso tenha alguma dúvida em relação ao acesso, envie para editoria@arquivoestado.sp.gov.br.

AGRADECIMENTOS

Este livro resultou de minha tese de doutorado, defendida no Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, entre os anos de 1990 e 1994. Naquela trajetória, tive o privilégio de contar com inúmeras contribuições. Ao professor Marcos Antônio da Silva, agradeço não só o cuidado com que acompanhou os vários momentos de pesquisa e da redação da tese, mas, sobretudo, o respeito e a paciência com que conduziu essa complexa relação orientador/orientanda.

Além do orientador, participaram das bancas de qualificação e defesa as professoras Déa Ribeiro Fenelon, Maria Célia Paoli, Ana Maria Camargo e Maria Amélia Dantes e o professor Antônio Carlos Barreiro. A todos agradeço a pertinência dos comentários críticos e sugestões de pesquisa, sobretudo o modo gentil de suas intervenções. À professora Déa, professora no curso de graduação em História na Universidade de Brasília, orientadora de minha dissertação de mestrado desenvolvida na UNICAMP e colega do Departamento de História na PUC/SP, agradeço, especialmente, o privilégio das marcas de um convívio intelectual e humano que já dura mais de 20 anos.

O Departamento de História da PUC/SP, abrindo mão de minha participação mais efetiva nas rotinas cotidianas do curso no período de redação final do trabalho, abriu espaço para que ele pudesse ser concluído. Aos colegas do Departamento, Olga, Rosário, Pilar, Antonieta e outros amigos historiadores, agradeço os momentos de troca e apoio na realização da pesquisa.

Meus alunos, principalmente aqueles que atuaram como bolsistas de iniciação científica e aperfeiçoamento no projeto “Imagens Paulistanas”, Lauro, Selma, Nívea, Dalton e Daniela, ajudaram a construir um espaço rico de aprendizagem coletiva no qual a pesquisa individual ganha um sentido político muito mais claro.

Gostaria de salientar também o atendimento solícito e atencioso de funcionários e corpo técnico das diversas instituições em que realizei a pesquisa, agradecendo especialmente ao pessoal do Arquivo do Estado e a Brás Ciro Gallota, que me ajudou com a preciosa coleção de periódicos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Por fim, cabe registrar o apoio institucional do CNPq, da Fapesp e da Comissão de Pesquisa do Conselho de Ensino e Pesquisa fundamental na viabilização deste estudo.

EDIÇÃO DO NATAL

A VIDA MODERNA

ANNO II S. Paulo, 25 de Dezembro de 1907. N.os 29 e 30

Revista quinzenal illustrada

Politica. · Literatura. · Arte. · Critica. · Sport e Variedades

Prefácio

IMPRENSA E VIDA URBANA EM SÃO PAULO: REVISITANDO O TEMA E A PESQUISA

> Uma revista, como um jornal, terá de ter, forçosamente, um caráter e uma moral. De um modo genérico: princípios. Dessa obrigação não estão isentas as revistas que se convencionou apelidar de frívolas. A função da revista ainda não foi, entre nós, suficientemente esclarecida e compreendida. Em paiz da estensão desconforme do Brasil, que é um amalgama de nações com uma só alma, a revista reúne um complexo de possibilidades que, em certo sentido, rivalizam ou ultrapassam as do jornal. O seu raio de ação é incomparávelmente mais amplo no espaço e no tempo. Um jornal está adstrito às vinte e quatro horas de sua existência diária. Cada dia o jornal nasce e fenece, para renascer no dia seguinte. É uma metamorphose consecutiva. O jornal de hontem é já um documento fora de circulação: um documento de archivo e de biblioteca. O jornal dura um dia. Essa existência tão intensa como breve, dificulta os grandes percursos. É um vôo celere e curto. O jornal é a própria vida. A revista é já um compêndio da vida. A sua circulação não está confinada a uma area traçada por um compasso cujo ponteiro móvel raro pode exceder um círculo de raio superior a sua distância máxima percorrível em vinte e quatro horas. A revista circula desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul, infiltra-se por todos os municípios, utiliza na sua expansão todos os meios de condução terrestre, maritima, fluvial e aérea; entra e permanece nos lares; é leitura da família e da vizinhança. A revista é o estado intermediário entre o jornal e o livro.

O parágrafo acima é parte do extenso editorial que, em 10 de novembro de 1928, trazia a público o número inaugural daquela que seria a principal revista semanal brasileira no decorrer do século XX: a revista *O Cruzeiro*, publicada regularmente pelos Diários Associados entre 1928 e meados da década de 1970.

Sinalizando a superação de um período de grande experimentação e disputa no campo de produção periódica em seus vários gêneros e formatos, e que se torna mais visível no periodismo brasileiro na virada do século XIX ao século XX, *O Cruzeiro*, em seu editorial de lançamento, já pode afirmar, de forma inequívoca, as diferenças das revistas em relação aos jornais. Rico de significações, o editorial propõe algumas pistas sobre a

natureza desse processo de afirmação do gênero revista no Brasil e sobre as estratégias, concepções e disputas que configuraram o processo de conformação das revistas brasileiras nas décadas anteriores.

Ao assumir de forma positiva e sem maiores constrangimentos a qualificação de frívola para as revistas brasileiras então em circulação, *O Cruzeiro* não só se coloca no campo da produção da leitura leve e de entretenimento como sinaliza quais foram as direções triunfantes do gênero revista nos momentos anteriores. E aponta, também, como, no processo de popularização da imprensa então em curso, as revistas articulam-se às novas sociabilidades urbanas e, por meio de correspondentes e dos novos ritmos advindos do desenvolvimento dos transportes e do telégrafo, buscam públicos nacionais.

Em São Paulo, esse movimento de afirmação das revistas configura-se a partir da segunda década do século XX, indicando um processo de estreitamento da diversidade das publicações e da atuação dos grupos produtores no campo do periodismo literário, cultural e de entretenimento. Diferentemente dos processos das décadas anteriores, as disputas circunscrevem-se, então, a uns poucos projetos editoriais. Num espaço delimitado por empreendimentos marcadamente comerciais, com estruturas profissionais mais definidas, um número bastante reduzido de revistas disputa a hegemonia na área da produção de publicações ilustradas e de entretenimento. No final da segunda década do século XX, temos *A Vida Moderna* e *A Cigarra*, principais revistas do gênero publicadas na cidade; assumindo ser cada uma a revista de maior tiragem e circulação no estado de São Paulo, travam acirrada disputa pela conquista dos públicos paulistano e paulista.

O processo histórico que configura a vitória das revistas leves e "apelidadas de frívolas", como *O Cruzeiro* e *A Cigarra*, é marcado por tensões e direções diversas. Assim, se recuarmos alguns anos, manifestações de editores de vários gêneros de publicações, principalmente da rica imprensa operária do período, indicam sentidos e direções diversas nesse campo de disputa sobre o processo de popularização do periodismo em São Paulo.

> A imprensa burguesa exerce, sem dúvida, uma grande influência sobre o povo. Ela poderia ser um importante fator na cultura e na formação de sua mentalidade. Mas como está mercantilizada, como o seu fim é exclusivamente o lucro, a sua influência não pode ser mais prejudicial e execrável.

Trecho de um artigo de *A Voz do Trabalhador*, de 15 de julho de 1908, órgão da Confederação Operária Brasileira. Publicada sob o título "A imprensa e a mentalidade popular", a citação acima permite explorar diversas questões sobre a expansão e a popularização da imprensa naquele momento. Em princípio, tal avaliação, representativa das posições da imprensa anarquista-libertária sobre a "imprensa burguesa", ao exprimir a concepção de importantes setores do movimento operário do período, delimita a imprensa enquanto importante campo da luta social.

Num primeiro plano, sinaliza que o processo de conquista e expansão da cultura impressa sobre terrenos sociais anteriormente alijados dos circuitos da cultura letrada não se configurou enquanto terreno da mera homogeinização cultural. Assim, também aponta para a crescente articulação do periodismo ao mercado e às práticas mercantis. Por outro

lado, identificando a mentalidade popular enquanto alvo e objeto da disputa, formula a questão central na discussão sobre a importância da imprensa na formação do povo.

Em outra edição, a do dia 13 de maio de 1909, em matéria veiculada sob o título "Concurso contra concurso", a mesma publicação, indignada, se insurge contra um concurso lançado na "imprensa burguesa" que se propõe a eleger o operário mais popular e simpático dos subúrbios, e, em retaliação, lança a proposta de eleição, pelos leitores da *Voz do Trabalhador*, do jornalista mais crápula e mais mistificador do Rio de Janeiro. Seus argumentos ao criticar o concurso se deixam ver na matéria:

> Decididamente é preciso abrir séria campanha contra a esploração jornalística que visa corromper cada vez mais o operariado. Ainda agora, a "Imprensa" acaba de iniciar um concurso para saber "Qual o operario mais popular e simpático dos subúrbios".
> É um recurso comercial – reclame para o jornal e imprudente caçada ao níquel de operários simples que têm ainda fé de todas as espécies: nos jornalistas, no Estado, na religião e nas boas intenções dos patrões. [...] É um pernicioso movimento que pretende despertar a vaidade no operariado, distraindo-o, afastando-o das lutas de reivindicação [...]

É sobre esse período de emergência e afirmação do periodismo paulista e as questões propostas pelos processos de experimentação e disputa no campo da imprensa paulista e paulistana, entre os anos de 1890 e 1915, que se desenvolve a análise de *São Paulo em Papel e Tinta*. Tendo como base a pesquisa num conjunto extremamente diverso e significativo de publicações da pequena imprensa, editadas na cidade de São Paulo no período, e problematizando as relações entre cultura e cidade no momento inicial de formação da metrópole paulistana, enfatiza as articulações entre periodismo, cultura letrada e vida urbana.

A adoção do conceito de periodismo em referência à comunicação impressa e periódica, ainda hoje pouco utilizado nos estudos históricos, propõe pensar a imprensa como prática social constitutiva e instituinte dos modos de viver e pensar a cidade. Com o uso proposital da noção de periodismo, busca captar o movimento de fazer imprensa como experiência e prática cultural de sujeitos sociais, surpreendendo as redes sociais de comunicação que aí se constituem. No diálogo crítico com as experiências e motivações dos diferentes grupos produtores daquelas publicações, indaga sobre os sentidos do fazer imprensa, apontando para disputas em meio as quais esses personagens e suas publicações se moviam naquele tempo.

Como indica Raymond Williams em seu artigo sobre a imprensa popular inglesa[1], uma abordagem corrente entre nós historiadores, cientistas sociais e estudiosos da comunicação é aquela que faz da História da imprensa um campo isolado, que referencia a si mesmo, sem buscar as conexões e vínculos não só com a História de outras formas de comunicação, mas também com a História Social mais ampla, desde os movimentos políticos e sociais às conjunturas e processos econômicos, aos movimentos e formações culturais aos quais as formas históricas da imprensa se articulam de modo mais específico.

1 WILLIAMS, Raymond. Imprensa e cultura popular: uma perspectiva histórica. *Projeto História*: História e Imprensa, São Paulo, n. 35, p. 15-26, dez. 2007.

Na contramão de abordagens que privilegiam o estudo da imprensa como dimensão derivada ou paralela dos contextos sociais, ou que a utilizam tão somente como fonte de informação sobre esses mesmos contextos, na reflexão proposta, o periodismo é tratado como dimensão articulada do processo de constituição do espaço urbano e de afirmação e construção de lugares, sociabilidades e práticas culturais da cidade. A verticalização da pesquisa nos diferentes veículos evidencia práticas, sentidos, ambientes e as redes de comunicação social que articulam os variados projetos editoriais que dão corpo a esse periodismo.

Adotando a perspectiva proposta por Jurgen Habermas[2] ao indicar a imprensa como instituição privilegiada da constituição da vida pública burguesa, trazendo a reflexão sobre a imprensa para o campo da História Social, a análise desvenda articulações entre os processos de desenvolvimento e transformação da cultura impressa, via estudo do periodismo, e as disputas sociais que transformam as sociabilidades e os modos culturais de viver na cidade. Assim, propõe dialogar com o processo de constituição e atuação de atores sociais por meio do estudo de uma gama extremamente rica e variada de periódicos por eles produzidos e que se constituíam em um dos principais espaços de articulação coletiva e de difusão e visibilidade pública de suas concepções, propostas e projetos.

Trata-se de entender a imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade e os movimentos de constituição e instituição do social que essa relação propõe.

Problematizando a noção da formação do popular massivo, como sugere Jesús Martin-Barbero[3], interessa refletir sobre os processos de renovação das linguagens e maneiras de contar na constituição de um estilo de fazer jornalismo que busca ampliar o seu universo de leitores, expandindo-se para além dos espaços cultos das elites letradas. Interessa, também, a partir da discussão mais detalhada de algumas dessas publicações, analisar os sentidos históricos de diferentes projetos editoriais que ali se colocavam em disputa, pondo em evidência propostas dissidentes ou de oposição aos modelos predominantes.

Pensar a imprensa com essa perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da História e não como mera depositária de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Como indicam Robert Darnton e Daniel Roche, é preciso pensar a sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica[4].

Inicialmente publicado pela Imprensa Oficial e pela EDUC, editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 2000, com o apoio do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), o livro foca as transformações da cultura letrada na cidade de

2 HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

3 MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

4 DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *A revolução impressa*: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: EDUSP, 1996.

São Paulo por meio do estudo da dinâmica e do desenvolvimento da pequena imprensa e, principalmente, do periodismo dito cultural, de variedades ou ilustrado.

Resultado de pesquisa desenvolvida com alunos do curso de graduação em História da PUC-SP, com o apoio da Comissão de Pesquisa da Universidade e da FAPESP, o livro foi apresentado inicialmente como tese de doutoramento, sob o título "Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada, periodismo e vida urbana – 1890/1915", desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva no Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), em 1994. O projeto de pesquisa e o livro original contaram também com a participação do pessoal do APESP, destacando-se o apoio decisivo do Dr. Fausto Couto Sobrinho e de Lauro Ávila Pereira, respectivamente Diretor Geral e Coordenador da área de Apoio à Pesquisa da instituição na época.

A pesquisa teve como uma de suas motivações a avaliação da importância crucial dos meios de comunicação, especificamente da imprensa, na configuração da esfera pública no século XX. Para além de visões mais escatológicas sobre a morte iminente da cultura impressa – que hoje se insere num campo mais complexo delineado por sistemas de satélites e cabos, por novas tecnologias e redes de informação –, em relação à imprensa, é fácil constatar que o seu uso, faz algum tempo, encontra-se disseminado nos ambientes de investigação das Ciências Sociais e das Humanidades. Nos diversos campos de pesquisa, da Comunicação à Semiótica, da Crítica Literária à Educação, a imprensa aparece como fonte e objeto de pesquisa. Também na área da História, na pesquisa e no ensino sobre os mais variados temas e problemáticas, a utilização de materiais da imprensa, hoje, está cada vez mais generalizada[5].

Nos últimos 30 anos, o movimento de incorporação crescente dos materiais da imprensa nos ambientes da pesquisa histórica articula-se ao desenvolvimento dos estudos históricos sobre a imprensa brasileira. Sinal da consolidação de um campo de investigação pode ser avaliado pelo grande número de trabalhos sobre o periodismo brasileiro em diversos momentos de nossa história que a consulta a diretórios de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação de História revela. Vale notar que a reedição do estudo clássico de Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, no final de 1999, 38 anos após o lançamento de sua primeira edição, indica um momento de vitalidade e desenvolvimento dessa tradição dos estudos voltados para a História de nossa imprensa. Desde o final da década de 1970, com a reorganização dos cursos de pós-graduação, pesquisas diversas com diferentes enfoques e abordagens, em sua maioria apresentadas como dissertações e teses, fazem da imprensa brasileira seu objeto de estudo.

Abrindo o leque temático, nas últimas décadas tais estudos ganharam maior especificidade, distanciando-se de propostas mais generalistas. Nesse campo, destacam-se pesquisas sobre a chamada grande imprensa, sobre publicações paulistas, sobre a imprensa carioca, bem como sobre grandes jornais dos principais estados brasileiros. Também ganha destaque o estudo de publicações culturais, humorísticas, educacionais e esportivas, assim como de revistas noticiosas e de variedades, e de publicações mais especializadas,

---

5 Para discussão mais detalhada de questões teórico-metodológicas do uso da imprensa na pesquisa, ver CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, v. 1, p. 22-38, 2008.

voltadas para segmentos específicos do público – imprensa feminina, negra, operária e sindical, alternativa, popular ou comunitária, entre outras.

Assumindo então essa dinâmica de renovação dos estudos sobre a imprensa brasileira, naquele momento, um dos objetivos centrais do projeto de pesquisa que deu origem à tese, desenvolvido sob o título "Imagens Paulistanas", era também o alargamento do universo de fontes para a pesquisa e reflexão histórica sobre o viver urbano e a imprensa paulistana na virada do século XIX ao XX. A ideia era a de, como propõe Beatriz Sarlo[6], a partir da renovação dos registros e dos materiais disponíveis para os pesquisadores, promover novas e diferentes indagações e perspectivas teóricas sobre tais temáticas.

No interior daqueles esforços que, em sua maioria, privilegiavam os estudos sobre os grandes jornais e revistas, nossa preocupação voltou-se para o que passamos a denominar de *pequena imprensa*. Nesse campo, identificávamos uma grande variedade de periódicos que se constituíam de modo sistemático ou de maneira mais intermitente, mas não menos articulada na vida social do que os grandes jornais. Periódicos que, na maioria das vezes, eram produzidos por pequenos grupos editoriais, sendo dirigidos a públicos mais específicos e restritos, trazendo interesses mais explícitos, seja de comunidades diversas ou de bairros da cidade, projetos e práticas culturais específicas, movimentos de novas sociabilidades e práticas culturais, com projetos políticos diversificados, e dando visibilidade aos embates na conformação da esfera pública em que se davam a conhecer e se materializavam.

A parceria entre o Centro de Documentação da PUC-SP (CEDIC) e o Arquivo do Estado, em 1997, na publicação de *São Paulo em Revista: Catálogo de Publicações da Imprensa Cultural e de Variedades Paulistana (1870-1930)*, primeiro fruto do projeto, revelou-se um instrumento de pesquisa que reúne referências sobre uma gama extremamente variada, e até aquele momento dispersa e pouco conhecida, de coleções de publicações da pequena imprensa periódica que vieram a público na cidade de São Paulo durante aquele período. Como se indicava na introdução do *Catálogo*, até então as pesquisas sobre as relações entre periodismo e cidade tinham como base um conjunto já identificado e bastante reduzido desses materiais. A partir desse momento, o *Catálogo* transformou-se num instrumento bastante difundido entre os pesquisadores da imprensa e da cidade, impulsionando muitos estudos sobre esses temas. Importante também indicar que, desde então, com a ajuda dos meios eletrônicos de reprodução e acesso, diversas instituições de pesquisa e arquivos deram passos significativos na organização e na disponibilização pública de coleções de periódicos da imprensa brasileira.

Índice da expansão e consolidação da área de pesquisa sobre a imprensa brasileira no decorrer das últimas três décadas é a preocupação com a preservação e com a construção de instrumentos de referência vindos a público a partir de projetos desenvolvidos em vários Estados. Nessa direção já apontava o pioneiro Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, coordenado pela Fundação da Biblioteca Nacional, em desenvolvimento desde 1982, origem da recém-lançada Hemeroteca Digital Brasileira. Esta, segundo informações do seu portal[7], já disponibiliza 5 milhões de páginas digitalizadas, incluindo periódicos raros ou extintos, número que se multiplicará com a continuidade da

6 SARLO, Beatriz. A história contra o esquecimento. In: ______. *Paisagens imaginárias*: intelectuais, artes e meios de comunicação. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 35-42.

7 Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

reprodução digital em curso. No caso de São Paulo, há de se destacar a disponibilização, ainda que com restrições comerciais de acesso, de acervo digital dos 137 anos de edições do jornal *O Estado de São Paulo*.

É dentro desse mesmo propósito de preservação e disponibilização ampla ao público do acervo de sua Hemeroteca que o Arquivo Público do Estado de São Paulo vem organizando o site "Memória da Imprensa"[8] e promovendo a digitalização de suas coleções de periódicos. Dispondo de uma Hemeroteca com uma coleção de mais de 200 títulos de importantes jornais da imprensa paulista e paulistana, e de aproximadamente 1.200 títulos e mais de 32 mil exemplares de revistas de São Paulo, de outros estados e também do exterior, o Arquivo vem progressivamente digitalizando e dando acesso, via seu portal, a esses materiais da imprensa.

Relevante destacar, ainda, que a riquíssima coleção de periódicos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que reúne mais de 3 mil títulos de jornais, revistas e folhas tipográficas do século XIX e início do século XX, e no interior da qual se localiza grande parte das coleções que serviram de base para a nossa pesquisa, encontra-se, desde 2008, sob a guarda do Arquivo. Na coleção do Instituto, a variedade de títulos é representada por um conjunto documental que abriga uma grande diversidade de publicações, denotando a emergência e a expansão da imprensa como espaço de manifestação pública dos mais variados grupos sociais e interesses políticos naquele contexto histórico. Grande parte do acervo é composta por exemplares únicos, ou primeiros exemplares do periódico, ou, então, por pequenas coleções de periódicos que tiveram vida efêmera, representantes típicos de um momento em que a imprensa ainda é bastante diversificada, indicando a formação de novos grupos produtores e de públicos leitores para o periodismo nacional. Apesar de quase desconhecidos das pesquisas acadêmicas, esses periódicos representam dimensões importantes do processo de formação do jornalismo paulista e de sua afirmação enquanto um ator político nas disputas públicas. A crescente digitalização dessas coleções oportunizam novas opções de pesquisa e debate sobre o estudo e a reflexão proposta pelo livro.

Assim, foi com grande satisfação que aceitei a proposta do Arquivo Público do Estado de São Paulo de reeditar o *São Paulo em Papel e Tinta* no formato *e-book*. Publicado originalmente em um momento em que as ferramentas da preservação digital dos materiais e a pesquisa na rede mundial ainda engatinhavam, o livro ganha novas conotações e possibilidades nesse formato. Como indicado na versão impressa, publicada em 2000, julguei melhor assumir na sua totalidade a versão original então veiculada, trazendo a público a reflexão com os vieses e marcas do tempo de sua produção. Na combinação entre ritmos e procedimentos de investigação da era da máquina de escrever elétrica, adotados então, e as possibilidades atuais que permitem o acesso digital aos mais variados acervos, espero estar contribuindo para o desenvolvimento, o avanço e a superação de muitas das questões ali propostas.

Na edição do *e-book* torna-se necessário, mais uma vez, agradecer a parceria institucional do Arquivo Público do Estado de São Paulo e, particularmente, o empenho e trabalho cuidadoso de sua equipe, nas pessoas de Haike Roselane Kleber da Silva, Diretora do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa, e aos funcionários diretamente envolvidos

---

8 Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriaimprensa/>.

na edição do livro: Jéssica Ferraz Juliano, Sérgio José Meurer, Vania Silva, Helen Karina Teixeira Batista, Rita de Cássia Higa, Renata Gonçalves, Lígia Mércia Faitarone, Julio Couto Filho, aos funcionários do Centro de Processamento de Informações Digitais e do Núcleo de Microfilmagem e Digitalização.

Ao final, no que se refere às relações entre a pesquisa e as questões da agenda pública atual, nunca é demais reafirmar o diagnóstico sobre o processo crescente de concentração dos meios de comunicação na sociedade brasileira, que se desdobra na formação de poderosos conglomerados midiáticos, com enorme poder econômico e político, decisivos para o atrofiamento do espaço público e democrático. No contexto de disputas emergentes na atual conjuntura de redefinição dos sistemas de comunicação, de rearranjo do controle dos meios e das lutas pela democratização da comunicação, a intenção ao retomar o estudo sobre a dinâmica das lutas e dos embates travados na e pela imprensa em outro momento histórico é a de contribuir para a ampliação de tradições de pesquisa que caracterizam a imprensa como um lugar fundamental na articulação de projetos, na afirmação de memórias e na construção de sentidos e de realidades sociais. Esta é também uma forma de renovar meus compromissos com muitos daqueles homens e mulheres que, num contexto de emergência da imprensa moderna em São Paulo, muito diferente do nosso tempo, ao produzir jornais e revistas, já assumiam inúmeras disputas pela ampliação da liberdade de imprensa, do direito à informação e da liberdade de expressão dos cidadãos na sociedade brasileira.

SUMÁRIO

Apresentação

APRESENTAÇÃO

Nesta versão em e-book preservei o texto original de minha tese de doutorado, que só passou por pequenas modificações, visando, sobretudo, torná-lo mais acessível a um número maior de leitores.

As dificuldades em publicar textos desenvolvidos para titulação são bastante conhecidas da área e, geralmente, impõem defasagens entre o momento da redação original e o da publicação. Tal situação abre para os autores a possibilidade ou de uma corrida para a atualização – revisão de questões, referências bibliográficas, etc. –, ou a de, na publicação, assumir a datação do texto original. No caso do presente trabalho, julguei por bem assumir totalmente as marcas conjunturais da reflexão desenvolvida na tese, conservando, inclusive, a introdução, que contém referências extremamente datadas.

A mudança do título do trabalho – que na tese era *Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada, periodismo e vida urbana* – para *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana - 1890/1915* tem a intenção de sinalizar de forma menos acadêmica e mais direta para o leitor o campo central de reflexão do trabalho, chamando atenção para o desenvolvimento das relações entre periodismo e o viver urbano naquele período da história da cidade.

No que diz respeito a essas observações preliminares, deve-se ainda apontar que no decorrer dos seis anos que separam a defesa da tese da publicação da primeira edição desta obra, as pesquisas sobre a imprensa paulistana e suas interações no processo de transformação da cidade tiveram um grande desenvolvimento. Desde então, vieram a público vários estudos sobre diversos jornais e revistas paulistanos daquela época, diferentes dimensões da problemática, tais como as relações entre publicidade, imprensa e sociabilidades urbanas; as redefinições e transformações da cultura letrada paulista no período e os processos de constituição das empresas jornalísticas e suas interações com o mundo do entretenimento foram objeto de várias pesquisas na área. Na minha trajetória acadêmica no decorrer desse período, atuando na linha de pesquisa "Cultura e Cidade", do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP, desenvolvi outras pesquisas e orientei teses e dissertações sobre o periodismo e a pequena imprensa cultural e de variedades de São Paulo e de outras cidades do país nas décadas iniciais do século XX. Na publicação do livro, optei pela citação das referências desses trabalhos na atualização da bibliografia geral sem, no entanto, incorporar as contribuições, possíveis aprofundamentos e debates que eles propõem ao texto original da tese.

REDACÇÃO:
. Bento, 26 - (sobrado)
SÃO PAULO

O ECHO

Anno IV ◦ Nu
S. PAULO — JAN
Publicação m

⇒ Assignatura semestral 2$500. com direito aos premios descriptos na 2.ª pagina da capa

Introdução

INTRODUÇÃO

Outubro de 1993, cenas da cidade letrada na Nação brasileira: no dia 20, em meio à crise das denúncias de corrupção no Congresso Brasileiro, no horário nobre, ao vivo e em cores, veiculada pelo telejornal de maior audiência nacional – o *Jornal Nacional* –, com o semblante sério e satisfeito, Cid Moreira começa a transmitir a cerimônia de posse do Dr. Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo de Telecomunicações, na Academia Brasileira de Letras. No recesso de seu lar, o povo brasileiro assiste, numa edição de mais de oito minutos, à transmissão da cerimônia extremamente concorrida que empossa Roberto Marinho na cadeira de Otto Lara Resende. Na presença dos líderes da Nação, presidentes de associações do empresariado, governadores, presidentes das casas legislativas, dos altos tribunais, representantes das artes e da cultura, o novo imortal faz um discurso de homenagem à palavra. De fardão, emocionado, Dr. Roberto clama pelo resgate de nossa divisa – ordem e progresso. Corta.

No dia seguinte, em outra rede de televisão, também ao vivo e em cores, entra a mais nova sensação do telejornalismo brasileiro: o *Aqui e Agora!* Subitamente, estamos assistindo à maior confusão, tumultos, quebra-quebra, bombas de gás, cinegrafistas sem câmera. Após mais de 60 dias de greve, os professores de 1° e 2° graus da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo, desesperadamente, buscam uma solução para um movimento que paralisa quase 200 mil professores e mais de 6 milhões de alunos. Nessa e em outras edições dos telejornais daquele dia sobre a ocupação da Assembleia Legislativa de São Paulo, os professores grevistas são descritos como baderneiros e radicais. As cenas transmitidas pelas principais redes de televisão mostram uma categoria letrada, jovem, empobrecida e desesperada de trabalhadores. Nos dias que se seguem, os professores em movimento e seu sindicato buscam persistentemente aglutinar apoios de outros setores sociais na resolução da greve. Os diversos grupos da sociedade civil, alunos, pais de alunos, professores do ensino particular e das universidades, sindicatos e movimentos diversos da população mostram-se apáticos e incapazes de articular um apoio efetivo à luta dos professores. A questão da escola pública e do ensino aparece como um problema só deles. Como em outros pontos do país, uma política deliberada de descaso em relação à educação impõe outra derrota ao movimento dos professores.

De certa forma, tais cenas exemplificam o chão social onde cresceram as preocupações de pesquisa sobre as relações entre cultura e vida urbana, cujos resultados articulam-se neste trabalho. No ambiente de perplexidade e impotência colocado por esse presente televisivo, parece urgente refletir sobre o lugar da cultura letrada na instituição de poderes na cidade. Nesta reflexão sobre a natureza da cultura letrada, algumas perguntas pouco

otimistas intrometem-se. Quais caminhos históricos recriam a Academia Brasileira de Letras como lugar do desejo e da vaidade do velho jornalista e mais poderoso homem de comunicações do país? Quais processos e projetos, vitórias e derrotas, pontuam este presente de desesperança da escola pública brasileira?

Como pesquisadora da cidade e da cultura, registro e busco sentidos. As indagações sobre a importância histórica de tais processos parecem perdidas numa memória que, dialogando centralmente com as fontes produzidas pelas elites, dá continuidade a uma visão de que, enquanto Nação, somos muito pouco afeitos ao mundo letrado. A avaliação sobre os significados sociais dos processos de difusão da cultura letrada em nossa história parece ter sido ofuscada pela compreensão corrente de que somos, sempre fomos e sempre seremos um país iletrado. Análises, diagnósticos e avaliações sobre a questão compõem uma linha reta e contínua, "um quase destino", que liga nosso passado colonial, "iletrado e atrasado", aos índices atuais de analfabetismo. O domínio dos códigos letrados, "habilidade fornecida pelos bancos acadêmicos", permeia o "discurso competente" das elites e articula argumentos preconceituosos de desqualificação de lideranças populares. As questões sobre as razões do insucesso de inúmeros projetos de alfabetização e letramento do povo, sobre os fracassos do ensino em seus diversos níveis, sobre a incapacidade de penetração da "imprensa respeitável" nos meios populares são sempre respondidas através do padrão clássico europeu, em que os processos de familiarização das sociedades com os códigos da escrita e da leitura obedecem a outros ritmos e temporalidades. O contato com o mundo acadêmico, com as avaliações das elites sobre os processos de educação do povo, transmite a sensação de que carregamos um enorme complexo civilizatório. Vozes de um outro momento histórico sugerem outras direções de pesquisa e reflexão sobre os processos de difusão da cultura letrada em nossa sociedade.

Desenhando-se no interior deste conjunto de preocupações e indagações, o objetivo central deste trabalho é refletir sobre as relações entre cultura e cidade. Mais especificamente, buscou-se perseguir algumas daquelas indagações no estudo das relações entre cultura letrada, periodismo e vida urbana no processo inicial de formação da metrópole paulistana.

O interesse pelo estudo das relações entre cultura e cidade nasceu de reflexões sobre a prática profissional do ensino/pesquisa em torno da História Social. Na base da definição de uma problemática que põe em questão a natureza das relações entre cultura(s) de elite(s) e cultura(s) popular(es) na experiência social da cidade de São Paulo, entre os anos de 1890 e 1915, firma-se a avaliação sobre a importância das dimensões culturais dos processos de dominação e resistência na contemporaneidade. Como pesquisadora, a vivência como professora de uma escola pública excludente e autoritária, a formação e a militância intelectual num universo acadêmico empobrecido pelo crescente distanciamento em relação às questões que envolvem a gente comum, a sensacão de impotência frente à força hegemônica dos meios de comunicação de massa nos processos de formação da "mentalidade popular" misturaram-se e compuseram um leque de preocupações que orientaram a leitura daquela experiência histórica. De certa forma, a cultura letrada parecia também propor um caminho de autorreflexão, aproximando o pesquisador do sujeito histórico.

A cidade é a companheira mais antiga. Nelas, nas grandes, vivi e me formei. Nelas, desembocaram minhas preocupações de pesquisa. Em certa medida, a opção por pesqui-

sar questões da cidade articula a avaliação teórica da importância do espaço e da experiência social urbana na história contemporânea em busca de compreensão do próprio espaço de vivência e formação. O ritmo da vida na cidade grande, sua capacidade de fascinar e intimidar, seu ambiente mais alerta, a complexidade e a densidade dos encontros e desencontros que ela promove sempre me atraíram mais do que as vivências e os ritmos mais sincopados do campo.

No caminho da reflexão, a pesquisa sobre a experiência social dos trabalhadores em serviços na cidade de São Paulo no início do século XX, desenvolvida no trabalho de mestrado, colocou-me em contato com um momento privilegiado de formulação e construção de modos de viver urbanos (CRUZ,1991). Mesmo dentro da perspectiva mais delimitada da história do trabalho, que então adotei, a cada momento da pesquisa e da reflexão, o estudo das lutas e embates de trabalhadores, tais como condutores e motorneiros, lixeiros, cocheiros, carregadores, etc., remetia a um processo intenso de transformação da vida urbana. Ali, o diálogo com inúmeras leituras e escritas sobre o viver urbano sugeriam um processo intenso de aprendizagem e experimentação social. As transformações da cidade, que tinham seu lado mais visível na transformação e ocupação dos espaços do planalto de Piratininga ocasionadas pela explosão demográfica resultante da incorporação de novos e diferentes grupos populacionais, sugeriam também um processo dinâmico de constituição/redefinição das relações culturais.

Num primeiro momento, as articulações entre a cultura letrada e o viver urbano tiveram como ponto de partida as reflexões e questões suscitadas pelo trabalho com a imprensa paulistana das primeiras décadas do século XX, particularmente a pequena imprensa das folhas e revistas ilustradas. A identificação e referenciação dessas fontes, levadas a cabo em um projeto que visou produzir um guia de pesquisa sobre a imprensa periódica paulistana do fim do século XIX às primeiras décadas do século XX, colocou-me diante de um processo de expansão/transformação da imprensa, do qual indagava o significado social[1].

O contato com esses materiais e a identificação de sua crescente articulação com as experiências sociais que constituem a metrópole pareciam propor que a expansão/redefinição da cultura impressa, concretizada principalmente pela expansão da imprensa periódica, constituia-se como dimensão importante daquela experiência social. A partir da última década do século XIX, seja através da incorporação das novas formas de produção e representação, seja através da construção de temáticas e formas de contar, o povo e a cidade intrometem-se nas páginas da imprensa.

Assim, ao nos questionarmos sobre os espaços de produção e difusão desses periódicos, a cada instante esbarrávamos com a constituição e/ou transformação das práticas culturais na cidade. Aí, a "*belle époque*" paulistana insinuava-se com toda força, novas formas de sociabilidade pareciam se impor, jornais e revistas projetavam sobre a cidade as demandas de diferentes grupos sociais e davam visibilidade a um processo acelerado de ocupação/invenção dos espaços públicos da metrópole em formação. Na reflexão mais

---

1 O projeto mencionado, desenvolvido sob minha coordenação na PUC/SP, com o apoio do CNPq, teve como objetivo a organização de um guia sobre a pequena imprensa paulistana no período de 1870 a 1930. No desenvolvimento da pesquisa, que examinou mais de 400 coleções de periódicos do gênero, foram sitematizadas referências para cada uma das coleções, que constituíram a base da publicação por mim organizada. Cf. CRUZ (1997).

específica sobre as relações entre cultura letrada e vida urbana no período, a imprensa, constituindo-se enquanto um dos espaços de gestação e manifestação de novas significações e projetos sociais, apresentava-se como suporte documental fundamental. O próprio movimento de expansão da imprensa periódica, o seu fazer-se, mostrava-se como faceta cultural mais importante do processo de formação/transformação da vida urbana.

Da ótica que então interrogava tais materiais, destacava-se o fato de que, nas páginas desse conjunto extremamente variado de publicações, a cultura letrada tecia estreitas articulações com os projetos e disputas para e pela cidade. Dando visibilidade a inúmeros projetos e concepções sobre o viver urbano no período, esses periódicos não só sugeriam um percurso onde a cultura letrada avançava sobre terrenos sociais anteriormente alheios ao seu processo de constituição/instituição como desenhavam um campo extremamente dinâmico da disputa cultural. Dentre as inúmeras possibilidades que a densidade e a riqueza de tais materiais sugeriam, optei por explorar as relações entre cultura letrada, periodismo e vida urbana.

No desenvolvimento da pesquisa, a pequena imprensa cultural e de variedades do período transformou-se no principal suporte documental. O trabalho realizado no projeto anterior, que resultou num conjunto de mais de 400 fichas descritivas de pequenas folhas e "revistas" da época, tornou possível o desenvolvimento de uma reflexão mais generalizada sobre o movimento de constituição/transformação dessa imprensa. Sem minimizar a importância dos trabalhos que se desenvolvem sob a ótica da história da imprensa e dos meios de comunicação, buscou-se, antes, discutir seu processo de constituição no próprio território da História Social. Portanto, no interior de uma perspectiva que entende a imprensa enquanto prática social e momento da constituição/instituição dos modos de viver e pensar.

O trabalho com a imprensa periódica, a busca de seus nexos e articulações sociais mais amplos, levou-me ao contato com um conjunto variado de relatos e memórias sobre a vida paulistana no período. Através dessa documentação, em sua maioria já incorporada pela historiografia brasileira aos estudos desse momento histórico, foi possível avançar um pouco mais na reflexão sobre os ambientes, práticas e projetos dos grupos letrados, seus vínculos com diversos setores da população, a formação dos públicos e as significações sociais da leitura. Assim, a retomada do contato com a rica imprensa operária do período, realizado anteriormente na investigação de mestrado, também permitiu ampliar o escopo das indagações de pesquisa. O aprofundamento da pesquisa em alguns títulos significativos dessa imprensa, delineando um campo popular letrado mais explícito que o sugerido pelas pequenas folhas e revistas domingueiras, abriu caminhos para o desenvolvimento da discussão sobre as disputas culturais travadas no campo da cultura letrada.

Nesse movimento de construção de um campo de pesquisa que articulasse as questões de cultura letrada, periodismo e viver urbano, além do convívio mais geral com a literatura teórica e historiográfica pertinentes ao tema, deve-se destacar alguns diálogos mais próximos.

As reflexões de Angel Rama, em *A Cidade das Letras* (1985), sobre o papel das elites letradas e o exercício das linguagens simbólicas da cultura na formação das cidades latino-americanas, impulsionaram o encaminhamento de questões surgidas no trabalho com as fontes, articulando a questão urbana ao estudo da escrita e da imprensa. Nessa mesma

direção, contribuíram suas colocações sobre o lugar fundamental do jornalismo, "que arrebatava as cidades", na redefinição do papel das elites letradas na História Social latino-americana a partir do final do século XIX. No interior da perspectiva lançada por Rama, era possível problematizar o periodismo para além da identificação dos grandes jornais e jornalistas, estudando como prática que compunha o tecido social urbano.

Devo também singularizar alguns trabalhos da recente historiografia brasileira, que abordam a temática da cultura urbana no período, sob enfoques e preocupações diversas. Vale salientar que, na base do diálogo com tais trabalhos está a preocupação comum em pensar as experiências culturais desse período, onde o signo da transição, instabilidade, experimentação e novidade indicam uma situação cultural efervescente em função de suas marcas próprias. Tal posição implica questionar as qualificações de "pré" ou "pós" como explicativas daquela experiência, deslocando sua compreensão para o interior da História Social do período.

Nesse sentido, o debate com o trabalho de Flora Sussekind, *Cinematógrafo de Letras* (1987), problematizando as relações entre técnica, literatura e modernidade no Brasil do início do século XX, abriu interessantes perspectivas sobre as dimensões sociais da escrita e de sua constituição como prática social.

As preocupações de Foot Hardman (1983) em analisar o processo tenso e contraditório de contaminação/marginalização/ redefinição do popular no âmbito das relações culturais no período, que atravessam seu trabalho sobre vida operária e cultura anarquista – *Nem Pátria, Nem Patrão* –, abriram um espaço concreto de diálogo com suportes documentais e perspectivas teóricas num mesmo campo temático.

O trabalho de Marcos Antônio da Silva, *Caricata República: Zé Povo e o Brasil* (1990), sobre o humor visual em revistas de variedades da época, contribui para a formulação de questões que articulam o desenvolvimento do periodismo à gestação de um esboço da indústria cultural no período. Nas discussões, buscou-se incorporar suas preocupações sobre a necessidade de avaliação desse processo e de suas articulações às modalidades ideológicas dominantes na sociedade brasileira da época[2].

A inserção dessas preocupações de pesquisa no interior de uma perspectiva de História Social que compreende a cultura enquanto um campo de forças cujo foco central são as relações entre cultura e hegemonia, como propõe Stuart Hall, levaram à delimitação de um campo temático sobre as relações entre cultura letrada, periodismo e viver urbano. Buscou-se discutir a cidade enquanto espaço da cultura letrada, pensando o exercício da escrita e da leitura como dimensões importantes das culturas urbanas e das relações de poder na cidade moderna.

No campo teórico-metodológico, buscou-se encaminhar o trabalho em direções diversas daquelas que lidam com o estudo das linguagens a partir de noções como reflexo e derivação. Nessa direção, foram fundamentais as reflexões de Raymond Williams (1979)

2 Deve-se apontar que, desde a finalização desta tese, em 1994, vários outros estudos, com propostas diferenciadas, têm abordado as relações entre periodismo e vida urbana na cidade de São Paulo no período do final do século XIX e início do século XX. E se, devido à opção da manutenção da tese em sua redação original, agora não se incorporaram as contribuições desses estudos, vários dos quais expandem dimensões do tema aqui somente esboçadas ou mesmo que propõem discussões com teses aqui defendidas, buscou-se, ao menos, citá-los na bibliografia geral do livro.

sobre a materialidade dos fenômenos da linguagem. Do diálogo com suas proposições, emerge a perspectiva de que pensar as linguagens enquanto "atividade" significa buscar desvendar os processos e práticas sociais que articulam sua constituição/instituição em um momento histórico determinado.

Na reflexão sobre as relações entre a(s) cultura(s) de elite(s) e a(s) cultura(s) popular(es), a escrita foi compreendida como dimensão da experiência social que, enquanto espaço privilegiado da linguagem dos grupos dominantes, se constitui em permanente tensão com outros espaços da linguagem dos grupos dominados. (SILVA, 1986).

Ao adentrar o universo das discussões sobre a natureza das relações entre cultura de elite e cultura popular, encontrei-me diante de questões e escolhas bastante delicadas. De que forma assumir no interior da pesquisa e da reflexão noções tão fluídas e ao mesmo tempo tão marcadas por movimentos históricos e tradições teóricas como as de povo e popular? (FENELON, 1992). Através de quais ângulos pode-se articular as noções de povo e popular às relações de classe, assumindo minhas preocupações centrais como historiadora sobre os sentidos e direções das lutas, sem cair, conforme alerta Fenelon, na armadilha que, constituindo dois campos isolados, o hegemônico e o autêntico, obscurece "a vitalidade da cultura como experiência vivida no sentido de um duplo movimento de contenção e resistência que ela carrega"? No caso específico deste trabalho, como evitar que a definição do próprio terreno da pesquisa, a cultura letrada, marcado e delineado pela forte presença das elites dominantes, exclua a disputa e seja percebido apenas enquanto espaço de produção da homogeneização e da manipulação cultural?

De formulação necessária, por vezes delineando um espaço de hesitações e dificuldades para o trabalho concreto de análise das fontes, este conjunto de perspectivas e questões coloca-se muito mais como um horizonte de preocupações do que a promessa de um roteiro a ser cumprido. Adotando a visão de que tais questionamentos não encontram resolução no plano meramente conceitual, buscou-se encaminhá-los na discussão das diferentes concepções, projetos e práticas identificados no processo de pesquisa.

Em sua redação final, o texto está organizado em três partes, cada uma composta por capítulos menores, que se articulam em torno de uma temática central.

A primeira parte – Cultura letrada e vida urbana – busca discutir a historicidade das relações entre a cultura letrada e os modos de viver urbanos. O capítulo 1 – Cidade e cultura letrada – delineia o universo de pesquisa no qual se inserem as preocupações sobre a cultura letrada e identifica questões gerais sobre o estudo da temática na história do Brasil. O capítulo 2 – O burgo dos estudantes – procura refletir sobre a natureza da vida urbana e da cultura letrada na cidade de São Paulo no período anterior ao final do século XIX. O capítulo 3 – São Paulo vira Pauliceia – busca caracterizar o ambiente da metrópole em formação, a progressiva articulação dos códigos da escrita e da leitura à constituição dos modos de viver e pensar a cidade e a relevância da difusão da cultura impressa nesse processo.

A segunda parte do trabalho – Folhas da cidade –, centrada no exame dos diferentes gêneros de publicações, procura refletir sobre os caminhos e a natureza social do processo de expansão da imprensa periódica. O capítulo 4 – Tempo das tipografias – examina o processo de expansão e diversificação dos materiais impressos no período estudado. O ca-

pítulo 5 – Sai aos domingos – trata da formação de uma imprensa ligada ao entretenimento, buscando explorar suas articulações com o processo de afirmação de novas linguagens e formas de sociabilidade urbanas. O capítulo 6 – Outras folhas – discute as articulações de outros gêneros da pequena imprensa, tais como jornais de bairro e da imprensa operária, no processo de expansão e ampliação social da imprensa periódica.

A terceira parte da tese – A imprensa, a cidade e o povo – procura explorar algumas das direções de reflexão apontadas pelo material pesquisado sobre a expansão da cultura letrada, via imprensa periódica, para além dos círculos das elites paulistanas tradicionais. O capítulo 7 – Circuitos de difusão: da donzela ao operário – encaminha indagações sobre a amplitude e a natureza social dos circuitos de difusão e sentidos da leitura das publicações periódicas naquele momento histórico. O capítulo 8 – Ao comércio inteligente: a imprensa e o mercado –, privilegiando a análise das publicações comerciais e do reclame, busca discutir as relações entre cidade, mercado e o periodismo. Finalmente, o capítulo 9 – A imprensa e a mentalidade do povo – persegue indicações sobre os processos de disputa travados no interior do movimento de expansão da cultura impressa no período.

PARTE I

Cultura Letrada e Vida Urbana

“A escrita, que tinha encontrado asilo no livro impresso, onde levava sua existência autônoma, é inexoravelmente arrastada para a rua pela propaganda e submetida às brutais heteronomias do caos econômico. Eis a rigorosa escola de sua forma nova. Se há séculos, ela havia pouco a pouco começado a deitar-se, da inscrição vertical ao manuscrito repousando inclinado na escrivaninha, para finalmente acamar-se no livro impresso, ela começa agora reeguer-se gradualmente do chão. O jornal já é lido mais na vertical do que na horizontal, cinema e propaganda acabam impondo à escrita a verticalidade ditatorial. [...] Nuvens de gafanhotos de escrita, que hoje em dia tapam o sol do suposto espírito dos habitantes das grandes cidades, tornar-se-ão mais densas a cada ano que passa.”

Rua de Mão Única. Walter Benjamin.

1. CIDADE E CULTURA LETRADA

"O olho não vê coisas, mas imagens de coisas que significam outras coisas"
***As Cidades Invisíveis*. Italo Calvino.**

As práticas letradas e, particularmente, a escrita e a leitura constituem dimensões importantes das relações culturais na cidade. Como coloca Marcel Roncayolo (1985), na tradição clássica da Europa a cidade aparece como o lugar da cultura, nomeadamente da cultura escrita. Lewis Munford (1965) indica que a invenção de formas, tais como o registro escrito, a biblioteca, o arquivo, a escola e as universidades, constitui um dos feitos mais antigos e mais característicos da cidade. Em diversos momentos históricos, em relações sociais diferentes, a escrita e a leitura mediaram os vínculos dos habitantes das cidades. As tensões e articulações entre a cultura letrada, campo privilegiado de expressão das elites, e a oralidade constituem dimensão fundamental da formação das culturas urbanas e das relações de poder na cidade moderna.

Na historiografia contemporânea, conforme observa Robert Darnton(1990) em seu estudo sobre mídia, cultura e revolução, as relações entre escrita e oralidade, cultura letrada e cultura popular têm sido progressivamente valorizadas enquanto dimensões importantes para a compreensão da experiência moderna. Num movimento em que a história social avança sobre campos mais tradicionais, como a história intelectual ou história social das ideias, os estudos de movimentos, correntes, práticas e produtos culturais têm assumido novos significados e indagações. Na verdade, uma grande variedade de estudos, como os de Natalie Zemon Davis (1990), Peter Burke (1989), E. P. Thompson (1979, 1991), Raymond Williams (1989), Carlo Ginsburg (1987), Roger Chartier (1987, 1990) e Robert Darnton (1990, 1992), entre outros, com diálogos e enfoques teóricos variados, tem colocado a cultura no centro das reflexões historiográficas recentes.

Nos últimos anos, como assinala Lynn Hunt,

> [...] os próprios modelos de explicação que contribuíram de forma mais significativa para a ascensão da história social passaram por uma importante mudança de ênfase a partir do interesse cada vez maior, tanto dos marxistas quanto dos adeptos dos Annales, pela história da cultura. (1992, p. 6).

Presentes nos trabalhos de inúmeros historiadores da atualidade, noções – como as de "mediações culturais e morais" e "experiência social", de extração thompsoniana; de "mentalidade", oriunda da prática histórica da chamada terceira geração dos Annales; da cultura como processo instituinte, conforme propõe Raymond Williams; de "habitus" como estrutura que organiza a percepção, elaborada por Pierre Bourdieu – expressando a diversidade de abordagens e compreensões teórico-metodológicas sobre as relações entre os modos de viver e pensar, revelam, sem dúvida, a ênfase da discussão sobre o terreno da cultura.[1]

Nessa literatura, temas como o impacto cultural da Reforma, a criação das culturas urbanas e suas relações com os ambientes rurais, as experiências culturais das revoluções burguesas, os processos de moralização dos pobres no período da Revolução Industrial, os usos sociais da imprensa e as transformações nas modalidades culturais de dominação e resistência nas sociedades industriais são analisados sob perspectivas e ângulos diversos.

Nesse campo de reflexões, as investigações sobre a progressão das práticas da escrita e da leitura na Europa moderna têm se constituído em um eixo extremamente profícuo. O ingresso das sociedades ocidentais na cultura da escrita, o desenvolvimento da cultura impressa, os progressos da alfabetização e a descoberta de que "nos países reformados ou nas nações católicas, nas cidades e nos campos, no Velho e no Novo Mundo" a familiaridade com a escrita progride, dotando as populações de competências culturais que antes constituíam o apanágio de uma minoria, "têm se constituído como base de problemáticas de inúmeras investigações". (CHARTIER, 1991, p. 116).

No âmbito deste trabalho, interessa principalmente destacar que as articulações entre vida urbana e cultura letrada, a difusão e penetração da cultura impressa sobre as parcelas iletradas da sociedade, processo longo na experiência histórica da Europa moderna, que – como coloca Peter Burke – entre os séculos XVI e XIX "solapa a cultura oral tradicional [...]", constitui-se em objeto de trabalho de inúmeros desses estudos. (BURKE, 1989, p. 17).

Na formação do mundo contemporâneo, destacam-se os estudos sobre as relações entre cultura e modernidade. Aí, as cidades metrópoles, cidades cosmopolitas como Paris, Londres, Viena, Nova York, etc., emergem como *locus* privilegiado das investigações. Nesses espaços, a historiografia busca refletir sobre a emergência de novos modos de viver e novas formas de sensibilidade. O clima cultural e intelectual das metrópoles em formação desdobra-se em inúmeros objetos e temáticas, como a cidade se constituindo em espaço da multidão, as transformações da esfera pública e a construção das linguagens e do cenário da cidade moderna.[2] Em tais universos, a cultura letrada transforma-se, e a escrita, articulada às novas linguagens como a fotografia, o cinema e a propaganda, invade os espaços públicos.

---

1 Essa diversidade de enfoques e abordagens que permeia a História da Cultura na atualidade pode ser percebida, entre outros, através dos trabalhos de THOMPSON (1981); VOVELLE (1987); LE GOFF (1990); WILLIAMS (1979); BOURDIEU (1987).

2 Alguns exemplos dessa bibliografia sobre a cidade comtemporânea e temas correlatos que, recentemente, têm se tornado mais familiares em nossas discussões são: GAY (1978); SENNET (1988); SCHORSKE (1988); LIPOVETSKY (1989); HOLSON (1993).

Nessa conjuntura, a difusão e a "popularização" da cultura letrada por meio de processos como a escolarização massiva, o desenvolvimento da linguagem comercial da propaganda e a formação de uma imprensa comercial colocam-se como questões importantes para a compreensão das novas redes de comunicação social na metrópole e das relações de poder aí emergentes.

Tais estudos e suas perspectivas constituem o universo mais amplo de diálogo historiográfico desse trabalho. No entanto, como adverte o próprio Burke, a multiplicação de monografias e discussões sobre os temas da cultura fora da Europa, ao mesmo tempo que contribuem para uma reflexão mais generalizada sobre a cultura moderna, também

> [...] definem por contraste o que é especificamente europeu e revelam os pontos fortes e fracos de conceitos fundamentais, ao testá-los em situações para as quais não foram originalmente criados [...]. (1989, p. 17).

Lograr estabelecer um diálogo criativo e crítico com essa literatura, que problematiza a cultura letrada na tradição "clássica" europeia dos séculos XVI ao XX, pensando a experiência histórica da América em suas diferentes fases e processos, como articulada aos centros hegemônicos, sem transformá-la em modelo teórico acabado, é um dos desafios deste trabalho.

No Brasil, assim como em todo o "Novo Continente", as relações culturais se constituem segundo processos e temporalidades diversos dos do padrão clássico europeu. Na reflexão sobre a vida cultural no continente americano, outras periodizações, temáticas e perspectivas emergem. Carente de estudos monográficos na área da cultura, o período colonial, mais do que qualquer outro momento de nossa história, apresenta-se como chave de uma herança a ser decifrada. Da leitura de inúmeros estudos relacionados à temática das culturas de elite e das práticas letradas, bem como desta pesquisa, fica a impressão de que os parâmetros se perdem quando nos encontramos fora do espaço do Estado-nação. As interdições metropolitanas ao desenvolvimento das artes gráficas na colônia, que provocam a chegada tardia de Gutemberg ao Brasil, transformam a cultura impressa num fenômeno novidadeiro em pleno século XIX.[3]

No espaço da América Ibérica, as relações entre cultura letrada e vida urbana integram uma dimensão da conquista e da colonização. Aqui, parece instigante pensar, como propõe Angel Rama, que a América foi espaço pioneiro de experimentação da cultura barroca, e a cidade colonial, livre das heranças da cidade medieval, constitui-se enquanto espaço privilegiado do exercício do saber barroco.

Entendendo a cidade colonial como parte do aparato construído pela dominação metropolitana, o autor coloca que, embora o campo e as grandes propriedades rurais se

3 É interessante destacar que esse caráter novidadeiro da imprensa e de outras instituições letradas é um fenômeno da colonização portuguesa, já que na América Espanhola as universidades e a imprensa são instituições que vêm se afirmando desde os séculos XVI e XVII. Como aponta Sérgio Buarque de Holanda, na América Espanhola universidades como as de São Domingos (1538), do México (1551) e de São Marcos, em Lima (1571), são criadas já no século XVI. Assim também acontece com a imprensa e o mesmo autor nos informa que, por volta de 1747, "ano em que aparece no Rio de Janeiro, para logo depois ser fechada, por ordem real, a oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, [...] em todas as principais cidades da América Espanhola existiam estabelecimentos gráficos." (HOLANDA, 1963, p. 119).

projetem sobre os núcleos urbanos, estes são a sede do poder metropolitano e neles reinam as ordenações e as instruções ultramarinas. Refletindo sobre o papel da cidade nas colônias ibero-americanas, o autor propõe que:

> A cidade bastião, a cidade porto, a cidade pioneira das fronteiras civilizadoras, mas sobretudo a cidade sede administrativa que foi a que fixou a norma da cidade barroca, constituíram a parte visível e sensível da ordem colonizadora, [...] mas dentro delas sempre houve outra cidade, não menos amuralhada, e não menos porém mais agressiva e redentorista, que a regeu e conduziu [...] [que] devemos chamar de cidade letrada [e] que compunha o anel protetor do poder e executor de suas ordens: uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais. (RAMA, 1985, p. 29-42).

Às principais cidades coloniais, como Lima, México, Salvador e Rio de Janeiro, competia "dominar e civilizar seu contorno", o que primeiro se chamou "evangelizar e depois educar". No clima beligerante da Contra-Reforma, por meio da Companhia de Jesus, de outras ordens religiosas e da Inquisição, das procissões e das festas sacras, do aprendizado dos falares nativos, do combate às práticas culturais dos povos africanos escravizados, monopolizando e sacralizando a escrita e apropriando-se da oralidade das culturas confrontadas, a cidade letrada dominaria vastas multidões plurilinguísticas e analfabetas.

No Brasil, como apontam as discussões de linguistas e estudiosos da cultura, tal processo civilizatório de produção da "unidade linguística" que impõe a norma culta portuguesa, realizada através da "repressão etnocida" dos falares nativos e da imposição da "solidão étnica e linguística" aos grupos africanos, também recebe o nome de "processo de assimilação cultural".[4]

Mais do que em terras espanholas, onde algumas importantes instituições letradas como as universidades têm suas origens já no século XVI, no Brasil a articulação social da grande propriedade, do escravismo e do catolicismo, definiu os estreitos limites de desenvolvimento da cultura letrada. A cidade letrada obedece à dinâmica da colonização, movendo-se com o aparato administrativo metropolitano, estabelecendo-se nos centros de governo. O processo "civilizatório" mais geral fica a cargo das diversas ordens religiosas, que, integrando a cidade letrada, dão conta de sua reprodução e articulação com as culturas orais.

Até a segunda metade do século XVIII, quando se inicia um lento processo de laicização, mesmo nos centros culturais mais importantes da colônia, as poucas atividades letradas são domínio quase que exclusivo da Igreja. São os franciscanos, beneditinos, carmelitas, mas principalmente os jesuítas que, desde a metade do século XVI, instituem os primeiros empreendimentos colonizadores na área da instrução. Nos séculos XVII e XVIII, a Companhia de Jesus, alimentada pela redízima, taxa especial sobre os dízimos e direitos da Coroa Portuguesa estabelecida por D. Sebastião em 1564, e tendo como padrão máximo o Real Colégio de Artes de Coimbra, fundaria colégios de norte a sul da colônia portuguesa.[5]

4 Tais temas são tratados de forma interessante nos artigos de ROSSI (1980) e HOUAISS (1980), publicados na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo.

5 Durante esse período, os inacianos fundariam instituições no Maranhão (1605), em Recife (1619), Alcântara (1716), Colônia de Sacramento (1723), Vigia (1731), Paranaguá (1738) e Desterro

Organizadas enquanto escolas de estudos menores e, primordialmente, casas de formação sacerdotal, as instituições religiosas eram praticamente os únicos locais de aprendizado sistemático das letras no espaço colonial. Instruir era pré-condição para a evangelização, esta sim capaz de, através da oralidade, dos sermões, do púlpito e da catequese, dar conta da integração cultural da colônia. Aliás, Alfredo Bosi, no interessante estudo sobre a cultura colonial, chama a atenção para a complexidade desse processo de integração com as culturas orais nativas, que, segundo o autor, não se opera através da linguagem importada do colonizador europeu e requer toda uma ação inventiva dos jesuítas no aprendizado dos falares indígenas. (BOSI, 1992, p. 11-63).

Diferentemente da experiência histórica europeia e da América Inglesa, onde, em graus diferenciados, as igrejas protestantes reformadas têm na leitura da Bíblia, dos catecismos e nas escolas dominicais importantes instrumentos de evangelização, na América Ibérica impõe-se a tradição católica, na qual o acesso à leitura da palavra divina, nos textos sagrados, é privilégio dos homens santos. Como indicam trabalhos de Roger Chartier sobre a difusão das práticas da escrita na sociedade moderna, e os de E. P. Thompson sobre o papel do metodismo e das escolas dominicais na formação da classe trabalhadora inglesa, a leitura da Bíblia, praticada pelas igrejas protestantes, foi um fator importante no avanço do processo de letramento das camadas populares tanto na Europa como na América do Norte.[6]

Nesse espaço de hegemonia do catolicismo, as bibliotecas só existiam nos mosteiros e nos colégios e não em casas particulares ou outras instituições. Conforme Werneck Sodré (1977, p. 14), o livro, "instrumento herético [...] visto sempre com extrema desconfiança, só era natural na mão dos religiosos e até aceito apenas como peculiar ao seu ofício, e a nenhum outro." Os quadros intelectuais, "os homens que escrevem" na colônia, formados em Portugal, "ou formados à portuguesa", têm sua atividade voltada para as tarefas administrativas ou religiosas. Nessa sociedade, como diria Lobato (1919, p. 27-28), "o feitor embaixo deslombava negros; a mucama no meio educava as meninas brancas; no alto uma boa intenção de chambre lia os Vedas no original".

Nas formas de escrita, sobressaem-se os sermões, os relatórios, as peças de catequese que têm no auditório da igreja e nos pequenos saraus seu público e, no curso oral "à boca pequena", seu principal meio de divulgação. (HOLANDA, 1968, p. 91-105).

No âmbito da reflexão sobre as relações entre cultura letrada e hegemonia, torna-se importante salientar que, no ambiente colonial, a escrita e a leitura são códigos simbólicos restritos a alguns setores das classes dominantes e, apesar de seu papel preponderante na empresa colonizadora, no cotidiano das relações de dominação prevaleceria, além da violência aberta, a oralidade e seus instrumentos simbólicos, principalmente os religiosos. De acordo com Alfredo Bosi,

---

(1751). Um estudo sobre a natureza dessas instituições encontra-se no artigo de Laerte Ramos de Carvalho (1972, p. 138-144).

6 Embora não esteja no escopo deste trabalho aprofundar tal discussão, torna-se importante destacar que a questão sobre o peso dessa tradição católica, que sacraliza a escrita, na reprodução do analfabetismo e das formas extremamente elitistas da cultura escrita em nossa formação histórica, permanece como relevante para compreensão das modalidades de dominação cultural em nossa sociedade. Ver THOMPSON (1987, p. 225-288) e CHARTIER (1991). Ver também a coletânea *Les Usages de L' Imprimé*. Paris: Fayard, 1987, organizada pelo mesmo autor.

> [...] a cultura letrada é rigorosamente estamental, não dando azo à mobilidade vertical, a não ser em raros casos de apadrinhamento que confirmam a regra geral. O domínio do alfabeto, reservado a poucos, serve como divisor de águas entre a cultura oficial e a vida popular. O cotidiano colonial-popular se organizou e reproduziu sob o limiar da escrita. (BOSI, 1992, p. 25).

No que diz respeito à vida urbana, deve-se destacar que apesar da importância estratégica para a empresa colonizadora de centros urbanos como Salvador, Rio de Janeiro e Recife, eles constituem exceções num universo predominantemente agrário. Como ironizava Lobato (1919, p. 21), até a petecada napoleônica, que bota o rei para cá trazendo malas repletas do cosmopolitismo europeu, o provincianismo estendia-se pela colônia.

No decorrer do século XIX, no processo de formação do Estado nacional, a cidade letrada ganharia novas dimensões. Os esforços na elaboração de corpo de leis, de códigos, de uma literatura nacional são dimensões importantes desse processo. O deslocamento da corte portuguesa, o desenvolvimento das atividades comerciais e o processo de independência colocam novas condições para o desenvolvimento da vida urbana e da cultura letrada. Agora, torna-se necessário não somente formar instituições e quadros para a nascente Nação, mas, sobretudo, ampliar e atingir o circuito de cidadãos que participam da construção da cultura.

Durante esse período, além da criação de inúmeras instituições que começariam a compor uma burocracia administrativa autônoma, tais como o Erário Régio (1808), a Imprensa Régia (1808), o Banco do Brasil (1808) e o Supremo Tribunal de Justiça (1828), entre outros, organizam-se também escolas superiores em vários núcleos urbanos: a Academia Militar (Rio de Janeiro, 1811), a Academia de Belas Artes (Rio de Janeiro, 1813), as academias jurídicas (Recife e São Paulo, 1927), os cursos de medicina (Rio de Janeiro, 1813; Bahia, 1815) e a Escola de Minas de Ouro Preto (1832/1875).[7] Instituições de ensino passam também a se articular ao universo mais cotidiano da produção. Como aponta José Carlos Barreiro (1987), entre as propostas do Congresso Agrícola de 1878 para organizar e disciplinar o trabalho estavam a criação de escolas que formassem profissionais especializados para a direção dos estabelecimentos agrícolas, a criação de uma corporação de professores ambulantes para percorrer os campos e "dar educação" às populações dispersas e a fundação de escolas dominicais, dirigidas por párocos bem pagos, nas freguesias onde não chegasse a instrução primária oficial.[8]

Em ritmos diferenciados, em vários centros urbanos do Império, atividades ligadas à cultura letrada, tais como academias, bibliotecas, gabinetes de leitura e livrarias, começam a se estruturar. Escolas dominicais, professores ambulantes e formação de estabelecimentos de ensino agrícola passam a compor o universo de propostas dos proprietários agrícolas.

Livre das interdições coloniais e com as mínimas condições técnicas, a imprensa ensaia seus primeiros passos. Para as elites letradas, coloca-se a tarefa de construção acelerada das instituições e práticas letradas da modernidade.

7 Aqui, deve-se ressaltar que embora a Escola de Minas só tenha sido instituída em 1875, sua criação já é proposta em lei da Regência em 1832. Ver CARVALHO (1978).

8 É interessante destacar que as reflexões do autor sobre as propostas do Congresso Agrícola já apontam para a gestação de novas articulações de instituições como a Igreja e a escola no interior das relações de dominação no século XIX. Ver BARREIRO (1987, p. 131-149).

Seria principalmente nas últimas décadas do século XIX, surpreendida pela turbulência das transformações sociais, que a cultura letrada e impressa começaria decididamente a avançar para além das elites tradicionais. Nessa época, em ritmo acelerado, no compasso de um modo de vida que exporta capitais e invade rapidamente inúmeros espaços do planeta, a história da formação das metrópoles brasileiras multiplica o tempo e a experiência social.

O tempo se condensa. As grandes transformações econômicas, políticas e sociais (a abolição da escravidão, a proclamação da República, os processos de industrialização, a ampliação acelerada do mercado interno, a imigração massiva) lançam algumas cidades brasileiras num acelerado processo de urbanização. Agitada por novas formas de viver e de pensar, novas situações e projetos sociais, questionada pela emergência das linguagens da modernidade e de projetos de contestação à sociedade burguesa, a cidade letrada, ainda moldada nas tradições elitistas da colônia, enfrentaria inúmeros embates e desafios.

2. O BURGO DOS ESTUDANTES

> A escola do Largo de São Francisco era o simples bastião colonial destinado a transmitir às gerações dominantes o vírus do Direito Justiniano, trazido para a livre América pela reação portuguesa. [...] Eu sentia o enorme antagonismo que separava disso meu instinto de homem livre.
> ***Um Homem sem Profissão*. Oswald de Andrade.**

Na São Paulo de Piratininga, como na grande maioria das vilas e povoados coloniais, a cultura letrada tem espaço extremamente reduzido. Nos relatos da maioria de seus visitantes ilustres, viajantes estrangeiros, missionários e visitadores da Companhia de Jesus, os elogios à exuberância do planalto e da paisagem dos campos e prados que rodeavam o triângulo central contrastam com as avaliações sobre o estado de progresso da vila. Os relatos sobre a vida do povoado nos séculos iniciais da colonização são repletos de descrições bucólicas. Nessas imagens, as paisagens rurais avançam sobre o espaço urbano, os costumes rurais sobre a vida da vila; os modos pacatos e provincianos de suas gentes ganham destaque.

Na Évora brasileira, "formosura de ver"[1], destacam-se as campinas de terras férteis e abastadas, os campos e prados banhados por pequenos rios, os quintais e chácaras que embelezam os arredores. Sua população, gente do campo, é descrita como recatada, empreendedora, de hábitos frugais e vida sem luxo.

Tendo como base mais ampla o gado e a produção agrícola de algodão, açúcar, marmelo, etc., das fazendas dos vários pontos da capitania, a vila, no dizer de Morse, constitui-se até o final do século XVIII num modesto entreposto (MORSE, 1970, p. 33). Nas imagens do Barão de Paranapiacaba, por volta de 1839, o dia a dia da pequena cidade, quase aldeia, de âmbito acanhado e de ruas pouco extensas, estreitas e tortuosas, onde "[...] as gentis paulistas faziam milagres de equilíbrio para conservarem o seu gracioso porte e mágico meneio", só era animado pelas várias negociações das quais viviam seus habitantes, realizadas principalmente nas ruas da Quitanda e das Casinhas (BRUNO, 1981, p. 60). Segundo enfatizam vários estudos sobre o período, a vida citadina tinha continuidade principalmente devido "[...] às exigentes tradições ibéricas de observância religiosa e responsabilidade cívica". A cidade só era ocupada pelos "homens bons" e suas famílias, que

1 Tal expressão de Cardim consta de um trecho dos *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (p. 312-315), selecionado e publicado na coletânea organizada por BRUNO (1981, p. 16). É importante destacar que recorri a essa mesma coletânea, organizada basicamente a partir de obras anteriores, de viajantes e moradores "ilustres", em vários momentos deste texto.

se deslocavam de suas moradias rurais para os sobrados urbanos nas épocas de procissões e festas religiosas (MORSE, 1970, p. 30-31).

Segundo Ana Luiza Martins, em seu trabalho sobre os Gabinetes de Leitura em São Paulo,

> [...] a cidade comparecia como mero centro administrativo, prestando-se a encenações do poder religioso, às procissões e festas religiosas, e nela, a praça pública [...] pouco permitia como local de convívio e lazer, acentuando a distância que separava os reduzidos grupos que transitavam na área do perímetro urbano. (MARTINS, 1990, p. 134).

A cidade no século XVIII adquire aquela feição barroca da qual falava Rama. Aliás, torna-se importante salientar que apesar das escassas e pouco favoráveis avaliações sobre a vida cultural da cidade, a maioria dos viajantes impressionava-se com a suntuosidade e com o nível de participação e agitação que as festas religiosas traziam para ela. A descrição dos inúmeros lugares de devoção, das solenes e suntuosas procissões religiosas, do caráter pitoresco e animado das festas do Divino é uma constante nessas fontes.

Nos mesmos documentos, em sua maioria relatos, memórias e trabalhos historiográficos sobre a vida paulistana na Colônia e no início do Império, as referências à presença de atividades e práticas letradas além das do colégio dos jesuítas são extremamente escassas. As primeiras referências só aparecem no início do século XIX. Assim, Beyer, em ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à Capitania de São Paulo (1813) nos fala que o clero da cidade tem princípios liberais e que o bispo é um homem de méritos literários, que fez várias viagens à Europa e muito tem contribuído para a tolerância e o esclarecimento que se notam nessa capital; no entanto, o corpo médico é pequeno, tanto em número como em conhecimentos. Mawe, em viagens ao interior do Brasil (1818), nos informa que a educação das graciosas senhoras paulistas se restringe a conhecimentos superficiais e os homens de alta categoria são muito loquazes e propensos à jovialidade. Na sua passagem pela cidade em 1819, relatada em *Viagem pelo Brasil*, Von Martius visita a biblioteca do venerando bispo, a única biblioteca da cidade além da do Convento dos Carmelitas.

Da descrição de profissões tiradas por Affonso de Freitas do alistamento censitário de 1822, pode-se inferir que o total de almas da elite letrada paulistana não era muito maior que a soma dos 7 médicos e cirurgiões-mores, 3 boticários, 2 advogados, 3 letrados, 3 professores de gramática, 1 de retórica, 1 de filosofia, 1 de teologia dogmática, 3 mestres de primeiras letras, 1 tabelião, 4 requerentes, 1 solicitador e 2 meirinhos. (FREITAS, 1955, p. 134-135).

Apesar do desenvolvimento da vida econômica e da expansão das relações mercantis na província, a capital de São Paulo, durante parte significativa do século XIX, manteve as feições de um grande povoado, tendo seu estatuto de centro urbano mais importante da província disputado por outros núcleos, como Santos e Campinas. No entanto, do ponto de vista da organização da cidade letrada, a fundação da Academia de Direito faria toda a diferença.

Embora a indicação de São Paulo como local propício à instalação da Academia de Direito tenha sido assunto polêmico na Assembleia Constituinte, é interessante notar

que, para alguns contemporâneos, é justamente o caráter pacato da cidade nas primeiras décadas do século XIX que a recomenda para tal mister.[2] Assim, em 1818, D' Alincourt destaca que a cidade tem

> [...] todas as proporções para o estabelecimento de uma Universidade: o baixo preço dos gêneros, a abundância deles, a salubridade do ar, a temperatura do clima, as poucas distrações que se oferecem [...] [concluindo que] [...] tudo parece conspirar a referir este a qualquer outro sítio para a cultura das letras. (apud BRUNO,1981, p. 32).

A abertura da Academia de Direito do Largo de São Francisco, em 1828, é transformada em marco fundante da cultura letrada paulistana. Nas memórias das elites, a Faculdade de Direito é parte central da alma da cidade. Assim, na publicação lançada pelo jornal **O Estado de São Paulo** nas comemorações do 4º centenário da cidade, propõe-se resgatar espaços e personagens fundantes da memória paulista com a participação de inúmeros intelectuais paulistanos. A. Almeida Jr. (1954, p. 43), em um artigo sobre a Faculdade de Direito e a cidade, relembra que "Não se pode celebrar a festa natalícia da Capital sem abrir-se um largo capítulo para os fastos de sua Faculdade de Direito [...] que permanece até hoje, renovando-se em sua fisionomia material mas conservando intacta a sua alma." E prossegue: "Nos cento e vinte e seis anos, que passaram da sua fundação, a Academia tem vivido indissoluvelmente associada a todas as alegrias, amarguras e glórias da cidade."

A verdade é que, durante grande parte do século XIX, a vida intelectual e letrada paulistana permaneceria totalmente centrada na Academia de Direito.

Não sem tensões, durante grande parte do século XIX a Academia, seja através do Pátio das Arcadas, "centro de convívio dos estudantes", seja através da Sala das Becas, "lugar onde cotidianamente se encontram os professores", se constituiria como o centro articulador das elites paulistanas. Aí, passam a ser formados os doutores-deputados-literatos-jornalistas que compõem os quadros da política municipal e provincial e dão conta de suas articulações com a Capital. Como ainda coloca Almeida Júnior,

> [...] foi sempre elevado, no Império como na República, o número de homens de governo, de legisladores e de líderes partidários formados sob as Arcadas. Aí, "nas várias gerações, [formou-se] um patrimônio comum de idéias, sentimentos e atitudes, que muito contribui para a vinculação afetiva e intelectual dos que vieram a compor as classes dirigentes do país." (ALMEIDA JR.,1954, p. 52).

Para a Coimbra brasileira vêm os filhos das importantes famílias de vários pontos da província, das cidades mineiras e também estudantes mais cosmopolitas da capital. De acordo com Morse (1970, p. 98), esse é o tempo em que a Igreja começa a perder a liderança intelectual, assumida pelas academias de Direito.

2 Indicações sobre a discussão da Constituinte a respeito da fundação das academias de Direito podem ser encontradas em ALMEIDA JR. (1954, p. 43-64). Ver também SCHWARCZ (1993, p. 141-188).

A presença dos jovens estudantes e da Academia na cidade se faz sentir de inúmeras maneiras. No âmbito dos costumes, nos relatos e memórias de época, os estudantes e as estudantadas ganham destaque. No século XIX, com a Academia, os memorialistas finalmente conquistam para as ruas e espaços abertos da cidade um personagem de elite. No cenário da cidade composto por eles, os estudantes recebem *status* de ator principal.

Nesses relatos, os pontos de encontro, as ruas de repúblicas, as arruaças como os roubos de galinhas e porcos, as serenatas, os banhos no Tamanduateí misturam-se com os vendedores ambulantes; os encontros de tropeiros, os pontos das lavadeiras e, não muito raro, a "agitada vida" dos estudantes provoca confrontos com as autoridades locais. Com os estudantes e as estudantadas, a sociedade do "vós" e das sinhás escondidas assiste e namora, de forma encabulada, à transgressão de seus costumes.

No discurso desses memorialistas, os estudantes permanecerão como um corpo estranho na cidade. No dizer de Bernardo Guimarães, em *Rosaura*,

> Nessa época havia entre os estudantes um certo espírito de classe tão fortemente pronunciado, que formava deles uma corporação não só respeitada como temida dos *futricas*, nome que se dava a todo cidadão estranho ao corpo acadêmico. (GUIMARÃES apud BRUNO, 1981, p. 64).

Na descrição de Zaluar em sua *Peregrinação pela Província de São Paulo – 1860/61* (1953, p. 128-129), "Os habitantes da cidade e os cursistas da Academia são dois corpos que não combinam se não produzindo um precipitado monstruoso", mas advertia que se tirassem a Academia de São Paulo, "esse grande centro morrerá inanimado. Sem lavoura e sem indústrias montadas em grande escala, a capital da província deixando de ser o que é deixará de existir."

O funcionamento do curso jurídico passa a articular outros espaços da cultura letrada, tais como casas livreiras, sociedades literárias, bibliotecas. Da tipografia Imparcial, da Litterária, da Costa Silveira, as primeiras tipografias da cidade, saem jornais políticos e revistas acadêmicas que articulam as discussões da elite letrada da província e constituem esforços para o estabelecimento da imprensa periódica paulistana. Essas folhas e revistas acadêmicas constituíram-se nos principais produtos das práticas letradas no período. Publicações como **A Crença** (1873), periódico redigido por acadêmicos, **O Tribuno** (1873) ou o **Labarum**, órgão da Associação Litteraria e Scientífica do 1º Ano, animam as discussões políticas e científicas dos acadêmicos e abrem espaço para o exercício da literatura. Assim como as arcadas do Largo de São Francisco, tais publicações, conhecidas como "nossas revistas de cultura", permanecem na memória enquanto marcos fundantes das letras paulistanas.

Estruturadas em 4 páginas com 2 colunas cada, em tamanho ofício ou pouco menores, já no período anterior, pequenas folhas como **O Farol Paulistano** (1827/1832), **O Observador Constitucional** (1829/1831) e **Voz Paulistana** (1831) davam voz às correntes liberal e conservadora da província, ora na situação, ora na oposição. Revistas como a **Revista da Sociedade Filomática** (1833), **Revista Mensal de Ensino Filosófico Paulistano** (1851) e **Ensaios Litterarios do Ateneu Paulistano** (1856) viabilizavam as discussões jurídicas, literárias e filosóficas dessa elite letrada que se aglutinava em associações acadêmicas.

Os pequenos grupos de fundadores e redatores dessas publicações eram compostos por homens do Largo de São Francisco. Aí, militaram os futuros viscondes e barões, senadores do Império ou presidentes da província e literatos de prestígio. São homens como Carneiro de Campos, Silveira da Mota, Amaral Gurgel, Teófilo Otoni, Rangel Pestana, Homem de Melo, Cerqueira César, Fagundes Varela, Couto de Magalhães, etc. Como aponta Antônio Cândido (1968, p. 100), não existem intermediários culturais e os mesmos homens são professores, literatos, jornalistas, políticos, desembargadores e administradores.

Mantidos por seus pequenos círculos de assinantes, tais periódicos, de conteúdo sério e sisudo, realizavam entre si permanente diálogo, constituindo-se único público uns para os outros. Divididas nas correntes e tendências literárias, as elites oriundas da Academia faziam da imprensa seu espaço de discussão.

Insuspeitos são os comentários de Paulo Duarte (1954, p. 256-257) no extenso artigo comemorativo sobre a imprensa paulista, também lugar de memória em 1954, quando afirma que, nesse período:

> [...] a imprensa paulista vegetava, arrastava-se, em geral nas mãos de estudantes da Faculdade de Direito, preparando a carreira política, vitoriosa para uns poucos, e mais ou menos medíocre que a maioria havia de levar. Animava-se muito mais com as lutas da pequena política da Província [...], ou da pequena cidade que era a capital de São Paulo, do que com os episódios empolgantes que se desenrolavam em tantos pontos do Brasil [...].

Nesse contexto, a emergência de falas dissidentes como as de Luís Gama e Angelo Agostini só destacam o caráter elitista e limitado das formas de imprensa hegemônicas no período. Como coloca Cláudio Mello e Souza, o pioneirismo irreverente das publicações de Agostini e Gama só faz realçar o pouco talento vigente na época. Folhas como **O Diabo Coxo** (1864) e **O Cabrião** (1866), ou mesmo **O Polichinello** (1876), editadas por Luís Gama, esse mulato que se intromete na cultura letrada paulistana, e as duas primeiras ilustradas por Angelo Agostini, descrito por Lobato como o italiano que desembarca no Brasil "com muita coragem e ânimo e uma pedra litográfica sob o braço", apesar da relativa popularidade inicial, rapidamente começam a sofrer com o cerco das elites dominantes. Abordando temas como a abolição, os privilégios da imprensa e as condições de vida das classes populares, numa linguagem crítica e mordaz, onde a caricatura é a principal arma, cedo tais publicações passam a enfrentar a ira de setores dominantes, que é traduzida ora em denúncias à polícia, ora em processos judiciais, e até no apedrejamento da casa de seus editores, realizado por estudantes da Academia.

Passadas mais de três décadas da Independência, em São Paulo "não se ouvia a palavra *dinheiro* constantemente soando nos ouvidos como no Rio de Janeiro" e a cidade ainda chamava a atenção de seus visitantes pelo [...] ar mais intelectual e menos comercial [...] do que outra qualquer parte do Brasil". (BRUNO, 1981, p. 74).

O desenvolvimento econômico experimentado por outros espaços na província ainda não se traduzia em novas relações sociais na cidade de São Paulo, e a cultura letrada continuava sendo a linguagem da e para a elite política.

Sobre a natureza do ambiente intelectual e dos hábitos culturais gerados pela presença dos acadêmicos na cidade, é interessante reproduzir a visão da educadora de famílias de elite Ulla von Eck, de pseudônimo Ina von Binzer (1956, p. 77-78), em carta de 1882 a sua irmã na Alemanha:

> É verdade mesmo: São Paulo é o melhor lugar do Brasil para educadoras, tanto a capital, como toda a província, porque os moços da nova geração namoram a ciência e dão-se ares de erudição e de filosofia. Somos uma cidade universitária! Mas não pense em Bonn ou Heidelberg, pois a academia daqui não é senão uma Faculdade de Direito. No interior da província há um seminário onde se preparam padres (esqueci o nome do lugar), aqui formam-se advogados e no Rio de Janeiro os discípulos de Esculápio, os doutores "par excelence". Os brasileiros dão ótimos advogados, podendo dessa forma aproveitar seu talento declamatório. Dão a vida por falar, mesmo quando não é para dizer nada. Com eloqüência que esbanjam num único discurso, poder-se-ia compor facilmente dez em nossa terra; embora não possuam verdadeira eloqüência nem marcadas personalidades, falando todos com a mesma cadência tradicional usada em toda e qualquer circunstância. Tudo é exterior, tudo gesticulação e meia cultura. O fraseado pomposo, a eloqüência enfática já são por si próprios falsos e teatrais, mas se vou tirar a prova real, se indagar sobre qualquer assunto, não se revelam capazes de fornecer a informação desejada.

A Imprensa paulistana, produto mais avançado da cidade letrada, configura-se no interior desse universo social restrito. Suas temáticas, suas funções e seu público definem-se no interior dos limites postos pela elite da Faculdade de Direito. Num meio social demarcado pelo autocentramento das elites letradas e pelas relações de exclusão do escravismo, dominado pelo analfabetismo e pelas práticas orais, o campo de luta e tensões das diversas instituições da cidade letrada, as academias, as escolas, assim como a imprensa, excluem totalmente as classes subalternas e até mesmo alguns importantes setores das classes dominantes. De pouquíssima penetração em círculos exteriores aos das elites masculinas letradas, a imprensa ainda não se constitui enquanto campo de disputa e instrumento de construção da hegemonia sobre setores dominados. A cultura letrada ocupa espaços extremamente reduzidos do cotidiano da vida urbana.

3. SÃO PAULO VIRA PAULICEIA

> A nossa capital já é um centro onde as manifestações da vida mundana se fazem sentir fortemente. Já não somos os tristes moradores de uma cidade provinciana que às nove horas da noite dormia a sono solto depois dos mexericos através das rótulas ou à porta das farmácias.
> Não temos porém a vida de Paris ou Viena ou mesmo de Buenos Aires ou do Rio de Janeiro, mas lá chegaremos. Com os grandes melhoramentos da cidade já projetados é possível que, a exemplo do que aconteceu no Rio, a nossa vida mundana se torne mais intensa... Tudo isso vai aos poucos concorrendo para aumentar a nossa sociabilidade.
>
> Trecho da crônica de ***O Pirralho***, em 11/08/1911. Jayme Gama.

Nas duas décadas finais do século XIX, nas diversas fontes históricas sobre a cidade – relatórios oficiais, posturas e decretos municipais, almanaques, relatos de viajantes, jornais e revistas –, os sinais do turbilhão que transformaria a vida urbana de São Paulo na virada do século tornam-se cada vez mais intensos.

Nas descrições sobre a cidade, diferentes temporalidades marcam o espaço urbano. Na paisagem urbana composta pelos memorialistas, à imagem da cidade antiga sobrepõe-se a da cidade nova, que com seus quarteirões bem desenhados, suas ruas largas e de aspecto moderno se estende para o Norte e para o Sul, aquém e além do Anhangabaú.

Nos relatórios de secretários de Estado, no teor das posturas municipais, agitam-se as discussões sobre as possíveis soluções para os problemas causados pelo crescimento urbano acelerado. No dizer de Almeida Nogueira (1977, p. 268), memorialista da Academia – da qual foi aluno e professor –, jornalista, deputado provincial e senador:

> Terminava o ciclo dos trovadores para começar o dos industriais. E o príncipe perfeito, sua alteza sereníssima, o estudante, ia ser deposto pelo caixeiro viajante. Caíam as rótulas e as mantilhas, arruavam-se o campo do Chá, o Bexiga, o Zunega; entravam no alinhamento o Brás, a Móoca, a Ponte Grande.

Expressando as mudanças aceleradas pelas quais passa o processo de acumulação de capitais no estado de São Paulo, em menos de meio século sua capital tem a população multiplicada em mais de 20 vezes. Esse processo, trabalhado em suas linhas centrais pela historiografia sobre a cidade, tem como um dos sintomas mais visíveis a transformação de São Paulo de um "burgo de estudantes" (LEVASSEUR, 1889) em "metrópole do café"

(BERNARDEZ, 1908) e "capital econômica do Brasil" (DENIS, 1911). Com uma população de cerca de 30 mil habitantes em 1872, constituindo-se em nada mais que um burgo, em 1920, com mais de meio milhão de habitantes, São Paulo ganhava o *status* de metrópole brasileira.

Num salto de crescimento, no período entre 1870 e 1920, a cidade de São Paulo se transformaria no centro econômico e político do Estado. Aí aglomeram-se as casas bancárias, os grandes estabelecimentos do comércio atacadista, da importação, as fábricas e oficinas da nascente indústria de bens de consumo e o melhor e mais variado comércio varejista do estado. Para São Paulo convergem todos os interesses políticos do Estado. Em suas ruas amontoa-se uma crescente população que não se pode conhecer.

A partir de 1880 começava a se realizar o loteamento dos belos sítios e vastas chácaras das redondezas do antigo centro urbano, que, estruturando-se desde o Pátio do Colégio, correspondia às freguesias da Sé, de Santa Efigênia, de Bom Jesus do Brás e da Consolação. A Chácara das Palmeiras transforma-se no bairro de Santa Cecília; a do Carvalho, na Barra Funda e no Bom Retiro; a do Campo Redondo, nos Campos Elíseos; a do Bexiga, na Bela Vista, e assim por diante. Segundo informa Aroldo de Azevedo (1945, p. 22-23), nesse período, em alguns pontos, a zona urbana avançou num raio de mais de 2,5 quilômetros em relação ao centro, o que na avaliação do autor é um fato espantoso caso se considere que a cidade permanecera durante 300 anos "[...] enclausurada num modesto âmbito que não tinha mais de 1 km de raio."

Até a década de 1890, a distribuição da população pelas freguesias segundo ocupações é ainda bastante indistinta. Conforme Relatório do Diretor da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo, em 1894, embora Santa Efigênia já agregasse grande parte dos profissionais liberais e proprietários, estes distribuíam-se também pela Sé, pela Consolação e pelo Brás, assim como funcionários públicos, artistas, trabalhadores em transportes e a classe comercial.

É a partir dessa última década que o aprofundamento da divisão social do trabalho começa a marcar nitidamente o espaço urbano de São Paulo. Os primeiros bairros operários, como o Brás e a Barra Funda, localizam-se nas terras baixas, instalando-se próximos às vias férreas. Já os Campos Elíseos e Higienópolis, bairros de elite, se expandem nos locais altos da cidade, onde são abertas largas ruas e avenidas e se constroem mansões e palacetes. As ruas ganham outra vida e começam a ser ocupadas por personagens bastante diferentes dos das décadas anteriores. Agora, o desenvolvimento das relações mercantis e de novas formas de sociabilidade fazem do centro da cidade o ponto de convergência dos paulistanos. Conforme descreve Cássio Mota (1947, p. 22-23) em 1890,

> A vida era intensa no Centro, e daí o movimento das ruas do triângulo: Direita - 15 de Novembro - São Bento. Indo à cidade era forçoso percorrer estas três ruas. Ir à cidade e não fazer essa trajetória, era o mesmo que ir a Roma e não ver o Papa. *A cidade era o chamariz, o ponto de atração do povo paulista*. Ia-se à cidade para as compras, negócios, encontro de conhecidos e simplesmente para passeio, apreciar o movimento, ver as vitrinas e também conhecer e lanchar nas confeitarias [...].

Para além do triângulo central, destacavam-se também no novo cenário urbano

> [...] os quatro bairros industriais (Bom Retiro, Luz, Brás e Moóca) [que] continham toda a indústria paulista [...] Seriam trinta ou quarenta chaminés, de fumaça negra de coque da Inglaterra [...] Os paulistas falavam disso orgulhosamente *Manchester brasileira*! (AMERICANO, 1957, p. 108).

A cidade definitivamente se diferencia do campo. A aceleração do processo de acumulação de capitais na cafeicultura, deslocando-se sobretudo a partir de 1880 do Vale do Paraíba para o planalto, traz no seu interior a imigração massiva e a ferrovia. Tendo por fulcro o sistema São Paulo-Santos, multiplicam-se as vias férreas no planalto paulista. Os trilhos da Light rasgam a cidade e redefinem sua fisionomia. Com o sistema de bondes elétricos do "polvo canadense", a energia invisível anuncia a modernidade e questiona os hábitos e modos de vida da cidade provinciana. Muitos dos mais de 750 mil imigrantes entrados no estado entre os anos de 1886 e 1899 estabelecem-se na cidade. Uma crescente população de homens despossuídos, em sua maioria estrangeiros, aí vende sua força de trabalho nas oficinas, nas fábricas, nas ferrovias, no comércio. Como descreveria Pierre Denis (1911), a São Paulo do início do século constituía-se num "mercado central de um território ativo, onde a circulação de dinheiro se faz rápida", mas também "num mercado de homens".

Conforme Kruchin (1986, p. 44), "diante de tudo isso ficaria mesmo difícil acreditar que o Brasil estava no interior como queria Lobato". Mesmo que, no início do século, cerca de mais de 80% da população brasileira ainda vivesse em áreas rurais, a cidade impunha-se como centro dinâmico da vida nacional e, principalmente, "uma identidade nova aguardando o momento de revelar-se, de formular-se enquanto tal."

Para a reflexão que lida com a temática da cidade e do viver urbano em São Paulo, o período compreendido entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX emerge como um dos momentos estratégicos para a pesquisa sobre a construção da identidade cultural da Pauliceia Moderna. Aliás, é interessante apontar que, no decorrer da pesquisa, as primeiras menções encontradas referindo-se à cidade como Pauliceia aparecem no final dos anos 80 do século XIX, numa pequena folha intitulada A Paulicéia (1888) e num entusiástico relato de Raffard (1890), que descreve São Paulo como o ponto de *great attraction* do estado. No plano da cultura, enquanto espaço de experimentação e gestação de significações e projetos sociais, o viver urbano na cidade de São Paulo nesse período apresenta-se como um campo privilegiado para a reflexão sobre a História Social.

Em São Paulo, a formação daquele "mercado de homens", do qual falava Denis, desenha-se no interior de um movimento de populações repleto de significações culturais.

O processo que institui "uma cidade nova que tende a tomar o lugar de outra antiga", onde parece que "vai tudo desaparecer, como numa perspectiva de teatro, a um simples jogo mecânico", e que tem seu lado mais visível nas contínuas demolições e construções que afetam seu ambiente é também, e centralmente, o processo social de experimentação, aprendizado e improvisação resultante da convivência de grupos com situações e heranças sociais bastante diferenciadas. (MORSE, 1970, p. 243-269).

Na última década do século XIX, ao lado dos grupos de tradicionais paulistanos, "os herdeiros dos bandeirantes", e de levas flutuantes dos estudantes da Academia do Largo de São Francisco, homens, mulheres e crianças estrangeiras, em sua maioria italianos, trazidos pela corrente imigratória iniciada nos meados dos anos oitenta, já compõem 55% da população da cidade. Assim também o censo de 1890, realizado logo após a abolição, informa que 11% da população paulistana é composta por negros e mulatos. Sem aparecer nas estatísticas do período, mas com visibilidade na imprensa e nos relatos de época, aí estão inúmeros contingentes vindos do interior e que, na cidade, ganham a identidade de caipiras. (RASNI, 1894).

No interior da reflexão que tem como horizonte o processo de formação das culturas na cidade de São Paulo de 1890 a 1915, interessa indagar sobre os significados desses encontros/desencontros entre estrangeiros recém-chegados, negros recém-libertos, homens do interior promovidos à condição de caipiras, doutores e homens bons com a lembrança recente de serem senhores.

No ambiente urbano, as experiências vividas e pensadas por esses diferentes grupos sociais manifestavam-se nos processos de construção dos modos de viver. Instituindo espaços novos de convivência, ruas movimentadas, fábricas, oficinas, lojas, associações recreativas, culturais e políticas, cafés, teatros, cinematógrafos, escolas, etc., as experiências sociais desses sujeitos confrontam-se no desenho da nova cidade. Diferentemente da vida no burgo dos estudantes, na Pauliceia em formação as elites passam a disputar com os setores populares a ocupação dos espaços abertos da cidade. Tais espaços públicos, antes ambientes quase exclusivos das classes pobres e dos estudantes, agora passam também a ser ocupados por personagens da elite e de grupos intermediários. Senhoras de famílias respeitáveis, moças casadoiras, funcionários públicos, operários em roupa de passeio, meninos e meninas de colégio emergem como outros personagens dessa nova ocupação cultural da cidade. Cabe ressaltar que, nesse período, as transformações do viver urbano em São Paulo têm como uma das facetas culturais mais características o intenso movimento associativo. Vivendo as condições legadas pelas transformações socioeconômicas do século XIX, frente a uma institucionalidade a ser construída, velhos e novos sujeitos parecem encontrar nas práticas associativas um caminho para a construção de novas formas de representatividade e sociabilidade.

Não sem razão, sociedades de auxílio mútuo, sindicatos de diversas categorias profissionais, círculos operários, associações de imigrantes e organizações patronais, revelando formas de organização de interesses polares, têm se colocado como objetos de estudo fundamentais para a historiografia no período.[1]

A análise de memórias, histórias de vida e a visão mais geral da imprensa periódica da época sugerem novas dimensões desse processo, dando visibilidade a outras práticas associativas, revelando vivências de grupos sociais intermediários e surpreendendo novas dimensões da vida cultural dos grupos sociais fundamentais. Assim, é possível propor que a vida coletiva e a invenção das tradições que redefiniram o viver urbano no período tiveram também, nessas associações informais de natureza variada, um espaço importante

1 Nos últimos tempos, os estudos de movimentos e organizações de trabalhadores e do patronato colocaram-se como viés bastante pesquisado pela historiografia. Alguns exemplos dessa historiografia mais recente que trabalha com tais temas são: MARTINS (1976), MAGNANI (1982), HARDMAN e LEONARDI (1982), GIUSEPPINA (1987) e ANTONACCI (1993).

de articulação. Vistas sob a ótica da noção de tradição inventada não oficial, como proposta por Hobsbawn (1984, p. 271), que se refere principalmente às tradições "geradas por grupos sociais sem organização formal, ou por aqueles cujos objetivos não eram específica ou conscientemente políticos", a investigação dessas práticas sociais adquire novas conotações. No interior deste trabalho, busca-se explorar as indicações de que essas associações atuaram como espaços importantes na instituição de novas formas mais generalizadas de sociabilidade e na definição e afirmação de novos critérios de absorção e distinção social entre as elites, os grupos intermediários e as classes populares, constituindo direções importantes do processo de aburguesamento do espaço público urbano.

Nessa conjuntura, a cultura letrada paulistana, moldada nas Arcadas do Largo de São Francisco, é questionada pelas novas situações e desafios sociais colocados pela cidade. Envolvida pelos novos modos de viver a cidade, a cultura letrada transforma-se. No espaço da metrópole em formação, as letras, segundo Angel Rama (1985, p. 79), definem-se ainda "[...] como alavanca de ascensão social, da respeitabilidade pública e da incorporação aos centros de poder; mas também em grau que não havia sido conhecido pela história secular do continente de uma relativa autonomia em relação a eles."

A elite letrada amplia-se e começa a desprender-se do provincianismo cultural de que tanto se queixava Alvares de Azevedo quando, em 1849, se dizia "[...] ansioso de deixar esta vida tediosa da mal ladrilhada São Paulo [...] [que] nunca seria como o Rio." (MORSE, 1970, p. 123). No âmbito do poder na cidade letrada, e não necessariamente das estruturas políticas mais visíveis, o que se coloca em jogo é a simbiose construída durante quase meio século entre literatura, poder e a Academia do Largo de São Francisco. O espaço coletivo da vida cultural das elites amplia-se. Antes restrita a irmandades religiosas, sociedades secretas e algumas poucas associações literárias, privilégio quase exclusivo das camadas masculinas dos proprietários-doutores-literatos, a vida associativa expande-se e adquire novas conotações.[2] As associações literárias e recreativas, os grupos teatrais e artísticos, os clubes esportivos, as associações beneficentes e instrutivas são espaços que articulam vivências coletivas não só da elite masculina mas de setores sociais bastante diversificados.

Nesses novos espaços da vida urbana, de inúmeras e complexas maneiras, a escrita, e principalmente a palavra impressa, estabelece novas articulações na vida cotidiana da cidade.

Nas últimas décadas do século passado, misturada às necessidades colocadas pelo desenvolvimento das escritas e controles mercantis, obedecendo aos ditames de "vulgarização" impostos pela propaganda, transportada na velocidade dos novos serviços de correios e telégrafos e articulada às novas linguagens visuais da modernidade, a escrita desce do pedestal e começa a invadir a vida cotidiana da cidade. Com menor intensidade que nas metrópoles europeias, onde, como coloca Williams (1992, p. 109-115), desde o início do século "a Revolução Industrial produziu necessariamente a alfabetização generalizada", enfrentando limites sociais mais rígidos, a escrita começa a escrever a cidade.

2 Vale ressaltar que as transformações da vida social e cultural das elites no processo de formação das metrópoles brasileiras têm, também, se colocado como objeto de vários trabalhos sobre o período. Ver especialmente os trabalhos de NEEDELL (1993) e VENTURA (1991). No plano da ficção, a obra de TÁCITO (1977) trata de forma viva e interessante o mundanismo das elites paulistas do início do século XX.

Através da significativa expansão dos estabelecimentos de ensino particular, religiosos e leigos e de instrução pública, cresce o processo de letramento da população, ampliando a rede potencial de leitores. As elites paulistas, cansadas de enviar seus filhos ao exterior e insatisfeitas com a educação de preceptoras domésticas às suas filhas, mobilizam-se na discussão e organização de um sistema particular de ensino que respondesse às suas necessidades e aspirações. No período, ordens religiosas – como as irmãs de São José, os beneditinos, os maristas, subsidiadas pelas elites proprietárias – fundam prestigiosas escolas: o Externato São José, o Ginásio do Carmo e o aristocrático Ginásio São Bento.[3]

Grupos leigos e protestantes, principalmente de representantes das colônias estrangeiras na cidade, fundam importantes colégios, como o Moretz-Sohn, a Escola Alemã e a Escola Americana – que dá início à organização do Colégio Mackenzie. Com a República, conforme assinala Marta M. Chagas de Carvalho (1989), a instrução pública é assumida como bandeira do progresso pelas classes dirigentes paulistas, que buscam renovar o sistema público de ensino através da Escola Normal e dos grupos escolares modelos.

Embora as estatísticas e diversas aferições sobre a familiaridade dos vários grupos populacionais com a escrita e a leitura no período sejam extremamente precárias, algumas indicações indiretas fornecem pistas sobre a questão. Assim temos que, entre o fim do século XIX e o início da segunda década do século XX, São Paulo logrou triplicar os índices de matrícula na instrução primária. O número de alunos passa de 43 mil em 1898 para mais de 150 mil em 1912. (O ESTÍMULO, 6/10/1913).

Segundo dados fornecidos por Love (1982, p. 132-133), entre 1890 e 1920 o estado de São Paulo saltaria do décimo para o segundo lugar em termos de índices de alfabetização da população. A partir da segunda década do século XX, o sistema de instrução pública de São Paulo, combinando a ação da Escola Normal e os grupos escolares modelos, seria tido como o mais avançado do país, despertando o orgulho da Escola Normal que, em sua revista de 1913, comenta: "São Paulo expõe ao Brasil o verdadeiro método de ensino. São Paulo educa e inúmeras missões pedagógicas têm sido encarregadas de aplicar em outros Estados o seu sistema de ensino." (O ESTÍMULO, 6/10/1913).

Os códigos da escrita e a leitura, movendo-se em direção ao cotidiano da cidade, começam a penetrar terrenos exteriores aos círculos das elites tradicionais. Os próprios deslocamentos semânticos dos termos "povo" e "popular" na imprensa propõem tal compreensão. Já na virada no século XIX, tais termos, que nas décadas anteriores articulavam-se basicamente ao ideário político dos projetos abolicionista e republicano, assumem novas e diferentes conotações. O Grito do Povo, título já razoavelmente frequente nos jornais da época, agora não só nomeava publicações como a folha republicana fundada em 1888 por Hypólito de Souza, na qual o povo, "meio indefinido, meio abstrato", coloca-se como destinatário do projeto político republicano, mas também era assumido por jornais como o semanário socialista revolucionário, redigido em português, italiano e espanhol, dirigido por Antônio Lago, que já em 1900 desenvolve intensa campanha pela diminuição

3 Sobre a relação das elites com a instituição de escolas particulares religiosas em São Paulo, bem como a natureza do ensino nelas ministrado, ver o estudo de MANOEL (1988). Ver também nas memórias de Oswald de Andrade (1990) as interessantes passagens sobre a educação do autor com os maristas e os beneditinos.

da jornada de trabalho. O popular, enquanto campo de disputa dos projetos republicano e monarquista, enfrenta inúmeras intromissões das novas ideias socialistas e anarquistas.

Disseminadas no vocabulário da metrópole em formação, misturadas aos modos de viver e pensar dos novos grupos sociais, as conotações daqueles termos abrem-se para os sentidos do urbano e da vida cotidiana. Assumindo a conotação de popularidade ligada ao mercado e ao consumo, ambientam-se na linguagem da propaganda.

Nos anúncios classificados das poucas folhas diárias então em circulação, em meio à demanda por copeiros, amas-secas, cozinheiras, busca de escravos fugidos no período logo anterior à abolição ou à demanda por trabalhadores livres, como carroceiros, condutores, costureiras, sapateiros e trabalhadores variados para a emergente indústria de bens de consumo, vemos surgir também a oferta de serviços e a procura por empregos como guarda-livros, contadores, professores de primeiras letras, auxiliares de escritório, etc.

O letramento chega ao mercado de trabalho. Ao lado de exigências que abrangem honestidade, asseio e conduta afiançada, a capacidade de ler e escrever começa a aparecer como habilidade necessária ao exercício de certas atividades profissionais. Procuram-se copeiros de boa conduta e que saibam ler, caixeiros que tenham bom conhecimento das ruas da cidade e também saibam ler e escrever. Nas seções de anúncios desses periódicos, homens e mulheres "que sabem ler e escrever", "que têm boa caligrafia", oferecem-se e, em menor grau, começam a ser requisitados para postos de emprego na cidade. Classificados como os reproduzidos abaixo, muito raros em momentos anteriores, tornam-se, com a virada do século, cada vez mais frequentes:

> Quem precisar de um moço com prática de escripturação por partidas simples, para ajudante ou para fazer alguma escripta atrazada, deixe carta no escritório desta redação. (DIÁRIO POPULAR,18/03/1885).

ou,

> PROFESSOR – Uma pessoa habilitada propõe-se a lecionar as primeiras letras em casas particulares bem como encarregar-se de escripturação de casas comerciais. (DIÁRIO POPULAR, 15/01/1897).

ou ainda,

> Moço hespanhol, decente, casado, com boa caligraphia, deseja empregar-se no comércio como caixeiro viajante, agente de casa comercial, agente de leilões ou de corretor, secretário ou ajudante de escritório. (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 20/10/1875).

Nas fotos do centro da cidade, a escrita, assumindo a verticalidade dos letreiros e das tabuletas dos estabelecimentos comerciais, passa progressivamente a compor o novo cenário urbano. Como grande novidade, já em 1875, num reclame de destaque d'**A**

Província de São Paulo (9/12/1875), o estabelecimento comercial da Rua da Boa Vista, n. 50, promete fazer, por preços razoáveis e fino acabamento, "pinturas, letras, taboletas" e "inscrições douradas sobre vidro". Outros estabelecimentos oferecem gravações sobre metais, e carimbos de borracha são anunciados como grandes novidades.

No comércio *chic* do varejo, em meio a artigos como casemiras e louças inglesas, vinhos e azeites portugueses, moda francesa, as lojas de papel e objetos de escritório, como Secker & Comp. ou a A. L. Garraux, alardeiam as últimas novidades de sortimentos especiais de artigos de escritório, de objetos de fantasia, de papéis pintados, carimbos de borracha e outros objetos ligados à escrita, vindos diretamente da Europa. Estabelecimentos de importação, como Abreu Teixeira & Comp., ao lado de fogões, aquecedores e lampiões, apresentam com destaque as bonitas escrivaninhas americanas recém-chegadas.

Na base da disseminação da escrita e, principalmente, dos materiais impressos, está o rápido desenvolvimento das artes gráficas em São Paulo. No final do século, cresce consideravelmente o número de tipografias na cidade. Além dos jornais diários de maior importância, como **O Correio Paulistano**, **O Estado de São Paulo** e o **O Diário Popular**, que abrem e aprimoram suas oficinas gráficas, fundam-se inúmeras tipografias e litografias particulares na cidade. Nos classificados dessas folhas diárias, a demanda que mais cresce entre os profissionais letrados é a de tipógrafos e gráficos em geral. A procura por enchedores de linha, impressores, encadernadores e compositores é comum no período.

> Precisa-se tipographo para estabelecimento na capital; Precisa-se de um bom enchedor de linhas nesta tipographia. (DIÁRIO POPULAR, 5/4/1892);

ou ainda,

> TIPÓGRAPHO – oferece-se um bom enchedor de linhas, compondo em português e alemão, cartas sob as iniciais E. O. R. neste jornal. (DIÁRIO POPULAR, 7/2/1902).

são anúncios correntes no período.

A leitura dos jornais passa a integrar o cotidiano da cidade, onde, segundo Raffard (apud BRUNO, 1981, p. 107), antes de clarear o dia são oferecidos ao público os jornais da terra e, depois da chegada do expresso do Rio, "lá pela noite", as folhas de fora, que nos quiosques, botequins de praça e outros pontos podem ser lidos comodamente "em cadeiras abrigadas por chapéus-de-sol enormes [...] enquanto o engraxate faz seu ofício." Nas portas das redações, telegramas e noticiários chamam a atenção da população e das tipografias saem "numerosos *bambini* que chamam a si o monopólio da venda dos diversos órgãos da imprensa, cujos títulos gritam com pronúncia fortemente italianizada".

Como argumenta Del Fiorentino (1982) em seu trabalho sobre produção e consumo da prosa de ficção em São Paulo entre os anos 1900 e 1920, com as fontes e informações de que dispomos fica muito difícil fazer qualquer avaliação mais exata do movimento de

publicações desses estabelecimentos no período anterior a 1920. No entanto, as articulações de informações fragmentárias dão visibilidade ao processo intenso de produção e difusão de materiais impressos. Se é difícil identificar a edição da ficção nacional, o mesmo não acontece com outros materiais e, principalmente, com a imprensa periódica.

A escrita e, principalmente, as artes gráficas articulam-se definitivamente ao mundo das mercadorias. Respondendo a demandas colocadas pelo desenvolvimento do comércio e da difusão das letras na vida cotidiana, as tipografias imprimem uma grande variedade de materiais, como faturas, circulares, letras em branco, rótulos de produtos, bulas de remédios, cartões comerciais e de visita, cartas de enterro, folhinhas, calendários, etc. No decorrer do período, ao lado de almanaques, opúsculos, correspondências, brochuras e algumas raras edições de ficção bem cuidadas, os periódicos ganham espaço crescente na pauta de publicações dessas tipografias.

A imprensa periódica vira moda e transforma-se no principal produto da cultura impressa, e o periodismo emerge como um importante espaço de renovação da cultura letrada. Mais ainda, no ambiente da metrópole em formação, a imprensa periódica apresenta-se como foco fundamental de formulação, discussão e articulação de concepções, processos e práticas culturais e de difusão de seus projetos e produtos. A pequena imprensa de folhas e revistas aproxima o jornalismo do cotidiano da vida urbana.

PARTE II

SEMANARIO CYCLISTICO ILLUSTRADO

Proprietarios: OTTO HUFFENBÄCHER & C.
Director: João de Sá Rocha
Escriptorio: Rua Victoria, 78, - S. Paulo

ANNO Capital . . . 12$000
» Estados . . . 14$000
» Estrangeiro . . . 16$000
Numero avulso . . . $300

INSTITUTO HISTORICO GEOGRAPHICO DE S. PAULO
Nº 00620
ARQUIVO

Folhas da Cidade

Estas bicycletas são as melhores do mundo, comparando-se o pezo dellas com o de qualquer outra marca: Resistencia, Elegancia, emfim o que se pode recommendar a todos os amadores que gostam de reunir o util ao agradavel.

Na nossa agencia encontram-se todos os accessorios para estas machinas, o que faz com que não seja precizo leval-as ao mechanico, podendo o proprio amador fazer o concerto que fôr necessario.

Especialidade em machinas de corridas.

A grande vantagem d'estas bicycletas consiste em ter um reservatorio para azeite podendo-se percorrer a distancia de 2000 kilometros, sem precizar renovar o azeite.

UNICO AGENTE E DEPOSITARIO
no Estado de S. Paulo
Jacques Netter
Rua 15 de Novembro, 24 e 48 - S. Paulo

Correm com esta

marca os corredores

OTTO, SWIFT FERNANDO, WOLFF

4. TEMPO DAS TIPOGRAFIAS

Impresso e esteriotipado em máquinas rotativas de fazer azeite.
O Azeite, órgão crítico satírico dedicado às classes enferrujadas, 01/06/1906.

O movimento de crescimento e circulação dos materiais impressos em São Paulo, principalmente da imprensa periódica, acompanha o próprio ritmo de desenvolvimento da cidade. Nas duas últimas décadas do século XIX, vieram a público mais de 600 publicações paulistanas, o quíntuplo das quatro décadas anteriores. Ao lado da afirmação dos jornais diários, que começam a aparecer a partir de meados do século – **Correio Paulistano** (1854), **Diário de São Paulo** (1865), **A Província de São Paulo** (1875), **O Diário Popular** (1884), **A Platéia** (1888) – de forma ainda embrionária, aparece uma grande e diversificada quantidade de periódicos.

A imprensa diversifica-se, chegando ao público através de um grande número de publicações das mais variadas modalidades. A imprensa diária vivencia um momento importante de seu processo de afirmação. Tendo como exemplo mais bem sucedido **O Estado de São Paulo**, que de 4 mil exemplares em 1888 passa a uma tiragem diária de 35 mil exemplares por volta de 1913, os jornais diários, através da expansão de suas tiragens, acompanham o salto populacional da cidade.[1]

Contrastando com as poucas tipografias existentes na cidade nos anos 60 e 70 do século XIX, o **Almanaque Administrativo Comercial e Industrial da Província de São Paulo** para o ano de 1884 já identifica mais de 20 tipografias em funcionamento na cidade. Tais tipografias, oficinas gráficas e seções de obras dos grandes jornais passam a aglutinar contingentes significativos de tipógrafos e trabalhadores gráficos que formariam a "elite letrada" e uma das categorias profissionais mais importantes na condução dos movimentos dos trabalhadores urbanos de São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

A regularização dos serviços de correios e telégrafos, proporcionada pelo desenvolvimento das vias férreas, além de agilizar os processos de transmissão de notícias me-

1 Além do levantamento da imprensa de variedades já referido na introdução deste trabalho, foi de grande valia o trabalho de FREITAS (1929), "A Imprensa Periódica desde seus primórdios em 1823 até 1914", que traz uma listagem descritiva de todos os periódicos identificados pelo autor nesse período. Também o trabalho de CAMARGO (1976), *A Imprensa Periódica como objetivo e instrumento de trabalho,* foi extremamente útil na localização e discussão dos periódicos. No que diz respeito à grande imprensa paulistana, inúmeras indicações têm como base o artigo de Paulo Duarte (1954), "Cento e Vinte Anos de Imprensa Paulista".

lhora o serviço de entregas de assinaturas, principal forma de distribuição da imprensa periódica na época.

Sufocado pelas altas taxas sobre a importação de papel, restrito a um pequeno público de gosto e traquejo letrado, mais avesso aos apelos comerciais e transformadores das novas linguagens, como o reclame, a caricatura e a fotografia, até o primeiro pós-guerra o livro permaneceria entre nós como artigo de importação. Como reclama Lobato (1944, p. 193-198) em carta a Washington Luís em 1926, então já editor "falido e ressurgido", que confessa ter como obsessão "o livro barato, acessível ao povo": "Hoje [no Brasil] o livro só é acessível às classes ricas e, no andar em que vai, nem a elas, acabando por figurar nas vitrines das casas de jóias, como objeto de luxo.

Segundo Del Fiorentino (1982) em seu estudo sobre a produção e consumo do livro em São Paulo entre 1900 e 1920, as poucas edições de ficção nacional realizadas então defrontavam-se com inúmeros obstáculos, e mesmo a produção de cartilhas e livros didáticos, que respondiam por mais de 30% do total de volumes editados no período, tinha como limite a relação perversa entre alto custo e demanda restrita.

Na mesma época, diferentemente do livro, a imprensa periódica paulistana experimenta um verdadeiro *boom*. O ambiente do jornalismo vive um clima de bastante otimismo. Tornam-se frequentes e concorridas as festas de batismo dos novos periódicos, realizadas com toda pompa nas confeitarias da moda ou nos parques da cidade, com a presença de toda a classe jornalística. As seções de crônica passam a registrar esse "[...] fenômeno bastante estranho [que] é o andaço do jornalismo que presenciamos em São Paulo", discutindo as razões "desta erupção de periódicos de todo feitio e de todo o gênero n'uma cidade que ia se tornando proverbial a pasmaceira literária." (**A PAULICÉIA**, 02/04/1896).

Com a exceção de alguns poucos avanços localizados, os processos técnicos, as formas e gêneros desenvolvidos por essa imprensa não apresentam nenhuma grande novidade em relação aos já vastamente utilizados no período. Pelo contrário, até as últimas décadas do século XIX, as artes gráficas paulistanas ressentem-se daquele provincianismo de que tanto se queixavam seus visitantes mais cosmopolitas. Até então, os trabalhos de edição, composição e impressão da maioria dos órgãos da imprensa paulistana eram realizados como processos separados e quase independentes. Nas seções de obras dos diários ou nas diversas tipografias da cidade, a presença de categorias profissionais como tipógrafos, compositores, impressores de *alauzet*, encadernadores, pautadores, douradores, gravadores, esteriotipistas, zincógrafos e litógrafos indica um processo ainda incipiente de mecanização dos processos gráficos. Nas "redações", o jornalismo se configura como um campo de amadores, profissão pouco rentosa, na indignada análise de Pinheiro Júnior, "aberta a todos, inclusive nulos e idiotas", que após rápidas passagens por pequenas folhas, "já bacharéis ou amanuenses da câmara", podiam "falar com ênfase das suas pugnas jornalísticas". (**ALMANACH D'O ESTADO DE SÃO PAULO**, 1916, p. 103).

A análise comparativa de alguns poucos periódicos da imprensa carioca e de publicações europeias, como as portuguesas, espanholas e francesas, mostra que eles fornecem os modelos e as matrizes da imprensa paulistana. Ainda assim, da ótica da História Social, a expansão e transformação da imprensa periódica paulistana emerge como um processo cultural rico de significados. Em suas origens, o processo inventivo de expansão e transformação da imprensa paulistana passa mais pela riqueza e diversidade de seus personagens e processos sociais do que pela inovação e criação de novas soluções técnicas.

Articulando-se às novas linguagens, num ambiente social livre das relações escravistas, fazendo da cidade seu ambiente, na imprensa periódica a palavra escrita e impressa parece buscar transpor os limites impostos por suas funções de código e linguagem de uma reduzida elite proprietária e letrada, ligada diretamente aos círculos de poder na província e oriunda da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. A cidade intromete-se na imprensa. O crescimento da cidade, a diversificação das atividades econômicas, a ampliação do mercado e o desenvolvimento da vida mundana são incorporados às formas e conteúdos dessas publicações. Através de novas temáticas, personagens e linguagens, o processo social que transforma a cidade passa também a configurar as publicações.

Num ambiente onde o jornalismo profissional tem espaços restritos aos poucos postos de trabalho oferecidos pela imprensa diária, definindo-se como emprego exclusivo de muito poucos, e as condições de produção da imprensa tinham ainda muito de caráter artesanal, torna-se possível a expansão significativa dos grupos produtores.

As redações e grupos de leitores passam a congregar, além da elite masculina dos políticos-doutores-literatos, outros grupos sociais, como imigrantes, mulheres cultas da elite, camadas intermediárias letradas, professores, escrivães, caixeiros, funcionários burocráticos, tipógrafos e linotipistas – e também outros trabalhadores urbanos.

No processo de redefinição da cultura letrada, a imprensa periódica assume papel fundamental. Funcionando como suporte aglutinador e veículo de construção da visibilidade pública de inúmeras práticas culturais, a imprensa cultural e de variedades, representada por pequenas folhas e revistas, seria adotada como veículo de parte significativa das associações culturais informais que proliferam no período.

Análises de editores e intelectuais contemporâneos a esse processo, reconhecendo, na maioria das vezes num tom ressentido, a supremacia do jornalismo, tendem a destacar o menor preço dos jornais e revistas como elemento explicativo fundamental do sucesso do periodismo na época. (DEL FIORENTINO, 1982, p. 9-42).

Acompanhar o processo de constituição dessa imprensa como momento cultural da vida urbana da cidade de São Paulo no período desperta outras perspectivas. A agilidade da imprensa, seu caráter mais aberto e democrático a transformaram em um campo muito mais propício à renovação da cultura letrada do que à da produção ficcional. No espaço da imprensa, com a intromissão de "escritas" e olhares de setores e grupos sociais anteriormente alheios aos seus códigos, a cultura letrada tradicional teve que enfrentar inúmeros desafios, colocando-se como um campo privilegiado da disputa cultural no período. Nesse espaço, os caminhos e embates do processo de disputa que configuram a metrópole ganham maior visibilidade.

Ampliando socialmente seus circuitos de difusão, renovando sua linguagem e seu estilo, a imprensa ganha a cidade. Fazer imprensa vira moda e, com os limites impostos por uma sociedade ainda basicamente iletrada, parece que todos devem imprimir e tudo deve ser impresso.

O relacionamento público e coletivo passa a ter na imprensa um espaço privilegiado de articulação. Aqui, parece estimulante pensar com as categorias propostas por Habermas (1984, p. 13-41) para a análise das transformações da esfera pública nas realidades das nações europeias dos séculos XVIII e XIX e propor que a imprensa assuma o caráter de

uma instituição de pessoas privadas enquanto público, transformando-se em instrumento privilegiado de afirmação de uma esfera pública burguesa que se institui no interior da sociedade civil e que, progressivamente, se dissocia do poder público do Estado.[2] Na cidade em expansão, frente aos desafios da ocupação estrangeira trazidos pela imigração, aos perigos representados pelos projetos socialistas e anarco-libertários e das ameaças de "caos" colocadas pela multidão anônima, pobre e liberta, as elites passam progressivamente a disputar o espaço urbano.

Nesse novo espaço social da metrópole em formação, desafiados por outros projetos culturais, os modos de viver e pensar das classes dominantes submetem-se a críticas e reelaborações. No processo de ocupação da cidade e na disputa pelo espaço público, o horizonte cultural burguês precisou ir além da burguesia. Produto e momento dessa nova conjuntura, a imprensa emerge como um campo dinâmico da disputa pela afirmação desse horizonte burguês.

Através da diversificação e difusão do periodismo, parcelas significativas da população conquistaram espaços e/ou foram sendo progressivamente incorporadas aos circuitos da cultura letrada. Na construção da cidade, sob o signo da novidade e da experimentacão, velhos e novos sujeitos sociais, aprendendo a manejar técnicas, modelos e fórmulas da imprensa europeia, intermediadas pela capital federal, envolvem-se no novo processo de fazer imprensa.

Folhinhas, cartões-postais, opúsculos, correspondências e principalmente almanaques são materiais pioneiros na difusão da palavra impressa do periodismo em São Paulo. As tipografias, além de imprimirem uma grande variedade de materiais ligados às novas necessidades mercantis, passam também a publicar *correspondências*, *panfletos*, *opúsculos*, *brochuras diversas*, *elegantes folhinhas*, "de parede ou de desfolhar", "com a firma das casas comerciais", e *bonitos almanaques*.[3]

As mesmas tipografias e litografias prometem, através de vinhetas e clichês, embelezar tanto rótulos de bebidas, cigarros e outros produtos como também folhinhas de casas comerciais, almanaques bem organizados, brochuras com a mais fina encadernação, jornais, etc. Garantindo correção nos trabalhos e modicidade nos preços, tais estabelecimentos apresentam como novidades sortimentos completos de tipos de fantasia e vinhetas do melhor gosto, bem como novíssimas máquinas apropriadas às artes gráficas recém-chegadas da Europa. Anúncios como: "AGENDA PAULISTA - indispensável e elegante folhinha para o ano de 1876; Recebem-se desde já encomendas para folhinhas de parede ou de desfolhar"; ou ainda "Encomende seu ALMANACH LITTERÁRIO PAULISTA para 1876", passam a ser comuns em jornais como **A Província de São Paulo** e **O Diário Popular** nas décadas de 1870 e 1880. Os mesmos jornais acusam o recebimento de elegantes folhinhas de diversas casas comerciais, prometendo-os como brindes aos seus assinantes da capital e do interior. Importantes tipografias, casas livreiras e jornais

---

2 Tais proposições sobre a articulação da imprensa à formação de uma esfera pública na cidade têm como base o diálogo com a visão de HABERMAS (1984, p. 13-41) sobre o processo exposto na introdução de seu trabalho *Mudança Estrutural da Esfera Pública*.

3 Como informa FREITAS (1929, p. 385), as correspondências eram pequenos impressos avulsos onde, "na forma de jornal", qualquer pessoa que pagasse uma determinada quantia podia dar publicidade a ideias ou posições sobre qualquer assunto ou evento da conjuntura, "desde que as redigisse de forma equilibrada e com decôro".

diários do período, como a *Typographia Jorge Seckler & Cia*, *O Estado de São Paulo* e a *Casa A. L. Garraux*, livreiro da Academia, começam a organizar seus almanaques anuais.

Interessa ressaltar que, misturados a faturas e notas de compra, rótulos e cartões comerciais, que atendem às crescentes necessidades da escrituração mercantil e das relações de mercado como um todo, outros materiais impressos, que anunciam a diversificação da imprensa, tais como opúsculos, brochuras, panfletos, folhinhas e almanaques, impõem-se enquanto produtos rotineiros das casas tipográficas, colocando-se na condição de materiais correntes na vida cotidiana dos paulistanos.

O almanaque, esse livro periódico que segundo Nelson Werneck Sodré (1977, p. 276) "era o livro de um país que não tinha ainda público para suportar a impressão de livros", ajuda a compreender a natureza da cultura impressa naqueles primeiros momentos de sua emergência e diversificação.

Na capital federal, os almanaques já vinham sendo publicados com grande aceitação durante grande parte do século XIX. No Brasil, o mais famoso e popular dentre todos os almanaques seria o **Almanach Laemert**, publicado no Rio desde 1844 e que ganhou tanto prestígio que continuou a ser publicado mesmo depois do desaparecimento da casa Laemert, que lhe dera nome, sendo distribuído por outras casas comerciais até 1930. (SODRÉ, 1977, p. 237).

Em São Paulo, o primeiro almanaque consultado foi o **Almanach da Província de São Paulo para o ano de 1873**, organizado por Antonio José Baptista e Paulo Delfino da Fonseca e publicado pela Tipografia Americana.[4] Incorporando as intenções generalistas de seus similares cariocas, utilizando inúmeras fontes para a sistematização das informações, inclusive informações voluntárias anteriormente solicitadas através de anúncios no jornal aos cidadãos residentes na província, assumindo o caráter de esforço pioneiro em São Paulo, em suas 566 páginas e anexos o **Almanach da Província** busca reunir o maior volume possível de dados, conhecimentos e estatísticas sobre a província.

De ampla tradição na cultura letrada europeia, em suas origens estreitamente vinculado às necessidades das atividades mercantis, trazendo além de calendário informações gerais sobre importações e exportações, impostos e taxas, horários de trens, tabelas de conversão de preços e medidas, repartições públicas e atos administrativos, os *almanaques* foram paulatinamente assumindo uma feição mais generalizada e amena, incorporando de forma crescente conteúdos lúdicos e de entretenimento.

Os almanaques administrativos, comerciais e industriais ganhariam seções culturais e de entretenimento e os almanaques literários surgiriam como a novidade do gênero. Assim, o anúncio de **A Província** de 29/10/1875, sobre a preparação do **Almanach Literário Paulista**, organizado para o ano de 1876 por José Maria Lisboa, que foi publicado anualmente pelo menos até 1881, prometeu que ele

> [...] conterá, além do calendário, partida e horário de linhas férreas, artigos literários, originais de paulistas, da seguinte natureza: notícias históricas, bio-

4 Uma discussão interessante sobre os almanaques paulistas encontra-se no estudo de CAMARGO (1983).

grafias, pequenos romances, lendas, poesias, charadas, informações científicas etc.

O artigo de abertura do almanaque nos informa que este foi

> [...] feito buscando a colaboração de todos os paulistas que em diversas épocas têm ilustrado a imprensa com seus escritos, buscando apresentar ao público *um livrinho palpitante de interesse e curiosidade.*

Os próprios títulos desses almanaques, como **Novo Almanaque de São Paulo** (1885 a 1887), **Almanaque Histórico-Literário de São Paulo** (1896 e 1903) e **Almanaque Paulista illustrado** (1896), indicam a busca de uma conformação mais leve e amena.[5]

Durante as três últimas décadas do século XIX, saíram das tipografias inúmeros almanaques culturais e literários. No período, as casas livreiras, jornais da grande imprensa e alguns importantes estabelecimentos do comércio paulistano buscaram, com maior ou menor sucesso, organizar seus almanaques anuais. Assim foram o **Almanaque Mellilo**, editado em 1904 pela Melillo & Cia. livreiros e editores, e o **Almanaque d'O Estado de São Paulo**, publicado de forma bastante irregular até 1916. Nas listas de publicações das casas livreiras, eram cada vez mais frequentes os almanaques literários paulistas, cariocas, portugueses ou franceses.

Os almanaques transformam-se em verdadeiros guias da cidade, incorporando de forma crescente informações sobre suas instituições, seus hábitos e espaços de cultura e entretenimento, recantos aprazíveis, estabelecimentos de ensino, associações recreativas, clubes de esportes, trazendo como novidade indicadores comerciais e de profissões. Aliás, torna-se importante destacar que é justamente esse caráter de guia que os têm transformado em fontes fundamentais para o estudo da cidade. Na falta de informações cotidianas sistematizadas, na ausência de estatísticas e indicadores organizados por instituições governamentais, são esses almanaques que trazem as informações mais variadas e completas sobre vários aspectos da vida urbana.

Numa sociedade onde o livro é artigo de luxo, confeccionado com capas de madrepérola, o almanaque aparece como espaço pioneiro de experimentação e primeiro esforço sistemático de ampliação dos círculos de difusão da cultura impressa. Publicacões híbridas, nem livro, nem jornal, nem revista, os almanaques desenvolvem-se como espaço de renovação dessa cultura. Em suas páginas, foram testados novos conteúdos e formas de contar que, mais tarde, seriam amplamente adotados pelas pequenas folhas literárias, de humor ou de variedades, tais como as tão populares seções de charadas, os retratos e perfis biográficos, as pequenas notas de curiosidades, os breves ensaios científicos e literários. Experimentando tipos, colunas, vinhetas, combinações de textos e ilustrações, números crescentes de anúncios e reclames comerciais, os almanaques também funcionaram como um campo de aprendizado para tipógrafos e editores paulistas.

5 Provavelmente por terem sido considerados pela política de preservação de materiais pouco nobres, os almanaques são publicações relativamente raras nos acervos de inúmeros arquivos históricos paulistanos. Os números esparsos dos almanaques aqui consultados encontram-se, em sua grande maioria, no acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

A elite intelectual brasileira, diferentemente dos escritores da confeitaria berlinense da peça radiofônica de Walter Benjamin (1986, p. 67), "O que os alemães liam, enquanto seus clássicos escreviam", que os consideram como "coisa do diabo" na medida em que,

com seus versos, anedotas, canções, danças e andanças, artiguinhos e notícias, mapinhas, gravurinhas e figurinos acabam desviando a atenção das obras sérias, mesmo do público mais culto,

parece valorizar positivamente a publicação de almanaques. Estes são fartamente anunciados pela imprensa diária e valorizados como importantes instrumentos de difusão cultural. Assim, comentando a incontestável utilidade do **Almanach Litterário Paulista para o ano de 1876**, o redator d'**A Província de São Paulo** argumentará que:

> [...] introduzir o gosto pela leitura é um dos problemas, cuja solução mais particularmente deve preocupar os que tem a peito a difusão das luzes pelas classes menos favorecidas da nossa sociedade [...] [avaliando que] o almanach afigura-se-nos: dentre todos, o meio de mais facilmente alcançar-se este disideratum [...]. (**A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO**, 23/10/1875).

A análise da evolução dos materiais impressos no início do século XX sugere que, entre nós, os almanaques não assumiram, como na Europa moderna, ou como queria o editor d'**A Província**, o papel de "principal veículo de difusão das luzes pelas classes menos favorecidas". Embora tenham alcançado relativa difusão e popularidade, principalmente no final do século XIX, os almanaques permaneceram com a feição de guias práticos, catálogos anuais de serviços e indicadores comerciais e de profissões da cidade, avós de nossos guias e catálogos de endereços e telefones modernos, sem adotar a forma de opúsculos e livretos populares sobre amor, saúde e outros temas cotidianos, através da qual foram amplamente difundidos em vários países europeus durante parte dos séculos XVIII e XIX.[6] Apesar disso, eles já apontam claramente para a importância da articulação da cultura impressa a novos sentidos, práticas e linguagens da cidade no processo de redefinição e popularização da cultura letrada.

Muito mais que os almanaques, de organização demorada e complexa e custo relativamente elevado, são as folhas e pequenas "revistas" culturais de variedades que emergem como publicações típicas da "explosão jornalística" do final do século. Literárias, noticiosas, recreativas, comerciais, humorísticas, mas também críticas, reivindicatórias, doutrinárias, essas publicações transformam-se no suporte impresso das mais variadas concepções e práticas culturais.

A partir da década de 1980, ao lado dos jornais da imprensa diária que vêm se afirmando desde os anos 1960 e 1970, em meio às publicações acadêmicas e jornais políticos de uma década animada pelas campanhas abolicionista e republicana, as pequenas folhas e revistas de cultura e variedades começam lentamente a ganhar espaço na imprensa paulistana. Na virada do século, esses periódicos, tratando de conteúdos diferentes e ligados a uma gama diversificada de grupos sociais, representam a grande novidade da imprensa paulistana.

---

6 É interessante apontar que décadas mais tarde, principalmente nos anos 1950 e 1960, uma publicação como a *Seleção Reader's Digest*, com uma feição muito parecida com os antigos almanaques, teria enorme difusão no Brasil.

Num modelo quase único, as folhas impressas em 4 páginas e diagramadas de 2 a 4 colunas, tamanho ofício e mais raramente tabloide, as revistas em tamanhos minúsculos, variando de 8 a 20 páginas, foram veículos fundamentais de difusão da cultura impressa no período.

De financiamento relativamente barato e feitura extremamente simples, essas publicações democratizaram o acesso à cultura impressa. Parecendo aos nossos olhos produtos "quase caseiros", incorporam ao universo da imprensa periódica falas e interesses sociais anteriormente alijados ou marginais a ele.

Pequenos grupos, formados por 2 ou 3 pessoas, com "seus escritórios e redações" adaptados em suas próprias casas, bares, escolas, sindicatos e associações diversas, tornam-se responsáveis pela edição de inúmeros periódicos que constituíram porção significativa do que seria a imprensa periódica e a leitura corrente no período.[7] Os vagos e muitas vezes irônicos expedientes de tais publicações, declarando "redatores diversos" (**A Penna**, 1882), "redação anônima" (**O Alfinete**, 1915), "sai quando pode" (**O Gaiato**, 1905), "redação em toda parte" (**A Farpa**, 1887), "escritório na mesa do canto do café Guarany ou no olho da rua" (**O Garoto**, 1900) ou mesmo o uso de inúmeros pseudônimos para um mesmo redator dão conta da conformação desses grupos produtores.

Interessante nesse particular é o testemunho de Monteiro Lobato (1944, p. 9-11) sobre o processo de confecção de **O Minarete**, "um jornal sui generis, inteiramente fora dos moldes do jornalismo do interior", de formato 30 x 43 cm, mas que corresponde ao modelo de grande parte dos periódicos aludidos, que Benjamin Pinheiro manteve em Pindamonhangaba entre os anos 1903 e 1907. Diz o autor:

> Eu me divertia fazendo **O Minarete** quasi inteiro de longe. Quantos números totalmente escritos por mim – o soneto, os contos, o "humorismo", as "variedades", o rodapé, o artigo de fundo! Isso me forçava a um grande sortimento de pseudônimos, para dar ao público a impressão de que o jornal dispunha de um exército de colaboradores: Lobatoyewsky, Yemsky, Pascalon o engraçado, Guy d'Hã, Helio Bruma, Enoch Vila-Lobos, Matinho Dias, B. do Pinho, Osvaldo, P., N., Yan Sada Yako, Mem Bugalho, She, Antão de Magalhães, Nero de Aguiar, Bertoldo, Marcos Tweim, Olga de Lima, etc, etc. E todos lá do cenáculo nele escrevíamos. Bruno de Cadiz publicava as saudosas crônicas do Album do Minarete. Raul de Freitas, as suas tão sentimentais Recordações. Candido apareceu nos primeiros números com a coluna Fen dé Brut, assinando Bompart. Rangel assinava Bezuquet. Albino assinava Ruy d'Han. Ricardo também publicou no **Minarete** muitos de seus sonetos e as traduções de Rostand e Lecombe.

Firmando-se enquanto ambientes letrados da cidade, as tipografias e/ou casas editoras passam a assumir, na maioria das vezes de forma simultânea, a edição, impressão e distribuição desses jornais e revistas. Das seções de obras e oficinas gráficas dos jornais da imprensa diária, da atuante tipografia de Jorge Seckler & Cia., fundada em 1862, es-

7 Guardadas as devidas proporções, como sugere um dos pesquisadores que trabalhou no levantamento e sistematização das referências de pesquisa sobre essas publicações, Dalton Delfini Maziero, o processo que anima e dinamiza esse tipo de imprensa é bastante parecido ao dos atuais fanzines, que, resultantes de associações bastante espontâneas e informais, confeccionados de modos quase clandestinos, alcançam difusão significativa.

tabelecida em amplas oficinas da rua 25 de Março e que se autodenominava "o primeiro e melhor montado estabelecimento de tipografia, encadernação, pautação e de fabricação de livros em branco da cidade", da importante tipografia King à vapor da rua da Imperatriz, da Typographia a Vapor Rosenhein & Meyer, da Typographia Vanorden & Comp., mas também de pequenas tipografias do Brás, sai uma enorme variedade de periódicos.

Grupos tradicionais da cidade letrada, como estudantes da Academia, advogados, médicos, escritores e jornalistas já semiprofissionalizados encontram nesse tipo de publicação um espaço livre dos controles e compromissos assumidos por proprietários e editores da imprensa diária. Assim, Paulo Duarte nos informa que, ainda nos anos de 1910, o grupo de moços inteligentes que formava o núcleo do **Estadinho**, edição da noite de **O Estado de São Paulo**, onde as irreverências oposicionistas acabavam provocando zangas do velho Júlio de Mesquita, resolveu fabricar outro veículo mais adequado com a falta de juízo geral, que foi **O Queixoso** (1915/1916), onde até o próprio Júlio de Mesquita passou a assinar artigos sob o pseudônimo Mephisto. (AMARAL, 1948).

Através dessas publicações, vozes antes ausentes dos circuitos de produção e difusão da cultura impressa conquistam um canal de expressão. Como a cidade, a imprensa se espalha via diferentes espaços sociais.

A visão congelada desse conjunto apresenta-se como um grande emaranhado de publicações com gêneros, fins e objetivos diversos. Na verdade, um olhar mais detido e demorado sobre o período surpreende um processo intenso de renovação das linguagens da vida coletiva. Na crescente complexidade da vida social da metrópole em formação, a escrita, articulada a outras linguagens na imprensa periódica, rompe os muros das academias do século XIX.

5. SAI AOS DOMINGOS

O ***Pirralho*** literatizou-se...
Nada produziu de sério a não
ser um documento de época.
Um Homem sem Profissão. Oswald de Andrade.

Embora, no período aqui estudado, o movimento de expansão da imprensa cultural e de variedades se configure num conjunto bastante variado de publicações, as folhas e revistas domingueiras destacam-se enquanto veículos privilegiados na articulação dos novos sentidos e linguagens da vida urbana.[1]

Num primeiro plano, sobressaem as estreitas articulações desse periodismo à vida cotidiana da cidade. O exame geral das publicações sugere um movimento da vida urbana diferenciado daquele que se impõe na maioria dos jornais diários. É através dessas folhas e revistas que podemos perceber melhor as transformações dos modos de vida informais que constituem a metrópole em formação. Aí ganham visibilidade novos hábitos e costumes urbanos. O contato com esses materiais nos coloca diante de uma cidade que aos domingos passeia no Jardim Público, no Parque Antártica, no Jardim da Aclimação; que pratica esportes, joga futebol nos campos do Bosque da Saúde ou nos times de várzea; que assiste a *matchs* no velódromo e frequenta os prados da Mooca; que aplaude as *troupes* de malabaristas e dançarinas no Polyteama; frequenta o botequim *chic* do Municipal; assiste às matinês no Éden; frequenta as elegantes *soirrées* do Germania e os animados bailes do Salão Celso Garcia. Por meio dessas publicações, a imprensa mistura-se muito mais ao dia a dia dos habitantes da Pauliceia, dando visibilidade aos novos hábitos das elites que nas primeiras décadas expandem-se para outros setores da população.

Referidas na literatura sobre a imprensa no período como "nossas revistas de cultura", "revistas de variedades", "revistas ilustradas", as publicações que aqui se denominam domingueiras compreendem um amplo espectro de periódicos publicados mais regularmente desde os anos 1980 e que vão desde as pequenas revistas literárias e culturais editadas por associações e grupos diversos, na forma, muito próximas das revistas literárias editadas por estudantes da Faculdade de Direito no século XIX; passam pelas inúmeras pequenas revistas e folhas de artes, moda, costumes, humor, esportes, reclame,

1 Várias dessas pequenas folhas e revistas de variedades, que tinham como conteúdo básico literatura, pequenas notícias e entretenimento, não só vinham a público aos domingos como se propunham como uma leitura "domingueira".

editadas por grupos culturais, clubes, grupos editores em formação, casas comerciais, e chegam até as já bem estruturadas revistas ilustradas e de variedades do final dos anos 1910. Com a virada do século, tais publicações, raras nos tempos da imprensa acadêmica, passam a responder por uma porcentagem cada vez mais significativa da imprensa periódica paulistana.

Desenhando-se no interior das novas práticas e modos de viver na cidade em expansão, constituindo-se como campo de experimentação e afirmação das novas formas de dizer e contar da vida urbana, tais publicações apresentam-se como a tendência mais dinâmica e inovadora da cultura impressa no período.

Não obstante as diferenças de concepção gráfica e esquemas de financiamento que esse conjunto de publicações apresenta – onde estão agrupadas desde uma pequena folha de 4 páginas, sem ilustrações ou ilustrada a *crayon*, e revistas de mais de 40 páginas, repletas de fotografias e bem estruturadas editorialmente –, ele expressa o desenvolvimento de um processo onde a cultura impressa incorpora de forma crescente o entretenimento aos seus conteúdos e formas de contar. Através da escrita e da leitura dessas publicações, a cultura letrada passa progressivamente a articular-se às formas mundanas e cotidianas de sociabilidade coletiva. O entretenimento e a diversão, transformando-se em base e objetivo da escrita e da leitura dessas folhas e revistas, delineiam direções importantes do processo de popularização da cultura letrada.

No decorrer desta pesquisa, foram importantes as indicações da historiografia sobre a relevância de tais publicações na época. Tais estudos, a maioria sob a pespectiva da História da Imprensa, destacam as transformações nos conteúdos e formas de contar dessa imprensa como a grande novidade do período. Na viva caracterização de Ricardo Ramos (1985, p. 19),

> As revistas começam com o século. Se os jornais marcaram nosso período anterior, nascidos muitas vezes da luta política, saindo e se multiplicando, fechando e sendo substituídos, criando este clima de participação que foram as últimas décadas abolicionistas e republicana, o 1900 muda a tônica da imprensa para as revistas. Semanais, ilustradas. E nelas se vê uma nova atmosfera. Agora é o instante da crônica social, da charge, do soneto. Os homens do govêrno não são mais atacados são alvos de sátira; os fatos do dia não se traduzem em notícias, mas vêm no leve comentário; e junto com as rimas, que tomam largo espaço, há um não menor fascínio pela academia. Tempo de Bilac, das fotos das senhorinhas, dos ecos parisienses. Sustentando tudo isso uma propaganda regular.

No âmbito deste estudo, buscou-se estar atento não só às indicações sobre a renovação das linguagens, mas também às dimensões sociais desse processo. No final do século XIX, a confecção desses tipos de jornais e pequenas revistas coloca-se como uma das dimensões importantes da vida cultural de diferentes grupos sociais. Diferentes associações envolvem-se com essa imprensa domingueira. Fazer jornal torna-se uma das atividades centrais dos grêmios escolares, das associações recreativas, dançantes e artísticas, dos grupos literários. Reunir-se para dançar, formar grupos dramáticos e musicais, associações carnavalescas e esportivas era também oportunidade para escrever e fazer imprensa.

Envolvendo principalmente personagens da elite e de grupos intermediários, onde num primeiro momento tais vivências disseminam-se mais fortemente, no decorrer do período as novas práticas culturais e as pequenas folhas e revistas que as articulavam espalham--se socialmente e penetram ambientes mais populares, como escolas noturnas, bailes nos círculos operários, grupos de teatro ou de esporte dos bairros, botequins do Brás, etc.

O processo social de constituição desses tipos de periódicos pode ser mais bem compreendido se identificarmos, de forma um pouco mais concreta, alguns dos personagens e práticas que os articulam.

Saindo de um universo até então eminentemente privado, a mulher, principalmente a mulher da elite, destaca-se como o primeiro personagem desse processo. O aparecimento de revistas e jornais feitos por ou para mulheres são indicadores visíveis de deslocamentos dos costumes sociais da vida feminina. Então, em pequenas folhas e revistas, senhoras da sociedade paulistana, aglutinadas em restritos grupos e associações, começam a atuar em um campo que antes não lhes era próprio. Tais publicações emergem como espaço fundamental da "nova mulher brasileira", da qual falava Marie Robinson Wright já em 1889, que "sem qualquer ostentação de ideias avançadas", "não sendo tão agressivas quanto a de outros países" onde existiam as Sociedades Sufragistas ou as Ligas de Direitos Femininos, "não correspondiam mais a criaturinha meiga, que a ficção pinta, sempre sujeita à vontade soberana de seu amo e senhor." (LEITE, 1984, p. 138).

Seja dando voz a uma prática de filantropia e/ou à disseminação de princípios moralizantes, seja servindo de veículo da produção feminina de associações culturais e recreativas, dando relevo a nomes de mulheres paulistas como Anália Franco, Zalina Rolim, Mariquinhas de Andrade e Presciliana Duarte de Almeida, no período vêm a público inúmeras publicações editadas por e/ou para mulheres. A mulher paulistana ganha espaço na cultura impressa através de órgãos como **A Família** (1888), jornal literário dedicado à educação da mãe de família, do qual participam Anália Franco, Josephina Alvares de Azevedo e outras senhoras da sociedade paulistana, e que tinha o intuito de aconselhar as mães de família em diversas questões morais, trazendo textos sobre educação dos filhos, religião, prostituição, relação entre amos e criados, etc; o **Álbum das Meninas** (1898), revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras, que circulou entre 1898 e 1900, através da qual outra vez Anália Emília Franco busca organizar "[...] uma publicação que possa ser um remédio eficaz contra o estelionamento moral que nos vai produzindo a literatura de nossos dias [...]"; **A Voz Maternal** (1903), órgão da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva e da Educação das classes desvalidas de São Paulo; folhas literárias como **A Mensageira** (1897), editada por Presciliana Duarte de Almeida, primeira mulher a entrar na Academia Paulista de Letras; **Jornal das Damas** (1890), periódico literário voltado para o público feminino; e **O Chromo** (1901), revista mensal de literatura, arte e ciência dedicada ao belo sexo, publicada por Irene Costa e Aurora Campos no bairro do Brás.

Várias dessas publicações lograram relativa repercussão social, conseguindo aglutinar esforços na manutenção de associações e obras beneficentes ou na divulgação dos novos interesses de instrução, profissionalização e/ou desenvolvimento cultural da mulher na sociedade paulista.

Em primeiro plano, pode-se destacar o exemplo de **A Voz Maternal**, que na primeira década do século XX articulou e divulgou as atividades da importante Associação Fe-

minina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, fundada em 1901 sob a liderança de Anália Franco, e cujo objetivo central era assistir as classes desvalidas. Através das campanhas desenvolvidas e divulgadas pelo jornal, pela realização de quermesses, saraus, conferências, palestras, etc., a Associação conseguiu ganhar prestígio e respeito, angariar doações de fabricantes e comerciantes, do poder público e, principalmente, das senhoras das tradicionais famílias paulistanas – fato que é comprovado pela divulgação das prestigiosas listas de doadores a cada número do jornal –, com as quais sustentou suas obras de filantropia, como a creche, o asilo, a escola noturna e especialmente as 28 escolas maternais que funcionavam em vários bairros da capital e que, segundo a publicação, em 1903 atendiam a mais de mil crianças entre 2 e 12 anos.

No campo cultural e literário deve-se destacar **A Mensageira**, que é considerada a publicação pioneira da imprensa feminina paulistana e, segundo a mesma Marie Robinson, com enorme esforço chegou a ser um periódico mensal de muito prestígio, recebendo colaborações de mulheres escritoras de todo o Brasil e até da França, onde tinha uma representante. (LEITE, 1984, p. 107). Prometendo lutar contra as concepções que defendiam que "o encanto da mulher está justamente na sua ignorância, na sua timidez e na sua infantilidade", a revista veio à luz tendo como temas centrais a instrução e profissionalização da mulher e a nova educação dos filhos. (**A MENSAGEIRA**, 30/10/1897).

O conteúdo da revista era composto por materiais literários, notícias e comentários sobre eventos sociais e culturais, notícias gerais e curiosidades, além de artigos que tratam sobre os novos desafios colocados para a mulher no exercício de seus papéis sociais de mãe, dona de casa e esposa, destacando o papel da instrução na nova atuação da mulher. Com o passar dos anos e o desenvolvimento dos grupos editoriais, esses interesses femininos conformaram importantes revistas como **A Cigarra** (1914), que mesmo se apresentando como uma publicação de variedades de caráter mais geral, tem forte apelo ao público feminino; e a **Revista Feminina** (1915), de propriedade da Empresa Feminina Brasileira, que comercializava produtos destinados às mulheres e que teve grande sucesso no período.

Denotando a expansão da instrução particular e pública, pequenos jornais, em sua maioria de caráter literário, começam a ser editados por grêmios estudantis dos estabelecimentos de ensino da capital.

Num primeiro momento, abrangendo tão somente a Academia, os cursos preparatórios para a Faculdade de Direito, que começam a se disseminar pela cidade, e as escolas particulares da elite, saem a público jornaizinhos como o **Ensaio Litterário** (1879), órgão do clube literário do curso anexo; **O Discípulo** (1884), do clube de preparatorianos Galvão Bueno; o **Victor Hugo** (1887), publicação do colégio Moretz-Sohn; e **O Aspirante** (1889), dos alunos do externato São José. Essa imprensa expande-se também para espaços mais populares, como escolas públicas e classes noturnas que começam a pipocar pela cidade. Aparecem publicações como **O Jovem Escolar** (1895), edição dos alunos do grupo escolar do sul da Sé; o **Progresso do Bexiga** (1902), órgão defensor dos interesses dos alunos da escola modelo Maria José, que segundo Affonso de Freitas consegue sobreviver até pelo menos o n. 40; ou **O Labaro** (1902), ligado ao grêmio literário do Curso Noturno de Humanidades.

Resultando, em sua maioria, do trabalho de alguns professores com uns poucos alunos, tais periódicos assumem uma feição literária tradicional, publicando poemas, pe-

quenos artigos ufanistas sobre as datas pátrias e princípios de moral e civismo, crônicas de autoria dos alunos e professores e poesia e prosa de expoentes das letras paulistana e nacional. O jornalismo é transformado em gênero e fazer jornal escolar passa a constituir um exercício de aprimoramento das formas de escrita. O jornal escolar é proposto como um estímulo aos jovens "no campeonato da imprensa" e um instrumento "de exercício nas lides do jornalismo". As notícias sobre as atividades dos estabelecimentos resumem-se a pequenas notas sobre exames e atividades extracurriculares. As discussões pedagógicas de caráter mais sério sobre a instrução e as letras nacionais ficam reservadas às poucas publicações de educadores ou das escolas de formação de professores, como é o caso da prestigiosa revista **O Estímulo**, publicada desde 1907 pelo Grêmio Normalista 2 de Agosto.

Típicas também dessa imprensa são as pequenas publicações das associações dançantes e recreativas, que ganham importância crescente na vida social da cidade. Ir aos saraus, que congregavam os associados de cada sociedade ou clube, geralmente aos domingos, onde dançava-se e fazia-se música "[...] em convívio de relações puramente familiares [...]", torna-se diversão costumeira tanto das famílias da elite, que se reuniam nos salões como o do Germania, onde as *soirées* transformam-se em animados bailes, quanto das famílias de trabalhadores que frequentavam o Grêmio Recreativo do Bom Retiro ou o Salão Celso Garcia, mantido pela Associação das Classes Laboriosas no Brás. Depoimentos e memórias do período demonstram a importância do baile na vida social e no relacionamento afetivo dos habitantes da São Paulo de então.[2] Protegidas por uma política restrita e de "sindicância" na aceitação de novos sócios, as associações colocavam-se como espaços privilegiados da atividade de "caça-marido" para as moças paulistanas.

Nessas associações, além da atividade principal, formada por bailes e *soirées* "dedicados ao belo sexo paulistano", desenvolviam-se torneios artísticos, cursos de música e literatura, palestras sobre assuntos diversos, jogos de salão, etc. É interessante destacar que várias dessas agremiações, como o pioneiro e prestigiado Germania, fundado em 1868, também funcionavam como verdadeiros gabinetes de leitura, mantendo abertas durante todo o dia suas salas de leitura com jornais e revistas, nacionais e estrangeiros, e seção de livros científicos e literários. (**ALMANAQUE DA PROVINCIA DE SÃO PAULO**, 1884).

A vida das sociedades dançantes e recreativas tem nas pequenas folhas tipográficas elemento fundamental de sua articulação. Tais publicações, animadas por poucas pessoas, "com colunas abertas a todos os sócios", eram geralmente distribuídas por ocasião dos frequentes saraus ou torneios artísticos. **A Camélia** (1890), órgão da sociedade dançante Noites Recreativas; **A Mariposa** (1897), revista literária da sociedade recreativa, dramático, dançante do Congresso Brasileiro; **A Sereia** (1902), órgão da sociedade dançante Cassino Brasileiro; e **O Internacional** (1906), órgão da sociedade internacional da Barra Funda, são apenas alguns exemplos desses materiais. Despretensiosas e ingênuas, provincianas, trazendo, além de versos, pequenas notas, alguns reclames e sempre na última página o "Programa-Carnet" com a sequência das polcas, valsas, maxixes e tangos a serem executados durante o baile, como coloca **A Mariposa** em seu artigo-programa, tais publicações tinham por objetivo "[...] oferecer às gentis senhoritas e a suas exmas famílias um poucochito de prosa e verso que amenisem os intervallos das contradanças." (**A MARIPOSA**, 20/02/1897).

2 Ver, por exemplo, os depoimentos colhidos por Ecléa Bosi, publicados em seu trabalho *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos.* (1987, p. 51-327).

Aqui, cabe enfatizar a generalização dessas novas formas de sociabilidade – os bailes, os encontros musicais e os torneios artísticos – nos diversos ambientes sociais da cidade. Nessa direção, chama atenção a presença na imprensa operária do período, ao que parece sempre necessária, de anúncios dos bailes nos salões operários, bem como os comentários sobre o sucesso e brilhantismo de tais atividades. A dança de salão e o "clubismo" disseminam-se enquanto prática e forma de sociabilidade que atravessa as barreiras de classe.

Editar revistas e folhas literárias anima também as atividades de grupos dramáticos e musicais, como atestam a publicação de **A Scena** (1904), órgão do grupo dramático recreativo paulista; **O Prelúdio** (1906), do centro artístico do Conservatório de Música; e **A Ribalta** (1913), do grêmio Dramático Musical Luso Brasileiro. Na maioria das vezes apresentando-se como "obra de amadores dramáticos" ou de "um punhado de jovens decididos aos grandes empreendimentos do palco", tais publicações buscam divulgar os programas das encenações e concertos desenvolvidos pelos grupos amadores e promover autores dos teatros nacionais Artur Azevedo e Martins Pena.

Novamente, cabe destacar a amplitude social dessas práticas culturais no período. Nos poucos relatos de operários a que tivemos acesso, o interesse pelo teatro e pela música, especialmente pela ópera, faz parte de uma tradição cultural das famílias, principalmente das de origem italiana. No caso do teatro mais particularmente, deve-se ressaltar a importância dada pelo movimento operário libertário à encenação de peças com mensagens sociais como forma de conscientização dos trabalhadores sobre a natureza da exploração capitalista e os caminhos da revolução. Estudos recentes sobre o teatro anarquista no Brasil atestam que foram inúmeros os grupos dramáticos formados por trabalhadores nas associações operárias, e os nomes de José Oiticica, Avelino Foscolo, Neno Vasco e Fábio Luz referem-se a uma rica dramaturgia de feição libertária no período.

Os espetáculos em cartaz na cidade, a vinda de companhias estrangeiras e as atividades do Municipal são acompanhadas de perto não só pelas revistas de variedades como também pela imprensa operária, que incentiva as encenações do teatro social e discute a natureza dos espetáculos em cartaz, muitas vezes fazendo uma crítica de arte que se contrapõe e/ou dialoga com os críticos da imprensa burguesa e reivindica acesso à cultura para os trabalhadores.[3]

Na última década do século XIX, nos momentos próximos ao Carnaval, pequenas folhas, quase panfletos, tais como o **Holophote** (1894), "jornal sem eira nem beira" do clube Dragões Carnavalescos; **A Pandereta** (1894), "realejo oficial" do clube dos Fenianos; e **O Buraco** (1895), órgão do clube carnavalesco dos Girondinos, animam as disputas e a rivalidade entre os diversos grupos carnavalescos existentes na cidade. Em diversos pontos da cidade, grupos informais, em sua maioria anônimos, publicam inúmeras folhas de humor e fofocas, como **A Gaita** (1895), "folha de rir e chorar"; **A Farpa** (1887), "semanário humorístico que promete pregar sem rebuços a República"; **O Mosquito** (1901), "órgão das rapaziadas alegres"; **O Cara Dura** (1901), "semanário de humor italiano"; e **O Gaiato** (1905), "periódico crítico e humorístico de propriedade de Zé Escova e A. Malandro".

---

3 Sobre o teatro operário no período, consultar ARQUIVO EDGARD LEUENROTH (1992). Tal publicação, que apresenta os resultados de pesquisa listando peças, artigos da imprensa operária e ambientes relacionados ao teatro, bem como alguns artigos reflexivos sobre o tema, foi importante na discussão do assunto.

As práticas esportivas da elite paulistana, como o turfe, a esgrima, o ciclismo, o futebol e o *rowing* são discutidas em folhas e revistas como **São Paulo Sportivo** (1892), jornal dedicado ao hipismo paulistano; **A Bicycleta** (1896), semanário ciclístico ilustrado; **A Vida Sportiva** (1903), ex-**Sportman**, órgão dedicado ao desenvolvimento da cultura física do Club Masaniello Parisi; e **Ideal Sport** (1905), do Ideal Sport Club.

Como apontava Lobato (1944, p. 9-11), além dos grupos mais informais, esse gênero de periódicos passa também a atrair inúmeros personagens das elites intelectuais e letradas da cidade. Assumindo o papel de editores independentes, homens das letras e da imprensa buscam, desde o final do século, afirmar as revistas domingueiras como um gênero viável na imprensa paulista. Personagens representativos de novos caminhos de acesso à cidade letrada, tais grupos, tendo uma origem profissional que na maioria das vezes combinava o jornalismo exercido na imprensa diária às atividades da educação e da burocracia governamental em expansão, recolhendo mais diretamente os modelos das publicações domingueiras europeias, passam a editar inúmeras folhas de variedades. Nomes como os de Amadeu Amaral, então professor e dono de escola falida do interior, funcionário do governo; Gomes Cardim, professor formado pela Escola Normal, que, assim como Raul de Freitas, membro do grupo do Minarete, ligado a Monteiro Lobato, assume importância crescente nos quadros da instrução pública no Estado; Aníbal Machado, taquígrafo da Câmara Municipal; e outros, como Arlindo Leal, Augusto Barjona, Angenor Silveira, João Luso e Manoel Viotti, que se destacam em postos-chave da imprensa diária do período, seriam também os fundadores e/ou colaboradores de inúmeras folhas domingueiras.

Revelando desde o início preocupações com a montagem de organizações editoriais independentes da imprensa diária, tais grupos buscam estabelecer estruturas editoriais mais profissionalizadas que dessem conta da produção e divulgação de suas publicações. Nesse caso, as publicações passam a ser assumidas como propriedades de companhias e já no início do século identifica-se a breve ação de empresas divulgadoras ou editoriais, como a Empresa Divulgadora de J. A. Machado & Comp. e Agenzia Giornalistica Italiana. Até o final da primeira década, apesar das aspirações desses grupos, tais iniciativas se mostram bastante frágeis. Aliás, tal fragilidade é ironizada pelos pequenos jornais humorísticos, caso do **Capitan Fracassa** (1899), que, no período, se define como um "organo settimanale d' una compagnia molto anonima e niente limited". (FREITAS, 1929, p. 797). Não obstante essa trajetória, deve-se destacar que tais grupos foram responsáveis pela publicação de periódicos pioneiros no gênero, como **A Tarde Illustrada** (1896), "fígaro parisiense em São Paulo"; **A Paulicéia** (1896), "único semanário ilustrado de São Paulo"; **A Bohemia** (1896), "quinzenário illustrado que aparece para alegrar os espíritos entristecidos com a baixa do câmbio"; **Gil-Braz** (1903) e **Vida Paulista** (1903).

As transformações das estruturas de produção e financiamento da imprensa paulistana, que desde o início do século começam a modificar o espaço dos jornais diários, a partir da metade da segunda década impõem-se também ao periodismo domingueiro. Com a formação das empresas jornalísticas, o espaço dessas folhas informais estreita-se. Entre os anos de 1910 e 1920, tais publicações seriam progressivamente assimiladas por algumas poucas revistas de variedades.

Possibilidade latente na diversidade das folhas tipográficas domingueiras, a partir dos anos 1910 publicações, que mesmo por critérios contemporâneos já podem receber

o título de revistas, firmam-se enquanto a forma padrão da imprensa de entretenimento paulistana. Construindo estreitas ligações com o mercado, assumindo-se enquanto empreendimentos comerciais, com estruturas de financiamento e produção bem mais profissionalizadas, revistas como **O Pirralho** (1911/1918), de propriedade de Oswald de Andrade;[4] **Revista Feminina** (1915/1936), editada por Virgínia de Souza Salles e de propriedade da Empresa Feminina Brasileira, que fabricava e comercializava os mais variados produtos destinados às mulheres;[5] **A Vida Moderna** (1907/1925), de propriedade da firma Garcia Redondo, Amancio & Cia., que tinha como diretor e redator-chefe Amancio Rodrigues dos Santos;[6] e **A Cigarra** (1914/1920), de propriedade da firma Gelásio Pimenta & Cia., disputam o mercado da imprensa de entretenimento em São Paulo.[7] Exemplar nessa direção é a disputa travada entre **A Vida Moderna** e **A Cigarra**. Entre 1914 e 1917, essas revistas, desenvolvendo um clima de intensa rivalidade, estabelecem uma acirrada disputa pela conquista do público, dos anunciantes e dos literatos de renome. Assim, nos seus 10 anos, **A Vida Moderna** comemora com seus leitores o fato de ser a revista de maior tiragem de São Paulo, alardeando que "ao fim de cada ano, atinge um milhão e duzentos mil exemplares, e sua coleção anual compõe-se de mil e quatrocentas páginas." (**A VIDA MODERNA**, 24/12/1914). Da mesma forma **A Cigarra**, já no seu primeiro aniversário, completado com o n. 19, proclama não somente "ser a mais popular revista de São Paulo como também a mais estimada", fato comprovado "não apenas por suas tiragens" mas também pela "correspondência numerosa que todo dia recebemos" e "pelo apoio que nos têm trazido inúmeras pessoas que mal conhecemos." (**A CIGARRA**, 25/03/1915).

No plano das linguagens, o acompanhamento do movimento de expansão desse tipo de imprensa sugere um processo dinâmico de aprendizagem e adequação de formas e conteúdos a concepções culturais e interesses sociais diversos. O desenho de conteúdos típicos e formas de contar padronizadas, a renovação e adequação das linguagens articulam-se ao processo social de formação e ampliação dos grupos produtores e dos públicos leitores.

A análise da evolução desses materiais no período pesquisado indica uma crescente aproximação com conteúdos e linguagens diferentes da linguagem séria e sisuda e dos temas da política institucional e acadêmica correntes na imprensa diária e nas revistas acadê-

---

4 **O Pirralho**, Biblioteca Mário de Andrade/MF, manteve-se como uma revista de sucesso durante quase todo o período em que foi publicada, mesmo na ausência de Oswald de Andrade. É interessante destacar que, em suas memórias, Oswald aponta a forma pela qual a revista tornou-se importante no cenário paulistano, chegando mesmo a receber propostas de financiamento de homens do poder, como Washington Luís. Ver ANDRADE (1990, p. 66-68); examinar também BELLUZZO (1992).

5 Embora a **Revista Feminina**, IHGSP, tenha sido publicada até a metade da década de 1930, as informações da referência geral deste trabalho foram sistematizadas somente até 1920. Sobre a importância da **Revista Feminina** no período, ver LIMA (1991, p. 37-48).

6 **A Vida Moderna**, ECA/USP, foi, por grande parte da segunda década do século XX, a revista de variedades de maior tiragem de São Paulo. Tal situação só começou a se reverter com a concorrência ferrenha de **A Cigarra**.

7 **A Cigarra**, AHESP, talvez seja o melhor exemplo de uma publicação de variedades que "deu certo" enquanto empreendimento comercial. Seu diretor-proprietário, Gelásio Pimenta, inicia o negócio associado ao Cel. Durval Vieira de Souza, mas pouco mais de um ano depois assume integralmente a direção da revista, prescindindo do capital de seu associado. Gelásio, que tinha adquirido experiência em outras publicações como a **Cri-Cri** (1907), AHESP, ou a **Illustração Paulista**, IHGSP, torna-se, a partir da fundação de **A Cigarra**, em 1914, um homem poderoso no meio jornalístico paulistano. Bem estruturada desde o primeiro número, do qual tiram-se 8.500 exemplares, já no número 9, demonstrando o sucesso do modelo adotado e das estruturas de financiamento e distribuição, a tiragem da revista pula para 25 mil exemplares.

micas. Num primeiro momento, cabe apontar que o ritmo de absorção das transformações resultantes da modernização das formas de produção e impressão parece obedecer mais à evolução do perfil social das publicações do que dos progressos técnicos. Descobrindo seu potencial de entretenimento, incorporando a narrativa ficcional, o humor, as linguagens visuais, o tom lúdico e temáticas mais "leves" e próximas do cotidiano, as publicações adquirem novas feições e conquistam outros públicos. Na sua articulação com o entretenimento, com novas formas de sociabilidade e com a vida mundana, a imprensa encontra um importante caminho de renovação e popularização de sua linguagem.

Se no conjunto da imprensa periódica da época algumas modalidades de publicações, como é o caso da imprensa operária e das publicações de associações ligadas a atividades bastante específicas, desde cedo assumem perfis mais nítidos, denotando projetos mais definidos, a maioria dessas revistas e folhas semanais oscila durante boa parte do período pesquisado num processo de busca de conteúdos e formas "apropriados" à composição da publicação domingueira de periodicidade quinzenal ou mensal. É verdade que, como se apontou anteriormente, os modelos eram delineados pelos jornais e revistas mais aprimorados da capital e/ou dos centros europeus, mas a "aplicação" de tais fórmulas compreendeu todo um processo de experimentação e aprendizado social.

Em sua emergência, buscando diferenciar-se da imprensa diária, mais rápida e dinâmica, de conteúdos definidos e articulações políticas assentadas, mas afirmando através de seu modelo conhecido sua identidade de jornal ou revista, tais publicações parecem querer abarcar "tudo que interesse a todos". Seus títulos e subtítulos – "folha de letras, artes, indústrias, costumes, esportes" ou "periódico de modas, ciência, artes, literatura e questões de interesse geral" – indicam o processo de busca de conteúdos que conformem tal tipo de material. Os artigos de apresentação prometem, em 4 páginas, abordar "a literatura, as belas artes, a política, em resumo tudo aquilo que pudermos acompanhar de perto e que de certo modo aproveite aos que nos honrarem com a sua leitura".

Aliás, já em 1875 tais promessas são motivo de ironia por parte do redator de **A Província de São Paulo**, que, ao comentar o recebimento do número 11 do jornal **Beija--Flor**, autodefinido como "humorístico, crítico, literário, político, noticioso, recreativo e comercial", declara que tal conteúdo é uma carga muito pesada para um pobre passarinho. (**A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO**, 21/08/1975). Jornais de humor como **O Canudo** (1897), que se proclama um "órgão pouco literário, menos político e menos religioso", fortalecem tais ironias. Na verdade, a profusão de títulos e subtítulos indica um processo de aproximação com conteúdos e linguagens diferentes dos correntes no modelo "sério" e sisudo da cidade letrada do século XIX.

Como então coloca a publicação **O Domingo** (24/10/1886),

> Não há quem, habituado com a leitura diária dos jornais da tarde, não sinta a falta destes aos domingos, quando justamente o descanso mais nos dispõe a lê-los. Ninguém há que tendo o gosto da leitura, não procure, nas horas desocupadas, um livro ou um jornal que distraia-lhe o espírito. **O Domingo** vem preencher aquela falta e satisfazer este desejo, para o que procurará sempre dar aos seus leitores páginas alegres, escritos ligeiros, folgazões e interessantes, que lhes proporcionem agradáveis e prazenteiros entretenimentos.

Assim também o **São Paulo Illustrado**, semanário de arte, humorismo, crítica e literatura, vem a público propondo-se "prestar a sociedade paulista o alto serviço de a distrair um bocado". (12/09/1903). Aliás, a articulação da cultura letrada aos novos hábitos e costumes urbanos e, principalmente, ao mundanismo, percebida pelos homens de letras, é exemplarmente ironizada por Hilário Tácito em *Madamme Pommery* (1977). Na narrativa sobre os novos hábitos da cidade, Tácito está constantemente articulando os termos e espaços do cabaré paulistano *Paradis Retrouvé*, o colégio interno de Madame, aos espaços e hábitos da cultura letrada. Aí as prostitutas são alunas, Madame, a preceptora e o colégio está sujeito às estritas regras de comportamento e disciplina dos melhores estabelecimentos do Estado.

Nessa articulação com o entretenimento e o mundanismo, a imprensa domingueira expande seu público e populariza sua linguagem. Através da aproximação com as temáticas do amor e da afetividade, as folhas literárias abriam a possibilidade de convivência entre homens e mulheres no processo de escrita e de leitura dos periódicos. Conteúdos de variedades, de poesia, de moda, seções de culinária e de preceitos de economia doméstica buscam também cativar o público feminino. Os anúncios de casamentos, batizados, falecimentos, enquetes e concursos, seções de fofocas, seções livres de colaboração do leitor – "o leitor manda verso", "o leitor responde", "o leitor elege" – criam uma rede de cumplicidade entre as publicações e os leitores. Passatempos, jogos de montar e quadrinhos mudos procuram atrair o público infantil. A linguagem satírica, ágil e irreverente das folhas de humor, criticando o tom empolado dos acadêmicos, procura setores oposicionistas e dissidentes do poder na cidade. O humor "apimentado" dos jornaizinhos dos grupos carnavalescos, os palpites do jogo do bicho, as seções de esportes abrem outro universo de leituras para o público masculino.

Embora o livro de ficção e de poesia não tenha tido grande difusão no período, a narrativa ficcional torna-se elemento fundamental na redefinição da linguagem desse tipo de periódico. Como assinala Angel Rama, no final do século XIX a noção de literário substitui a de belas artes.[8] No universo da imprensa periódica, a folha literária – ou mesmo o uso do "literário" no subtítulo como um adjetivo –, entre o comercial e o satírico, o esportivo e o noticioso, indica a abertura não só para o campo da literatura, mas das artes em geral. Grande parte das folhas domingueiras vem a público como periódicos literários. Os conteúdos explicitamente literários, principalmente a linguagem poética na forma de sonetos, emergem como forma privilegiada para amenizar conteúdos considerados mais áridos e desinteressantes das publicações. Colocar um soneto ao lado de um artigo de fundo, usar versos como epígrafes, quadrinhas populares, fazer reclames em poesia e inserir sonetos entre seções mais pesadas são estratégias largamente usadas por essas publicações.

O gênero folhetim aparece como a fórmula central de absorção da prosa ficcional pela imprensa periódica. Importado da capital, sendo primeiro incorporado como seção fixa da imprensa diária, o folhetim transborda e se firma na imprensa domingueira. O clima dos deslocamentos de público e dos sentidos da leitura de um periódico resultante da incorporação do folhetim pode ser percebido pelo entusiástico relato de Taunay sobre as repercussões da publicação, no final do século XIX, d'**O Guarani** pelo **Diá-**

8 Sobre esse ponto, ver interessante discussão de RAMA (1985, p. 86-101) a respeito das relações entre o desenvolvimento das literaturas nacionais na América Latina e o processo de incorporação de materiais e temas populares ao universo da cultura letrada.

rio do Rio de Janeiro. Segundo Taunay, a publicação do folhetim despertou verdadeiro entusiasmo na capital:

> [...] verdadeira novidade emocional, desconhecida nesta cidade tão entregue às preocupações do comércio e da bolsa, entusiasmo particularmente acentuado nos círculos femininos da sociedade fina e no seio da mocidade, então muito mais sujeita ao simples influxo da literatura, com a exclusão das exaltações de caráter político. Relembrando, sem grande exagero, o célebre verso: *Tout Paris pour Chiméne a les yeux* de Rodrigue, O Rio de Janeiro em peso, para assim dizer, lia *O Guarani* e seguia comovido e enleado os amores tão puros e discretos de Ceci e Peri e com estremecida simpatia acompanhava, no meio dos perigos e ardis dos bugres selvagens, a sorte varia e periclitante dos principais personagens do cativante romance [...]. Quando a São Paulo chegava o correio, reuniam-se muitos e muitos estudantes numa república, em que houvesse qualquer feliz assinante do *Diário do Rio* para ouvirem, absortos e sacudidos, de vez em quando, por elétrico frêmito, a leitura feita em voz alta por alguns deles, que tivesse o órgão mais forte. E o jornal era depois disputado com impaciência e pelas ruas se via agrupamentos em torno dos lampiões da iluminação pública [...] ainda ouvintes a cercarem ávidos qualquer improvisado leitor. (SODRÉ, 1977, p. 86-101).

O humor coloca-se como outro ingrediente fundamental da conformação dos conteúdos e linguagens desses periódicos. Grande parte dos temas e seções desses pequenos jornais e revistas adquire um tom humorístico e jocoso. Com matizes diferenciados, por vezes extremamente comportado, outras desafiando os limites da moralidade vigente em tom picante e desrespeitoso, ou ainda mais "sério" e mordaz, instituindo novas modalidades de crítica ao poder e às instituições, o humor toma conta da imprensa tipográfica.

Ligeiro e superficial, em forma de anedotas de salão, seções de passatempo, historietas satíricas, o humor permeia as folhas e revistas femininas, literárias, de moda, recreativas e de reclames. Jornaizinhos dos clubes carnavalescos, de divulgação do teatro de revista, de inúmeros grupos anônimos, através de um humor mais pesado, carregado em referências a comportamentos sexuais interditos, que Affonso de Freitas classificará de pornográfico, configuram um novo tipo de leitura masculina. Nas folhas noticiosas e críticas, em algumas publicações de bairro, nos jornais anticlericais, cresce a crítica política e de costumes. Faz-se troça dos hábitos e costumes das elites paulistas, do jeito de ser do caipira, dos italianismos da população imigrante, do provincianismo da vida na cidade e das próprias pretensões cosmopolitas da imprensa.

Através da caricatura e da charge, o humor visual penetra fortemente nessa imprensa. Caricaturas das autoridades e das elites em geral, das damas e cavalheiros da alta-roda paulistana, do Zé-Povo, charges com referências à precariedade dos transportes urbanos, à carestia de vida, à poeira das ruas, à falta d'água, conformam uma linguagem reivindicativa e de crítica política e de costumes. Aqui, interessa destacar que muitas dessas articulações do humor a variedades, como aponta Marcos A. Silva (1990, p. 8) em seu estudo sobre o personagem Zé-Povo, põem "[...] em xeque um estoque de representações sobre a vida brasileira da época [evidenciando] certa vontade de superar a articulação da experiência social que aborda."

Em grande parte das publicações que evoluem para uma feição de magazine de variedades, os padrões formais e eruditos da norma culta da imprensa acadêmica são amenizados e a linguagem jornalística incorpora progressivamente a oralidade. No lugar das descrições áridas e pesados artigos de fundo, entram quadrinhas, historietas, diálogos curtos e a crônica mais afeita ao linguajar do dia a dia e ao gosto dos novos públicos que procura cativar. Personalidades políticas, grupos sociais diversos, figuras típicas da cidade são alegorizados em personagens com falas próprias. A gíria da moda, os estrangeirismos franceses e depois *yankees* penetram a crônica, os falares dos imigrantes são traduzidos em fala macarrônica e a presença das populações interioranas mostra-se através dos dialetos caipiras. De uma maneira geral, no interior dessas publicações o narrador assume uma posição mais informal e as diversas narrativas um tom mais coloquial.

Embora em suas origens a maioria desses periódicos ainda seja constituída de pequenas folhas de 4 páginas e sem ilustrações, no decorrer do período estudado, impulsionada pelos progressos nas técnicas de gravação e impressão, a ilustração passa a ser incorporada de forma progressiva às suas formas de expressão. O surgimento de publicações como Illustração Paulista (1881), Galeria Illustrada (1887) e A Vida Illustrada (1890) indica tal tendência. Numa concepção modelar, 4 páginas de textos e 4 de ilustrações, já que as técnicas de impressão impunham a separação entre a parte textual e a ilustrada, que tinha que ser encomendada às poucas litografias que existiam na cidade, tais publicações impõem-se como a grande novidade de então.

Elementos decorativos correntes nas artes gráficas no período (vinhetas, cabeções, molduras, pingentes) enfeitam e dão maior leveza a capas, seções e colunas. Historietas sem palavras e "contos mudos", anunciando as origens dos quadrinhos, compõem uma nova linguagem para os leitores infantis. É interessante ressaltar que, como aponta Nelson Werneck Sodré (1977, p. 330-350), a publicação de ilustrações, e principalmente de retratos das elites, transforma-se numa importante estratégia de sobrevivência de muitos desses periódicos. Torna-se importante, através da ilustração, dar visibilidade ao desenvolvimento da cidade e das elites paulistanas. Tais periódicos, através de caricaturas, retratos, fotogravuras e, mais tarde, reproduções fotográficas, prometem ao leitor as imagens da vida moderna, construindo nova imagem da cidade.

Assim, em 1888, **O Brazil Contemporâneo** vem a público prometendo inserir em suas páginas "retratos, fotografias dos personagens mais importantes [...] bem como vistas dos principais lugares, edifícios e curiosidades." (O BRAZIL CONTEMPORÂNEO, 07/10/1886).

Da mesma forma, **A Illustração Paulista**, definindo-se como revista no sentido justo do termo, anuncia páginas iluminadas de arte, onde

> [...] se veriam desfilar entre períodos breves e ilustrações copiosas, o último comício ou o último livro, o melhoramento mais recente ou o sarau elegante da véspera, as silhuetas em foco na sociedade ou a fisionomia que no momento se destaque da penumbra anônima para a evidência da notoriedade ocasional. (**A ILLUSTRAÇÃO PAULISTA**, 20/10/1910).

No decorrer dos primeiros anos do século, a ilustração iria adquirindo cada vez maior importância na conformação da linguagem de entretenimento. Nas revistas de va-

riedades da segunda década, seriam as ilustrações em geral, mas principalmente os "instantâneos fotográficos", que hegemonizariam a linguagem da imprensa domingueira. Com a incorporação da linguagem fotográfica, a imprensa de variedades firma-se enquanto gênero. Agora, extrapolando as barreiras impostas pela norma escrita, através das revistas de variedades e da fotografia, a cultura impressa pode ter como "leitores" também os públicos analfabetos.

Na metade dos anos 1910, a fórmula da revista de variedades parece ter sido encontrada. A análise comparativa de revistas como **A Vida Moderna**, **A Cigarra** e **O Pirralho** revela, além de uma grande proximidade de temas e conteúdos, uma quase coincidência no desenho gráfico e na articulação das linguagens. Ricamente impressas, em edições de papel couchê que chegavam a 80 páginas, recheadas de instantâneos fotográficos, que nelas encontram seu campo privilegiado de afirmação, engolindo as seções literárias, as crônicas, as partes de passatempos e charadas típicas das folhas domingueiras, essas revistas acentuam o caráter ligeiro e mundano das publicações de variedades, construindo um espaço de formulação, "refinamento" e difusão das novas imagens da vida burguesa na cidade. Trata-se de mostrar, como aponta o cronista de **O Pirralho**, Jayme Gama, que "tudo vai aos poucos concorrendo para aumentar a nossa sociabilidade", revelando que

> [...] a nossa capital já é um centro onde as manifestações da vida mundana se fazem sentir fortemente, [que] já não somos os tristes moradores de uma cidade provinciana que às nove horas da noite dormia a sono solto depois dos mexericos através das rótulas ou à porta das farmácias. (**O PIRRALHO**, 11/08/1911).

Nessas revistas, a identidade entre produtores e leitores perde-se progressivamente. As publicações transformam-se em empreendimentos empresariais e aproximam-se dos grupos jornalísticos em formação; assim, os estreitos laços d'**A Vida Moderna** com o diário **O Estado de São Paulo** correspondem ao alinhamento d'**A Cigarra** com **O Correio Paulistano**. As vivências e práticas culturais que articulavam a veiculação das pequenas folhas culturais domingueiras nelas permanecem apenas enquanto elementos da construção do texto jornalístico dos cronistas e repórteres profissionais das novas empresas. Ainda privilegiando um repertório de temas e práticas articulados às novas formas de sociabilidade, porém excluindo tradições mais informais e menos mundanas e cosmopolitas, tais periódicos passam a traduzir e cristalizar formas refinadas e elitistas de olhar a cidade. Em tais revistas, já começam a se sistematizar procedimentos como a imitação de formas e conteúdos, a afirmação constante de uns poucos estereótipos, a repetição renovada que sufoca estilos identificados na análise de Adorno e Horkheimer como constitutivos da indústria cultural, muito menos visíveis nas folhas domingueiras anteriores. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 113-156). O espaço social do jornalismo de variedades estreita-se, sua linguagem cristaliza-se e seu processo de difusão incorpora novas direções. Como empresas jornalísticas, as revistas de variedades articulam-se à também nascente indústria da diversão.

6. OUTRAS FOLHAS

Aos povos e as povas daqui e de além Tamanduateí.
O Rabiscador Matreiro, Cronista de ***A Folha do Braz***.
A Folha do Braz, 30/12/1900.

Embora típicas, as folhas e revistas domingueiras não são os únicos veículos inovadores da imprensa periódica na época. Ampliando o espectro social da cultura letrada, a pequena imprensa passa também a dar voz a personagens e espaços que até então eram raros ou mesmo exteriores aos círculos das elites e da cultura letrada na cidade. Através da e na imprensa de imigrantes, nas pequenas folhas e jornais de bairro e, principalmente, na rica imprensa operária do período, categorias de publicações que frequentemente se mesclavam, a hegemonia das elites letradas foi surpreendida e desafiada por interesses, projetos e concepções de novos sujeitos sociais. Nessas outras folhas, os conflitos e tensões engendrados pelas novas condições da luta social na cidade ganham maior definição e nitidez. Nessas publicações, os desafios e perspectivas de luta das classes populares tornam-se visíveis.

Já no final do século XIX, a construção da cidade, a hierarquização dos espaços urbanos e a diferenciação social dos bairros expressam-se no movimento de expansão da imprensa periódica.[1] O crescimento e a modernização da cidade processam-se num movimento que segrega os espaços, dividindo e hierarquizando socialmente a área urbana. Nas terras altas, organizam-se os bairros *chics* das novas elites urbanas; nos terrenos baixos, próximos às ferrovias, e os arrabaldes mais distantes, desprovidos das melhorias da cidade moderna, desenvolvem-se os bairros industriais de trabalhadores e das populações mais pobres. Na época, começam a aparecer na capital pequenos jornais que buscam dar voz às reivindicações e interesses de comunidades locais, que não tinham lugar nos jornais de maior circulação.

Como aponta o estudo desenvolvido por uma equipe da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, em 1985, sobre os jornais de bairro, historicamente o Brás é o primeiro e mais dinâmico espaço de produção desse tipo de imprensa. Através dela, em meio à relativa indiferenciação de muitas das freguesias da cidade, o Brás, "grande

1 A discussão sobre os processos de construção da cidade e de hierarquização social dos espaços tem se constituído em importante temática dos estudos urbanos sobre o período aqui estudado. No âmbito dessa reflexão, vale ressaltar o diálogo mais estreito que desenvolvi com os trabalhos de Raquel Rolnik desde a dissertação de mestrado. Ver ROLNIK (1981, 1982) e CRUZ (1991).

e operoso bairro da cidade, [...] que até 1874 não existia como centro arruado, habitado, na planta cadastral da cidade", mas que, a partir da inauguração da Estação do Norte em 1877, desenvolver-se-ia progressivamente, transformando-se no "tesoureiro do município", construindo uma identidade própria, emerge como o primeiro desses espaços nitidamente diferenciados da cidade.[2]

Em pequenos jornais, que algumas vezes se transformam em diários, os diversos interesses do bairro ganham seus porta-vozes. É o caso de jornais como **O Braz** (1895), pequena folha de propriedade de Albino Soares Bairão, que prometia "[...] não se envolver em política, ocupando-se principalmente do desenvolvimento material e higiêncico [sic] do populoso e extenso bairro do qual adotava o nome e se constituia em orgão"; **O Boi** (1897), publicação do bairro, de propriedade de Armando Cruz e Edgard Leuenroth, e que, a partir de 1898, passou a chamar-se **A Folha do Braz** e foi publicada quinzenalmente até o ano de 1901; o **Braz-São Paulo** (1902); o **Comércio do Braz** (1905); o **Concordia** (1906), "orgam dos interesses locaes"; o **Diário do Bras** (1914). (FREITAS, 1929, p. 851-1078).

No decorrer do período estudado, com a diferenciação dos bairros, apareceriam publicações como **O Bandeirante** (1900), pequena folha da Penha; **O Porvir** (1904), órgão político, noticioso e comercial que anuncia promover o desenvolvimento moral e material do bairro do Belenzinho; **O Vaga Lume** (1908), jornal semanal humorístico do bairro da Luz; **A Faísca** (1909), quinzenário de Santa Cecília; **A Tribuna da Lapa** (1911), do então bem mais distante bairro da Lapa; **A Imprensa** (1916), órgão literário e noticioso dedicado aos interesses do bairro de Santana; e **A Verdade** (1927), órgão dedicado aos interesses da população suburbana da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Assumindo as características da imprensa literária e de variedades, muitas vezes próximas em termos de conteúdos das folhas domingueiras, sustentadas por pequenos reclames do comércio do bairro, esses jornais tinham como conteúdo básico, além das modelares seções de poesias, charadas e passatempos, notícias sobre "o desenvolvimento moral e material dos bairros", matérias policiais, anúncios e comunicações de casamentos, aniversários, batizados e enterros de moradores de destaque da comunidade, artigos reivindicando melhoramentos para o bairro, como calçamento de ruas, extensão das linhas de bonde, iluminação, policiamento, etc. Através de seções como as de intercâmbio entre os leitores ou de concursos para escolher "a moça mais simpática do Brás" ou "o melhor partido de Santa Cecília", os editores buscavam – e pelas cartas e respostas parece que conseguiam – criar um clima de maior identificação dos leitores com o seu jornal de bairro. É interessante apontar que no estudo dessas publicações é possível vislumbrar os hábitos, sociabilidades que se desenvolvem nesses espaços urbanos e que não aparecem nos jornais diários ou revistas de maior porte.

Um número significativo dessas folhas assume um caráter bastante conservador e, "sem se envolver em questões sociopolíticas mais amplas e acirradas", dão voz aos interesses da política e do comércio local. Vale ressaltar que aliada a outros mecanismos, como o "empreguismo" público e a consolidação de alianças entre as empresas privadas e os novos caciques políticos, essa imprensa de bairro se configura enquanto um espaço importante de formulação e afirmação das novas práticas do sistema político munici-

2 As expressões que caracterizam o bairro do Brás são parafraseadas do capítulo sobre esse bairro no livro de MOURA (1980, p. 297-304).

pal.[3] Dando projeção aos novos próceres locais, proprietários e comerciantes influentes dos bairros, futuros edis do município, promovendo candidaturas tanto para o juizado de paz dos distritos como para a Câmara Municipal, amealhando a clientela política para as diversas facções da política local, vários desses jornaizinhos de bairro emergem como importantes instrumentos de articulação das novas formas de dominação instituídas pelo sistema eleitoral municipal.

Não obstante a relevância desses jornais no universo mais amplo da imprensa de bairro, o tom conservador não foi uma regra geral. Nesse momento inicial, vários jornaizinhos, impulsionados por personagens como Afonso Schmidt e Edgard Leuenroth, rompem com esse caráter conservador dominante e assumem um tom mais combativo e reivindicatório.

Assim, como exemplo da imprensa de bairro mais combativa, deve-se destacar o jornal **A Folha do Braz,** que foi publicado quinzenalmente, entre 1898 e 1901, sob a direção de Armando Cruz e Edgard Leuenroth, fato que muitas vezes leva à sua classificação como periódico da imprensa operária. Evoluindo de posições mais cautelosas a princípio, quando se declarava neutro e sem cor política, passando por uma fase onde se envolve nas eleições municipais, prometendo pugnar pela verdade do voto o ideal republicano e o desenvolvimento material do distrito, a partir de 1900 o jornal vai assumindo posições cada vez mais reivindicatórias e combativas. Propondo-se a defender "a pobre humanidade do Brás", que não tinha a mesma sorte que os habitantes da Vila Buarque e muitos outros arrabaldes da cidade, nas seções intituladas "Pelo Povo", que publicava denúncias e reclamações dos moradores do bairro, e "Em Prol do Braz", que fazia a crônica da vida da semana no bairro, são constantes as denúncias sobre as precárias condições de vida na região e as reivindicações de melhoramentos, como o escoamento das águas do Tamanduateí, a iluminação do Largo da Concórdia e outros lugares mais centrais do bairro, a higienização dos cortiços, o calçamento das ruas e o aumento do número de bondes que serviam o bairro.

Com a evolução do jornal, temas de maior amplitude, característicos do ideário libertário do período, como a defesa da liberdade de expressão, o combate ao militarismo e às formas autoritárias da política institucional, ganham espaço em suas páginas. Tendo como alvo central a Câmara, pugnando pelo "saneamento moral da politicalha", envolvendo-se no combate aos "manda-tudo" e "não faz nada" da política municipal e na discussão com a imprensa diária, **A Folha do Braz**, assim como alguns desses jornais, deixando-se penetrar pelas necessidades do povo e da cidade, muito mais que os poderosos diários do período, traz à luz vozes, tensões e dimensões sociais que exprimem os inúmeros aspectos do processo histórico de aglutinação e adensamento urbano na formação dos bairros paulistanos.

A imprensa e a cidade, como apontado anteriormente, principalmente a partir da última década do século XIX, assumem um caráter plurilinguístico. Expressando a importância dos movimentos imigratórios e da ocupação da cidade por populações estrangeiras, desenvolve-se uma vigorosa imprensa chamada *étnica* ou *das colônias*. Dando visibilidade ao assentamento recente na cidade e à presença cultural de grupos de diferentes nacionalidades, inúmeras publicações são editadas em italiano, espanhol, alemão,

3 Alguns desses mecanismos de aliciamento eleitoral no período já foram por mim discutidos em outro trabalho. Ver CRUZ (1991, p. 52-56).

francês e sírio. Na imprensa periódica, a cidade estrangeira impõe a importância de sua presença no novo desenho da vida social urbana. Novamente, foram as pequenas folhas e revistas tipográficas que se constituíram como principais veículos impressos de expressão cultural e articulação dos interesses desses grupos de imigrantes.

Diversos pequenos grupos, muitas vezes uma só pessoa, passam a editar inúmeras folhas e revistas de defesa dos interesses dos imigrantes em São Paulo. Durante a pesquisa, identificamos mais de 40 periódicos em outros idiomas que não o português publicados em São Paulo a partir dos anos 1890 a 1900. O já citado levantamento, realizado por Affonso de Freitas, sobre a imprensa paulistana identifica mais de 100 jornais e revistas em múltiplos idiomas ou em edições bilíngues publicadas na cidade até o ano de 1914.

A forte presença italiana na cidade se faz sentir de forma expressiva nessa imprensa. No levantamento realizado, mais de 90% desses periódicos são publicações em italiano ou em italiano e português. Expressando a diversidade política e ideológica da colônia italiana, tais jornais variam desde uma feição mais conservadora às mais contestadoras e radicais. Trazendo artigos com assuntos de interesse da colônia no Brasil e, mais especificamente, em São Paulo, telegramas e notícias da Itália, fazendo a divulgação das atividades de diversos centros e associações formados por e para os imigrantes italianos na cidade, assumindo feições que vão de variedades ao diário sisudo, publicações como **L'Immigranti** (1885), "periodico settimanale dedicato agli interessi d'agl'immigranti"; **La Cronata Italiana** (1898), "notiziario della colonia italiana nello stato di San Paolo de Brazile"; **Zaza** (1901), "giornale settimanale satirico-mondano con caricature proprietá della Agenzia Giornalistica Italiana"; **Il Meridionale** (1908), órgão popular da colônia meridional italiana no Brasil; e **Il Roseto** (1913), "giornale illustrato del publico brasiliano", são apenas alguns poucos exemplos dessa vigorosa imprensa italiana.[4]

Periódicos como **O Brasil** (1897), semanário sírio dirigido por A. Najar; **Al Assmany** (1898), jornal diário que chegou a publicar mais de 50 números; **Al-Munazer** (1900) e **Al Manarat** (1901), de propriedade da sociedade maronita de beneficência, denotam a importância da presença sírio-libanesa nesse momento da história da cidade. Enfim, publicações como **L'Eclaireur** (1895), **Deutsch-Zeitung** (1897), **La Gaceta Española** (1897), **Echo Portuguez** (1897), **La Voz de España** (1901) e **O Lusitano** (1908), na sua variedade de idiomas, marcam a presença das nacionalidades na cidade, conferindo-lhes caráter cosmopolita, plurinacional e poliglota. (FREITAS, 1929, p. 743-1039). Neles, a cidade estrangeira revela a diversidade de seus falares, alinhamentos políticos e ideológicos e tradições culturais. Traduzidos na pluralidade de idiomas que caracterizava a São Paulo de então, como no periodismo "nativo", os diversos gêneros da imprensa domingueira, das variedades ao comercial, dos humorísticos aos literários, aí também viram moda. Nesse conjunto de publicações, os diferentes projetos políticos

4 No levantamento sobre as revistas culturais e de variedades realizado no início deste trabalho, não foram sistematizadas as referências sobre a imprensa étnica do período. A reflexão aqui desenvolvida sobre esse gênero de periódicos tem como base o levantamento e as descrições realizadas por Affonso A. de Feitas (1929, p. 610-1099) e as referências de alguns estudos sobre a colônia italiana que indiretamente trabalham com essa imprensa. Vale ressaltar que um estudo mais aprofundado desses jornais e revistas, que em sua maioria encontram-se no acervo do IHGSP, apresenta-se como tarefa urgente para a historiografia sobre a importância e a natureza da presença italiana na formação da Pauliceia.

compõem um espectro que vai desde os pequenos jornais operários ligados às diversas correntes do movimento dos trabalhadores urbanos, até poderosos diários vinculados a interesses conservadores interiores às colônias estrangeiras.

Embora a maioria dessas publicações, como as similares em português, tenha tido vida efêmera, muitas vezes não indo além do primeiro número, alguns grupos jornalísticos que tiveram como público alvo o imigrante lograram estabelecer publicações estáveis e influentes.

Aliás, com relação à colônia italiana, há que se destacar a importância do poderoso **Fanfulla**, que, aparecendo enquanto jornal domingueiro em 1893, impõe-se enquanto um dos mais importantes veículos da imprensa diária paulistana durante todo o período pesquisado, penetrando nos mais diferentes grupos sociais de imigrantes. Nos relatos e memórias de época, as referências à leitura e influência do **Fanfulla** dizem respeito tanto aos ambientes da elite imigrante como ao universo de trabalhadores. Nessa direção, a análise dessa imprensa parece propor que um estudo aprofundado do **Fanfulla** seria fundamental para a discussão de temas como a construção de projetos culturais conservadores interiores à cidade estrangeira e a articulação do universo cultural dos imigrantes italianos aos "interesses nacionais", bem como inúmeros outros temas relativos ao universo cultural dos imigrantes italianos em São Paulo no período.

Concebidos segundo os mesmos modelos e caráter artesanal das demais folhas e revistas, mas explodindo os limites e concepções ideológicas então hegemônicas na imprensa paulistana, começam a pipocar os jornais da imprensa operária. Embora alguns poucos títulos ligados a associações, a pequenos grupos de militantes e a categorias específicas de trabalhadores já comecem a ser editados entre os anos de 1880 a 1890, é também na última década que as publicações típicas da imprensa operária começam a se firmar. Nas primeiras décadas de nossa história republicana, o movimento operário paulista produziria uma imprensa extremamente significativa, tanto quantitativa como qualitativamente.

Levantamentos realizados sobre a imprensa operária brasileira nesse período, destacando-se o trabalho de Maria Nazareth Ferreira, *A imprensa operária no Brasil: 1880/1910*, indicam que mais de 80% dos jornais considerados da imprensa operária foram publicados em São Paulo. Na recente historiografia sobre o movimento operário, vários trabalhos vêm apontando a importância de tais veículos na expansão e condução das lutas dos trabalhadores paulistas de então.

Num primeiro momento, expressando o mutualismo das organizações da classe, mas logo assumindo as cores anarquistas e anarco-sindicalistas que predominariam no movimento, essa imprensa articula-se em torno de formações políticas diversas, características do movimento operário no período, tais como as sociedades de auxílio mútuo, os centros socialistas, as ligas de resistência, os sindicatos de ofício e as federações e confederações de sindicatos.

Definindo-se abertamente como socialistas, anarquistas ou simplesmente colocando-se em defesa dos interesses de determinadas categorias profissionais, jornais como o **La Giustizia** (1879); **O Caixeiro** (1894), órgão semanal de defesa da classe caixeiral de São Paulo; **Il Riveglio** (1898), órgão comunista-libertário publicado sob

a direção de Gigi Damiani; **O Trabalhador do Livro** (1898), órgão da Federação dos Trabalhadores do Livro de São Paulo; **Avanti** (1900), importante "giornali socialista quotidiano" que seria publicado até o ano de 1909; **O Amigo do Povo** (1902), publicado sob a direção de Neno Vasco; **O Chapeleiro** (1903), órgão da liga de resistência de chapeleiros e anexos; **A Terra Livre** (1905), periódico anarquista editado pelo militante, tipógrafo e jornalista Edgard Leuenroth, a quem em grande parte se deve a preservação dessa imprensa como patrimônio; **La Lotta Proletaria** (1908), da união dos sindicatos de São Paulo; **A Vanguarda** (1911); **A Plebe** (1917); pequenas revistas como **Anima e Vita** (1905), editada por Ernestina Lesiana; o **Almanaco Della Rivoluzione** (1909); a **Aurora** (1905), revista mensal de crítica social e literatura; ou **O Livre Pensador** (1909), traziam à tona as diversas vozes, reivindicações, propostas organizativas e projetos dos grupos de militantes.[5]

Editados algumas vezes sob divisas mais generalistas, como "todos por um e um por todos", "órgão de interesse da classe operária" ou, ainda, "órgão imparcial de defesa dos trabalhadores", ou mais definidas, como "proletários de todo o mundo uni-vos", "anarquia e revolução", ou "Fugi vampiros sociais! Abaixo o Vaticano!"; assumindo programas em nome do povo, como no caso de **O Grito dos Pobres**, que se define como "sentinela de defesa dos direitos [...] do artista, do operário, do cocheiro, do carroceiro, do carregador, do pobre enfim [e promete] [...] se bater sempre pelos oprimidos e contra os opressores de toda casta" (**O GRITO DOS POBRES**, 28/04/1889), ou abraçando concepções ideológicas mais definidas, como é o caso de **A Terra Livre**, que em seu artigo de apresentação adianta que, como um periódico socialista e anarquista, "ataca o instituto da propriedade privada, da apropriação individual da terra e dos meios de produção e da moral que as tem por base [...]" (30/12/1905), tais periódicos expressam os diversos momentos e matizes ideológicos do movimento operário no período.

Tendo como base estruturas de financiamento e produção bastante frágeis, sofrendo constantemente a repressão dos órgãos policiais, essa imprensa assume os rituais que caracterizam a imprensa operária na época, como formato tabloide, subscrição voluntária, produção por pequenos grupos militantes, periodicidade irregular. Aliás, sobre as condições de funcionamento da grande maioria desses "pequenos" jornais, tanto operários como domingueiros e de bairro, vale reproduzir as lembranças de Afonso Schmidt sobre as instalações iniciais de **O Boi**. O autor relata que

> [...] certo dia aquele mocinho magro [Leuenroth] subiu a ladeira do Carmo para ver minúscula tipografia, daquelas que outrora, depois de fracassos jornalísticos, andavam de mão em mão, até se perderem no interior [...] Dois cavaletes, algumas caixas de tipo 8 e 10, uma pequena Minerva (gênero espreme--limão), tipos avulsos de fantasia, tudo isso empastelado, coberto de poeira e teias de aranha. Depois de examinar esse restolho, comprou-o por dez réis de mel coado e fê-lo transportar para um casebre existente na rua Maria Domitília, 12, ruazinha estreita e pobre que se esgueira entre a rua do Brás e a rua do Gasômetro. (**ULTIMA HORA**, 14/01/1953).

5 A identificação e consulta à imprensa operária foi realizada no Arquivo Edgard Leuenroth. Além da pesquisa recente e do diálogo mais próximo com estudos com e/ou sobre a imprensa operária no período, me vali do contato anterior com esse conjunto de fontes levado a cabo na pesquisa de mestrado. Ver CRUZ (1991).

Tida pelas vanguardas do movimento como fundamental, a essa imprensa são atribuídas as tarefas de educação e conscientização da classe, de propaganda das doutrinas revolucionárias e de combate ideológico à dominação burguesa.

De acordo com Maria Nazareth Ferreira, em seu estudo sobre a imprensa operária no Brasil, os grupos produtores dessa imprensa têm como personagem central os trabalhadores gráficos, operários letrados e com experiência na "imprensa burguesa". Elite letrada do movimento operário, em grande parte devido aos próprios requisitos profissionais, os gráficos em geral, mas principalmente os tipógrafos compositores, constituíram-se enquanto grupo bastante atuante na redefinição das tradições e movimentos culturais e das relações de poder na cidade letrada no período estudado. Crescendo com a disseminação da escrita e da cultura editada na vida cotidiana, impuseram suas marcas na produção impressa no período. Como informa a autora, desde a última década do século XIX os gráficos da capital organizaram sucessivas entidades que culminam na fundação, em 1903, da UTG (União dos Trabalhadores Gráficos). Para que se possa avaliar o grau de organicidade da categoria no período, é interessante reproduzir uma estimativa da autora, baseada num relatório apresentado pela UTG ao II Congresso Operário, realizado no Rio de Janeiro em 1913, segundo a qual, de uma população gráfica da capital de aproximadamente mil trabalhadores no ano de 1903, 800 eram associados da UTG. (FERREIRA, 1978).

Sabendo explorar a essencialidade da categoria nas condições de produção da tipografia e da oficina gráfica de caráter mais artesanal, desde o início do século XX a UTG logrou firmar-se enquanto forte referência para a ocupação dos postos de trabalho do mercado letrado da cidade. Nesse momento, em vários números de **O Trabalhador Gráfico**, importante jornal publicado pela União entre os anos de 1905 e 1906, encontram-se várias declarações de editores de jornais e de proprietários de estabelecimentos gráficos da cidade afirmando que não admitiriam que fizesse parte de seu pessoal gráfico nenhum operário que estivesse fora da UTG.

Desde o final do século XIX, tais uniões conduziram inúmeras greves da categoria e buscaram trabalhar na organização e conscientização não só dos gráficos como de toda a classe operária.[6] Nomes como os de Edgard Leuenroth, Manuel Moscoso e Neno Vasco, entre outros, lideranças do movimento, tipógrafos, linotipistas e jornalistas, aparecem na direção e/ou colaboração de inúmeros desses jornais. Durante todo o período, em jornais que desaparecem e reaparecem sob novos títulos – seja por razões financeiras, seja devido à repressão policial –, tais militantes aparecem sempre no expediente. Aliás, as relações entre as posições de vanguarda ocupadas pelos trabalhadores gráficos no período e sua posição enquanto "elite letrada" do movimento e articuladora dessa imprensa emergem como uma questão instigante tanto da ótica do movimento como do estudo da cultura letrada.

Buscando adequar-se às características plurinacionais da nascente classe operária, as folhas tipográficas vêm à luz em diversos idiomas, em formas bilíngues ou até trilíngues. Só em italiano, em italiano e português, e em espanhol e português encontra-se uma profusão de artigos doutrinários dos teóricos internacionais do anarquismo e do anarco-

6 Ver **O Trabalhador Gráfico** (1905 e 1906). É interessante ressaltar que tal controle do mercado chega ao ponto de trabalhadores sindicalizados conseguirem a demissão dos não sindicalizados. Nessa direção aponta o relato da greve realizada em junho de 1905 no estabelecimento gráfico Gornie Braune & Cia., no qual os empregados reivindicam e conseguem a demissão de um operário por ele ter falsificado a caderneta-estatuto da UTG na hora de conseguir o emprego (**O TRABALHADOR GRÁFICO**, 11/01/1905).

-sindicalismo, de denúncias das condições de vida e trabalho na cidade e nas fábricas e oficinas, de convocação de assembleias e atividades culturais dos centros e sindicatos, de orientação dos movimentos grevistas, de combate à religião, de crítica às versões da imprensa burguesa para os mais variados acontecimentos, e à ação da polícia ou dos políticos burgueses. Assumindo as bandeiras e reivindicações que, por um largo período, constituiriam a pauta básica de luta do movimento operário (a campanha pela semana inglesa, a jornada de 8 horas, a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, as comemorações classistas do 1° de maio), os jornais da imprensa operária rompem com o monopólio dos setores dominantes sobre a palavra impressa, trazendo para o interior da cultura letrada as contradições de classe da cidade em desenvolvimento do ponto de vista dos dominados.

A novidade de situações e conflitos sociais, aliada às condições materiais e técnicas quase artesanais da cultura impressa no período, leva ao esgarçamento da hegemonia ideológica construída pelas elites dominantes durante grande parte do século XIX. Na imprensa operária, esse novo sujeito social em emergência – o trabalhador urbano – transforma a cultura letrada e impressa num vigoroso instrumento de organização e resistência contra a dominação capitalista. Transformada em fonte privilegiada e indispensável para o estudo das classes trabalhadoras no período pela recente história social do trabalho brasileira, essa mesma imprensa vem reclamando por estudos que a proponham também enquanto tema e espaço central de análise e reflexão.

Na ponta desse espectro ideológico, além dos periódicos da imprensa operária, que se multiplicam na época, parecem também significativas as raras tentativas de organização da imprensa negra, exemplificada em publicações como **A Pátria** (1890), órgão dedicado aos homens negros; **O Propugnador** (1907), órgão da Sociedade Propugnadora 13 de maio, composta por homens negros e que tinha entre seus objetivos a criação de aulas primárias diurnas e noturnas para seus associados; e **O Menelick** (1915), órgão mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos negros, cujo nome presta homenagem a Menelik II, "grande Rei da raça preta, falecido em 1913", que promete "mostrar ao mundo as sabedorias que ocultamente vagueiam no cérebro da classe". (**O MENELICK**, 17/10/1915).

Numa imprensa historicamente monopolizada por doutores e/ou ex-senhores, mesmo que raras e pontuais, tais tentativas denotam a abrangência desse processo de abertura e esgarçamento ideológico do periodismo paulistano naquele momento. No limite, pode-se trazer à tona o exemplo solitário e incomum de **A Tesoura** (1895), jornal manuscrito redigido pelos presos e de circulação na cadeia pública da cidade, que em seu primeiro número, único de que se tem notícia, em meio a ironias sobre as teorias explicativas de Lombroso, promete praticar o jornalismo, dando voz aos presos de São Paulo através do "bernaculo deste novo delito." (FREITAS, 1929, p. 860).

PARTE III

A Imprensa, a Cidade e o Povo

7. CIRCUITOS DE DIFUSÃO: DA DONZELA AO OPERÁRIO

> Entre nós, o fenômeno é singular. Não é o leitor a procura de um jornal, mas o jornal a procura de um leitor. Ensinemos esse leitor a ler. Sem cartilhas. Sem bolos. Sem prêmio de fim de ano.
>
> Editorial de ***Terra Roxa e Outras Terras***, 20/01/1926.

A disseminação das práticas da escrita e da leitura e a expansão da imprensa periódica, enquanto momentos fundamentais da expansão da cultura letrada para além dos círculos das elites paulistanas tradicionais, constituem dimensão importante dos novos modos de viver e pensar da Pauliceia enquanto metrópole em formação.

A análise do processo de expansão da imprensa periódica sugere inúmeras questões sobre as direções e sentidos da popularização da cultura letrada no interior do qual se articula. No processo de pesquisa sobre a expansão e diversificação dos veículos impressos e grupos produtores, renovação das linguagens e conformação de conteúdos, é possível perceber um movimento mais amplo de rearticulação das relações culturais no período. A centralidade da imprensa nos processos de "letramento do povo" e de difusão de imaginários sociais a constitui enquanto campo extremamente dinâmico de reconstituição das relações culturais no período. Embora muitas das indagações sobre os sentidos das transformações culturais mais amplas na época extrapolem as possibilidades de reflexão oferecidas pela análise das publicações, através da reflexão mais geral sobre o fazer-se dessa imprensa cultural e de variedades, tendo como base o diálogo que seus órgãos estabelecem entre si, bem como sua combinação a relatos e memórias de época, torna-se possível identificar pressões e explorar algumas direções desse processo mais amplo que aqui denominei de popularização da cultura letrada.[1]

---

1 Aqui, é importante destacar que não estou empregando o termo popularização meramente no sentido em que é usado de forma mais frequente quando articulado à indústria cultural, referindo-se a processos de manipulação e cooptação das culturas populares. Antes, busco incorporar ao termo as perspectivas de Stuart Hall sobre a complexidade desse campo social delimitado pelo popular, sobre as ambiguidades teóricas do termo bem como suas advertências de que uma visão estanque e instrumental da cultura possa nos conduzir à noção de falsa consciência e ao "conceito" de povo, visto muitas vezes em oposição ao de classe, enquanto uma força meramente passiva. Sobre a discussão dos problemas teóricos e relações históricas articuladas pela noção de povo e popular, dialoguei mais especificamente com os trabalhos de HALL (1984), BURKE (1984), CHAUÍ (1983) e FENELON (1992).

Nessa direção, parece fundamental acompanhar não somente o processo de diversificação/conformação/expansão das publicações como também indagar sobre os circuitos de difusão e os sentidos de leitura que elas articulavam.

Como indicam os estudos na área da história da cultura e, mais particularmente, as reflexões sobre a difusão das práticas da escrita e da leitura, a discussão sobre quem lia o quê em diferentes momentos históricos é das mais espinhosas. Nesse campo, as indagações e perspectivas de análise nos remetem a inúmeras temáticas que se referem tanto às condições sociais de possibilidade da leitura e da escrita, à produção e formação de leitores em diferentes espaços e momentos históricos, como ao universo de significação de diferentes leituras para diversos leitores.

No universo dos estudos históricos recentes, tanto na Europa como nos Estados Unidos, tais dificuldades têm sido encaminhadas através de dois trajetos fundamentais: o estudo vertical sobre registros de leitores específicos, caso dos estudos de Ginsburg (1987) e Darnton (1987, 1992), e através de métodos quantitativos, desenvolvidos centralmente pela recente historiografia francesa, buscando estabelecer séries e padrões estatísticos que possibilitem estudar a escrita e a leitura enquanto um fenômeno social.[2]

No caso da historiografia brasileira, esse é um campo quase intocado. No interior deste trabalho, mesmo consciente de que escolhas metodológicas diversas podem encaminhar de formas diferentes a reflexão sobre a temática, optei por lidar com as informações disponíveis nas duas direções. Assim, ao operar com indicações precárias, tanto quantitativas como qualitativas, sobre a difusão da imprensa paulistana no período, este estudo não tem a pretensão de “esgotar o assunto” e apenas busca, como coloca Darnton em seu texto sobre a produção e difusão da literatura ilegal na França pré-revolucionária, traçar um reconhecimento preliminar desse território. (DARNTON, 1987, p. 11).

Independente das reclamações da própria imprensa e das elites intelectuais paulistanas sobre as dificuldades de difundir as práticas da leitura, de encontrar “o homem que lê”, o processo de expansão do público leitor é inegável. Não obstante, a avaliação mais exata sobre a difusão da pequena imprensa na virada do século, em termos da formação de um público leitor e significações sociais da leitura, é bastante difícil de ser realizada. Os dados quantitativos sobre a difusão e circulação dessa imprensa são raros e descontínuos. Via de regra, principalmente até a segunda década do século XX, as folhas e revistas culturais e de variedades não traziam quaisquer informações sobre circulação e difusão, como tiragens, assinaturas distribuídas, venda avulsa, etc. Muito raramente, a partir da virada do século, alguns periódicos passaram a informar suas tiragens. Nos reclames de difusão desses periódicos na imprensa diária ou nas avaliações de época sobre o desenvolvimento da imprensa, obtém-se alguma informação isolada sobre a tiragem desse ou daquele jornal, a importância da venda de assinaturas na estrutura de financiamento de tal publicação, as estratégias de comercialização de uma terceira. Mesmo na literatura mais recente sobre a imprensa no período, a questão do alcance e difusão das publicações periódicas é muito pouco discutida. Na verdade, na ausência de indicadores mais seguros sobre tiragens e circulação de tais publicações, a realização de análises quantitativas mais refinadas fica na dependência de um esforço coletivo de construção de séries e índices, que a historiografia brasileira ainda não conseguiu realizar.

2 A bibliografia recente que, direta ou indiretamente, trata da questão aqui abordada, já é bastante significativa. Gostaria de destacar aqui alguns trabalhos com os quais se buscou um diálogo mais sistematizado, como GINSBURG (1987), CHARTIER (1987), DARNTON (1987, 1992) e DAVIS (1990).

A organização das informações sobre 32 periódicos pesquisados entre 1900 e 1915, que estampavam tiragem, fornece indicações bastante variadas segundo o ano e tipo de publicação.[3] Assim, tem-se que no mesmo ano de 1901 a revista de letras, ciências e artes **A Phenix**, dedicada à mocidade brasileira, da qual só localizei o primeiro número, estampa uma tiragem de 500 exemplares, enquanto o **Jornal Annuncio**, de distribuição gratuita pela Casa Eclética, que funcionava como uma espécie de agência de reclames do período, declara a surpreendente tiragem de 25 mil exemplares, ou seja, equivalente a mais ou menos 10% da população do munícipio de São Paulo, que por volta de 1900 é estimada em 240 mil habitantes.

Tais variações são recorrentes em toda a década, na qual se localizam pequenas folhas literárias que assumem tiragens de 500 exemplares e periódicos como a **Semana Paulista** (1908), da qual só tivemos acesso ao n. 5 do ano I, que declara uma tiragem de 5 mil exemplares, **O Pica-Pau** (1908), revista destinada ao público infantil e editada pela Livraria Magalhães, importante editora de cartilhas e livros escolares no período, que estampa a tiragem de 15 mil exemplares, ou como **O Sul Americano** (1907), órgão comercial da Farmácia e Drogaria Americana, que em seu n. 49 do ano III informa uma tiragem de 50 mil exemplares.

Ainda assim, esse conjunto precário de informações permite propor que na primeira década do século XX uma publicação de pequeno porte, mas com um grau razoável de organização editorial e financeira, que vinha a público como folha literária, noticiosa ou recreativa, teria uma tiragem variando entre 500 e 2 mil exemplares, o que é significativo se compararmos com as edições de obras de ficção de literatos nacionais, cujas tiragens, no período, geralmente não passavam de mil exemplares. No que diz respeito a essas tiragens mais espetaculares, torna-se necessário caminhar com cautela, já que muitas delas, principalmente as das publicações de caráter comercial ou de anúncios, que não por acaso constituem a maioria das que trazem a informação sobre tiragens, parecem funcionar mais como uma estratégia de vendagem de espaço para anunciantes. Se considerarmos que em 1910 **O Estado de São Paulo**, que era o diário de maior circulação na província, tinha uma tiragem por volta de 40 mil exemplares, podemos fazer a crítica de tais informações.[4] Aliás, essa tarefa é facilitada pela crítica dos pequenos e efêmeros jornais humorísticos, que vez por outra estão fazendo humor declarando tiragens de 10 mil a 20 mil exemplares.

Se considerarmos o levantamento publicado pelo **Almanaque Mellilo** em 1904, com a ressalva do editor que o considera precário, somos informados de que, dos 76 jornais identificados em circulação naquele ano, 17 tinham tiragem de menos de mil exemplares, 41 de menos de 5 mil e 18 de menos de 10 mil; e se estimarmos o conjunto de publicações em São Paulo naquele ano, chegaremos a um número entre 100 mil e 250 mil exemplares em circulação. (ALMANAQUE MELLILO, 1904). Mesmo considerando o fato de que com a difusão dessa imprensa através das assinaturas, que era a forma mais usada de distribuição dos jornais e revistas no período, as publicações ganhavam cada vez mais o interior da província e que era comum na época uma mesma pessoa fazer a assinatura de diversos periódicos, tais estimativas, mesmo que precárias, apontam para uma expansão qualitativa importante do público leitor.

3 O trabalho de identificação das tiragens desses 32 periódicos foi feito através do exame das mais de 100 publicações identificadas e pesquisadas.

4 Os dados sobre a evolução histórica das tiragens d'**O Estado de São Paulo** foram identificados no artigo "A história de um jornal", publicado sob a autoria de P. P. no **Almanach d'O Estado de São Paulo para o ano de 1916**. São Paulo (1917, p. 31-47).

Longe de se transformar em estatísticas mais exatas sobre o universo de leitores atingidos pela imprensa no período, a realização do exercício quantitativo com os dados esparsos atualmente disponíveis indica, no entanto, um avanço significativo e contínuo em termos da conquista de novos leitores durante as primeiras décadas do século XX.

Pelo menos até 1910, como os próprios periódicos indicam, tais progressos na conquista de novos leitores não foram tarefa de fácil realização, suscitando verdadeiras batalhas por ocasião da distribuição a cada edição. Recorrentes no período, as denúncias sobre os entraves colocados pelos "custos exorbitantes do papel e de outros materiais importados" e sobre o "gravoso porte de circulação" são usados como elementos explicativos centrais das dificuldades de produção, manutenção e difusão de uma publicação. Com exceção das edições de reclame, que eram distribuídas gratuitamente em lojas, confeitarias, cinematógrafos e outros locais públicos da cidade, eram as assinaturas que faziam chegar ao público leitor a maioria dessas publicações e, a cada número, as folhas traziam reclamações sobre a ineficiência dos serviços de correios, que resultavam em inúmeras queixas de seus assinantes. A venda avulsa pelas ruas, adotada de forma tardia mesmo pelos mais importantes diários, colocava-se fora das possibilidades financeiras da pequena imprensa.

Espalhar publicações pelos pontos fixos tradicionais da cidade, como charutarias, quiosques, papelarias e/ou casas livreiras, era uma estratégia que suas pequenas tiragens não suportavam. Somente algumas publicações que conseguiam sobreviver por períodos mais longos estabeleciam "correspondentes" no interior e um ou outro ponto de venda fixo na cidade, geralmente em alguma das charutarias do centro ou das ruas centrais do bairro. Centralmente, as assinaturas – mas também a vendagem em círculos mais restritos, do bairro, do sindicato, da associação – foram as formas mais generalizadas de distribuição dessa imprensa. Aliás, a venda adiantada de um número razoável de assinaturas era a estratégia fundamental de sua sustentação financeira. Na cata de assinantes, desenvolveram-se inúmeras artimanhas que variavam desde o envio do primeiro número para endereços selecionados, até o trabalho de agentes de porta em porta, tanto na capital como no interior, a organização de concursos que por vezes resultavam em concorridas votações dos leitores, os quais a cada número apareciam nas listagens nominais das seções do concurso, e a distribuição de prêmios entre os assinantes.

Outro indicador importante na análise da difusão dessa imprensa é dado pelos anúncios das casas livreiras, das "agencias de jornais e revistas" e dos estabelecimentos de papelaria que, via de regra, destacam em seus estoques de publicações a existência de "variado sortimento de revistas e jornais ilustrados". Assim também os clubes e associações recreativas sempre mantinham em sua salas de leitura, como atrativos para os sócios, além das publicações da imprensa diária, alguns desses periódicos da imprensa cultural e de variedades.

Mesmo se não levarmos em conta os números absolutos e o desenho das porcentagens da população atingida pelas referidas publicações, é necessário salientar que os significados sociais de sua difusão articulam-se à ampliação social dos circuitos da cultura letrada e impressa e à renovação dos sentidos do jornalismo. Não se trata unicamente do aumento do número absoluto de leitores ou do deslocamento de interesses e significados culturais da imprensa periódica; trata-se também da ocupação letrada de terrenos sociais, que, anteriormente, eram muito mais afeitos aos códigos da oralidade.

Em seus momentos iniciais de desenvolvimento, ao enunciar seus destinatários, que ora sinalizam interesses bastante específicos – "a classe dos estudantes", "os apreciadores das artes", "a mulher brasileira", "aos trabalhadores gráficos" –, ora bastante generalizados quando se autodefinem como "folha das famílias, do comércio e do povo", "dos habitantes do Brás e da cidade", "do proletariado do país", prometendo ser "acessível a todas as classes" e "caber tanto no bolso do filósofo como no bolsinho da donzela ou nas mãos rudes do operário", as próprias publicações fornecem indicadores sobre os rumos sociais de seu processo de expansão.

Como salientado anteriormente, o jornalismo desprende-se progressivamente da Academia e articula-se mais estreitamente à vida urbana. Para expandir seu público, as folhas e revistas, acolhendo os projetos, interesses e gostos das novas camadas urbanas, avançam sobre terrenos anteriormente alheios ao universo da imprensa. Nesse primeiro momento de desenvolvimento da imprensa cultural e de variedades, o movimento de expansão quantitativa do público leitor pode ser proposto muito mais pela publicação de uma grande diversidade de periódicos de pequenas tiragens, que tinham como público alvo grupos sociais diferenciados, do que pela indicação singular de um ou outro periódico de tiragem espetacular. A fragmentação e/ou diversidade dessa imprensa, imposta pelas próprias condições materiais e técnicas da imprensa paulistana no período, parece também responder a um processo em que espaços e grupos sociais diversos articulam-se e/ou são conquistados enquanto leitores de periódicos.

Inúmeras folhas e revistas de variedades, literárias, de artes, de humor, de esportes, de bairro, da imprensa operária articulam-se a novas e difusas formas de sociabilidade e vivência da metrópole em formação, instituindo-se como veículo de relações sociais que delineiam a vida citadina de diferentes grupos sociais. O universo de significações desses diferentes periódicos imbrica-se à vida dos grupos sociais.

Algumas publicações, "mais *chics* e refinadas", como a **Vida Moderna** e **A Cigarra**, parecem funcionar como verdadeiros álbuns da vida social das elites dominantes, atraindo leitores que compõem seu repertório de personagens e situações e projetando para outras camadas sociais os padrões do viver e pensar do mundanismo internacional. Referindo-se às temporadas dos melhores teatros e das companhias francesas diante das quais "a sociedade paulista faz *toilettes* e ensaia poses", ao carnaval paulista que "veste *smoking*, usa luva branca, agita uma *badine* de castão de ouro e fixa na impertubável órbita ocular o monóculo elegante", ao *trottoir* das senhoras elegantes na rua Direita, na porta da Casa Alemã ou da Casa Kosmos, aos domingos no prado da Mooca, tais publicações dão visibilidade e demarcam práticas, espaços e hábitos através dos quais a burguesia paulistana, antes reclusa às fazendas, aos saraus íntimos e a outros poucos ambientes fechados, ocupa publicamente a cidade.

Outros periódicos, menos *chics*, por vezes mais singelos, outros mais críticos, referindo-se a bailes em associações recreativas da Barra Funda, do Brás, aos *picnics* e festivais no Parque da Luz, aos grupos de música e de teatro das fábricas e dos bairros, aos times de várzea, às reivindicações dos bairros e do movimento operário, demonstrando a disseminação de novas formas de vivência e de pleitos sobre a cidade para além dos círculos das elites, articulam como personagens e leitores potenciais as camadas populares da população.

Com relação à imprensa operária, deve-se destacar que, para além de números e tiragens, a simples emergência e organização desse setor de forma rica e diversificada em termos de categorias profissionais e orientações ideológicas, por si só, constitui um fato social da maior relevância para a discussão sobre o processo de transformação da cultura letrada no período. Assim também o surgimento de jornais de bairro, alguns de vida extremamente breve e outros como **A Folha do Braz**, publicada regularmente durante quase 3 anos, atesta a ocupação letrada de novos territórios sociais pelos circuitos da cultura impressa. Não obstante, assim como as revistas e folhas domingueiras, a imprensa operária parece ter se disseminado através de círculos mais restritos, ligados aos sindicatos e aos bairros, por meio de uma gama variada de periódicos. Alcançava-se um público significativo através de uma grande diversidade de periódicos.

Alguns desses jornais operários, que tinham como objetivo alcançar a classe de uma maneira mais ampla, aumentavam suas tiragens e as distribuíam através de diversos sindicatos. Assim mesmo, não se tem notícia de tiragens espetaculares, e uma edição de 4 mil exemplares, que era a declarada pelo **A Voz do Trabalhador** (1908/1915), importante órgão da COB (Confederação Operária Brasileira), com circulação no eixo Rio/São Paulo, é considerada extremamente significativa para o período. No que diz respeito às significações mais gerais da difusão dessa imprensa operária para a análise das relações entre cultura letrada e cultura popular no período, parece fundamental aprofundar as proposições de Maria Nazareth Ferreira (1978, p. 148-149), segundo a qual "[...] a impressionante rede de comunicação desenvolvida pelos militantes, através da imprensa operária, não encontra paralelo na história do trabalhador brasileiro [...]".

No entanto, mesmo levando em conta essas pistas gerais, as dificuldades em responder à pergunta sobre quem lia tais periódicos permanecem. Na ótica que indaga sobre o processo de formação dos leitores, alguns indícios, aqui e ali, podem ser organizados.

Em primeiro plano, deve-se destacar que as afirmações de Teresinha Del Fiorentino (1982, p. 19) sobre os literatos constituindo parte significativa do público leitor das obras de ficção parecem também ser verdadeiras para a imprensa literária e de variedades. Na correspondência mantida entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel por mais de três décadas localiza-se que, além de discutirem entre si a qualidade de obras de ficção nacionais e estrangeiras, os dois autores estão sempre comentando e trocando o que consideram os melhores números das revistas ilustradas paulistas e cariocas. (LOBATO, 1944).

Entre as lembranças de Oswald de Andrade (1990) no período, a produção e leitura dessas revistas semanais por várias vezes cruza o cotidiano do autor. Não só como jornalistas e produtores, mas também enquanto leitores, os literatos mantêm estreitos vínculos com o periodismo. No entanto, mais do que simplesmente os literatos, deve-se destacar que a grande maioria do público leitor no período, principalmente se levarmos em conta a leitura dos jornais diários, ainda era composta pela elite masculina letrada tradicional.

Na literatura e nos relatos de época, é nas mãos dos homens letrados das elites políticas dominantes, dos chefes das famílias ricas, e também nas dos chefes das famílias remediadas e de trabalhadores que se encontra o jornal diário. Nos depoimentos sobre a época colhidos por Ecléa Bosi (1987, p. 51-357), **O Estado de São Paulo** é leitura obrigatória dos pais de família bem estabelecidos e o **Fanfulla** aparece na casa dos depoentes das famílias de trabalhadores italianos. Em suas memórias, com o subtítulo de "Seu Gattai lê o jornal", Zélia Gattai nos conta que

> Todas as manhãs, depois do café, papai lia em primeira mão **O Estado de São Paulo**, único diário comprado em casa. Fazia-o de pé, o jornal aberto sobre a mesa, as mãos apoiando o corpo, meio debruçado sobre as folhas. Ficava um tempão, mergulhado nos artigos políticos, enteirando-se dos acontecimentos do mundo através dos telegramas do noticiário matutino. (GATTAI, 1979, p. 41).

O narrador das crônicas de Amadeu Amaral, *Memorial de um Passageiro de Bonde*, Felício Trancoso, um conceituado chefe de repartição, embora prometa deixar o hábito de ler no bonde, "hábito estúpido [já que] ver o homem viver é mais interessante do que as histórias do que ele faz e pensa, (ou pensa que pensa)", está sempre ocupado com a leitura de um diário da manhã ou com uma folha da tarde. (AMARAL, 1982, p. 25). O informativo político, o noticiário do mundo, as polêmicas sobre o progresso técnico e científico ainda continuam a compor um universo eminentemente masculino. A notícia sisuda, considerada "séria", ainda é coisa de homem.

No entanto, essas mesmas fontes também apontam para a emergência de novos interesses e novos leitores. Nesses relatos, o hábito da leitura e o contato com a cultura impressa disseminam-se para além da figura masculina da elite dominante. Neles, ainda que de forma esparsa, outros personagens, como mulheres, trabalhadores das oficinas e pequenos funcionários, também leem e escrevem. Vários dos depoentes das classes populares, trabalhadores das oficinas e dos serviços, filhas e esposas de trabalhadores falam de sua vida escolar e do hábito de ler periódicos. Aí, vê-se que as seções de folhetim, de notícias sociais, necrológios dos jornais diários, recolhidos após a leitura masculina, animavam o cotidiano de membros femininos da família. Em alguns dos depoimentos femininos recolhidos por Ecléa Bosi, como os de dona Maria Alice, filha da empregada da casa de um importante advogado e mais tarde operária em oficina de costura; dona Lavínia e dona Brites, irmãs de uma família de classe média, ambas professoras, indicam as revistas ou folhetins avulsos entre seus hábitos de leitura. (BOSI, 1987, p. 51-76).

Nas mãos de Zélia Gattai e de suas irmãs, trazidas pelo tio ou como presente do namorado, encontramos as novas revistas literárias e/ou de variedades. Os hábitos de leitura de sua mãe despertavam a zanga do pai,

> [...] que não entendia e ficava intrigado com as contradições intelectuais das mulheres [...] quando a via reunida com outras mulheres, cada qual mais ignorante, ouvindo as filhas lerem as idiotices dos folhetins [...]. (GATTAI, 1979, p. 101).

As crianças buscam as seções infantis e de passatempos, os passageiros do bonde de Amadeu Amaral, vez por outra, estão envolvidos com charadas, palavras cruzadas ou palpites do bicho correntes nesse tipo de imprensa.

O processo de expansão dos públicos desenvolve-se de forma simultânea ao desenho de formas de contar mais sintonizadas com os interesses e o gosto dos habitantes da cidade. Como indica Zemon Davis (1990), existe um caminho significativo a percorrer desde a simples alfabetização até a familiarização com a leitura e a conquista de públicos cotidianos. Articulando-se de forma mais estreita ao dia a dia da população e absorvendo

seus modos de expressão na renovação de sua linguagem, a pequena imprensa de folhas e revistas parece ter instituído um caminho privilegiado para esse processo de familiarização com a leitura de que nos fala Zemon Davis.

É verdade que o levantamento realizado durante a pesquisa revelou que parte significativa dessas pequenas folhas e revistas, principalmente das que eram ligadas a associações recreativas e culturais e a pequenos grupos informais de cultura, vindo a público com toda pompa, com artigos de fundo que delineavam extensos programas, não conseguem passar dos primeiros números. É imensa a quantidade, nesse período, de periódicos de número 1 como última edição existente identificados durante a pesquisa. Aliás, é interessante registrar outra vez a prática de alguns jornais humorísticos ocasionalmente publicarem necrológios de seus semelhantes. Nesses materiais geralmente aparecem notas como a publicada pelo minúsculo jornalzinho de humor **O Mao**, publicado no Brás em 1898, que anuncia "com pezar no coração" os óbitos de 17 folhas na capital nos meses anteriores a julho. (FREITAS, 1929, p. 812).

Novamente, apesar da maioria desses periódicos "não ter vingado", é necessário destacar seus significados em termos do processo mais geral de formação de uma imprensa urbana e de veículos de contato e familiarização com os códigos da cultura letrada e impressa para inúmeros grupos sociais. Fazer imprensa, mais caseira, mais restrita, transforma-se em caminho importante de formação de jornalistas, mas principalmente de um público leitor familiarizado com os renovados códigos da cultura impressa. Fazer imprensa era construir espaços e difundir significados para novas formas de sociabilidade. Fazer imprensa era também formular e difundir projetos. Em grande parte do período pesquisado, o processo de experimentação vivenciado pelos grupos produtores nesses círculos restritos parece identificar-se com o processo de formação de leitores. Articulada aos sentidos e às linguagens da cidade, a cultura impressa amplia seus sentidos para as elites letradas e abre-se para outros públicos e experiências sociais.

Assim, também se deve chamar a atenção para o fato de que algumas dessas folhas chegaram a transformar-se em jornais e revistas conhecidas, como é o caso de **A Platéa**, que começa como semanário domingueiro em 1888 e já a partir de 1891 transforma-se em importante diário no período. O desaparecimento de grande parte desse tipo de publicação, tão comum na última década do século XIX e primeira do século XX, está relacionado ao processo de rearticulação da cultura impressa. Tal processo tem seus sintomas mais visíveis na formação das empresas jornalísticas, no fortalecimento e profissionalização de alguns grupos e na instalação de editoras mais capitalizadas e organizadas, que passam a editar a maioria dos materiais lidos pelos paulistanos na época. Para os anos posteriores a 1910, quando já existem informações mais confiáveis, temos que revistas de variedades bem estruturadas, editorial e financeiramente, como **A Cigarra**, **A Vida Moderna** ou **O Pirralho**, apresentam tiragens entre 15 mil e 30 mil exemplares.

A expansão da imprensa periódica paulistana, em termos da conquista de leitores, foi progressiva; tanto que, entre 1920 e 1930, São Paulo tornou-se o primeiro Estado da federação no que diz respeito à circulação de periódicos. (LOVE, 1982, p. 130).

Vista como "atrasada" em relação à cosmopolita capital federal, onde a experiência de produção de materiais impressos, principalmente revistas ilustradas, buscava acompanhar o ritmo das novidades europeias vindas de Londres e Paris, a Pauliceia apressa seu

passo e, já na segunda década do século XX, passa a contar com um número significativo de publicações estáveis, bem estruturadas e ricamente impressas.

Com relação aos sentidos da difusão da imprensa tipográfica no período, vale ressaltar que, embora a maioria dessas folhas e revistas não tenha adquirido uma forma estável e permanente, foi através delas que os novos conteúdos da vida e das disputas culturais da cidade penetraram mais fortemente o campo da cultura letrada. No universo dessa imprensa, torna-se possível viver as tensões da redefinição das formas de escrita e de leitura forjadas pelo burgo de estudantes.

8. AO COMÉRCIO INTELIGENTE: A IMPRENSA E O MERCADO

O reclame é a vida do comércio.
O Lyrico, 13/09/1903

A expansão do mercado e das relações mercantis apresenta-se como uma das pressões fundamentais na redefinição da cultura letrada no período aqui estudado. Através da propaganda, "esse idioma da metrópole moderna", o mercado articulou-se fortemente às novas formas de periodismo.[1] As novas demandas colocadas pelo mundo das mercadorias, até então quase que totalmente exteriores ao mundo das letras, absorvidas pelas diferentes publicações, passam também a moldar os conteúdos e formas de dizer dessa imprensa.

Independentemente das direções que animavam os projetos de resistência e contenção de transformação da cultura letrada, o desenvolvimento do mercado e da linguagem da propaganda colocou-se como uma forte pressão para a renovação/redefinição dos sentidos sociais e da linguagem da imprensa. Da mesma forma, na imprensa periódica o mercado encontra um espaço privilegiado de construção de sua linguagem. Como aponta Ricardo Ramos em seu estudo sobre a evolução do reclame no Brasil (1985, p. 9-27), foi como sustentáculo das revistas e folhas ilustradas desse período que se iniciou o aprimoramento do reclame e a propaganda regular na imprensa brasileira.

Segundo Affonso de Freitas, "nos tempos de antanho", ou mais precisamente até a proximidade da data do estabelecimento da primeira estrada de ferro na província:

> [...] o comercio indígena, retalhista, roceiramente aferrado às obsoletas práticas mantidas desde os mais obscuros tempos coloniais, desconhecia por completo as necessidades e as vantagens do reclame [...] na cidade pequenina, [...] o círculo de operações comerciais era limitadíssimo e tudo o quanto os anúncios pudessem informar já era sabido e de visu conhecido da população paulistana. (FREITAS, 1929, p. 326).

1 Ver interessante reflexão sobre a propaganda enquanto linguagem da metrópole moderna desenvolvida por BOLLE (1991, p. 137-143). No texto, o autor desenvolve uma análise da reflexão de Walter Benjamin a respeito das transformações das linguagens na metrópole moderna.

Até então, na imprensa diária, na forma de classificados, quase pregões – *vende-se*, *procura-se*, *oferece-se* –, que, na maioria das vezes, consistiam em pequenas notas e/ou declarações de pessoas “de autoridade”, discorrendo sobre as qualidades do produto, a variedade do sortimento de alguma casa comercial, as vantagens de um serviço prestado e as características de um objeto perdido; ou ainda como “tijolos” comerciais arrumados sem o menor cuidado na última contracapa, a propaganda pouco evoluía. Mesmo as clássicas vinte linhas da seção livre, então oferecidas gratuitamente pela maioria dos jornais aos seus assinantes, eram muito pouco utilizadas. Nas folhas e revistas acadêmicas ligadas ao Largo de São Francisco, o reclame era uma linguagem quase ausente. Empreitada maior, a imprensa literária acadêmica não devia ser confundida com as práticas de mercantilização. Nesse momento, fazer imprensa era assunto sério, de poucos para poucos, que não devia ser confundido com as práticas comerciais como a publicação de reclames ou a venda ostensiva pelas ruas da cidade. (AMARAL, 1968, p. 125-175).

As folhas e revistas tipográficas do final do século, leves e mundanas, despudoradas em relação ao mercado, emergem como suportes extremamente receptivos ao desenvolvimento da linguagem publicitária. Ainda tímidas na passagem do século, essas publicações iriam gradativamente absorvendo a linguagem dos reclames e anúncios e, nos anos 1910, já transmutadas em bem sucedidas revistas de variedades, constituiriam espaços privilegiados da elaboração e afirmação desse novo “olhar mercantil” sobre a cidade, a propaganda. (BENJAMIN, 1987).

Na metrópole em formação, fabricantes e comerciantes, agentes de um mercado em acelerado desenvolvimento, encontram nos reclames o espaço de visibilidade para seus produtos e serviços. A então frágil imprensa tipográfica, ávida por esquemas financeiros de sustentação, incorpora de braços abertos as novas formas de propaganda. A partir desse momento, estabelece-se um movimento de mão dupla entre a linguagem das mercadorias e a cultura impressa.

Respondendo às demandas colocadas pelo desenvolvimento do comércio, as tipografias começam a imprimir uma grande variedade de materiais, como faturas, circulares, letras em branco, calendários de casas comerciais, cartões comerciais, cartazes e muitos rótulos de produtos. Tais materiais começam a ocupar os espaços do dia a dia dos paulistanos. Nas obras de ficção e relatos de época, são recorrentes as imagens de determinados rótulos, as referências às marcas famosas, a lembrança de quadrinhas de reclame. Referências como a *Casa Clark*, o sabonete *Odol* e os cigarros *Castelões* vez por outra compõem a caracterização dos personagens na ficção de época. Assim como o jornal, a leitura das propagandas aparece enquanto uma ocupação típica do passageiro de bonde. Relatos como os de Zélia Gattai (1979, p. 37), que em suas descrições sobre os passeios de bonde com suas irmãs nos fala sobre a brincadeira de ler em voz alta os anúncios de remédios ali fixados – e recorda: “Veja ilustre passageiro/ o belo tipo faceiro/ que o senhor tem ao seu lado./ E no entanto acredite/ quasi morreu de bronquite/ salvou-o o Rhum Creosotado!” –; ou personagens como o italianinho, de Alcântara Machado (1961, p. 129-132), que “ritmando a leitura” percorre um a um os anúncios do bonde, são frequentes na época. Os reclames e anúncios também permanecem como referências importantes na memória dos habitantes da cidade, o que é exemplificado vivamente em um dos depoimentos colhidos por Ecléa Bosi, em *Memória e Sociedade* (1987, p. 53), em que dona Alice lembra com alegria um dia em que recebeu presentes de um distinto amigo da família, que trouxe para ela “dois vestidos e um par de sapatos *Ao Bon Marché*, achei aquilo uma glória, como se diz agora.”

Bem trabalhados graficamente, de fácil compreensão e assimilação, expostos nos espaços públicos e na imprensa, os reclames, junto com as famosas cartilhas da livraria Magalhães, assumem o caráter de espaços de aprendizado e de difusão dos códigos da escrita e da leitura para inúmeros setores da população urbana. Como acentua Jacob Klintowitz (1988, p. 10-44) em seu trabalho sobre as imagens comerciais naquele período, a propaganda emerge como uma importante referência de linguagem da metrópole em formação.[2]

Tendo urgência na divulgação de seus produtos para uma população crescente e anônima, dispondo das facilidades de confecção dos novos materiais impressos, comerciantes e fabricantes saem na frente e começam a editar inúmeras folhas de reclame. Disfarçadas como órgãos de interesse público, começam a ser editadas pequenas folhas, quase panfletos, tais como **Ao Boccacio** (1885), publicação da charutaria do mesmo nome; **O Gasparinho** (1893), "jornal dedicado ao público", que fazia propaganda da Casa Lotérica Dolivaes Nunes; **Jornal da Casa Barcelos** (1897), do conhecido empório de fazendas "dedicado aos ricos que desejavam gastar pouco, aos remediados que não podem gastar muito e aos pobres que são obrigados a gastar pouco"; **A Chimaphylla Alba** (1898), "gazeta das famílias" dedicada à venda do cosmético do mesmo nome; e **O Bromofórmio** (1906), do peitoral de Bromofórmio "de chaves". Pela inserção de pequenas notas entre charadas e sonetos – "1$600 o metro de merinó de primeira qualidade" –, reclames em quadrinhas e caricaturas entre pequenas notícias e passatempos, buscava-se cativar o consumidor e conquistar sua preferência. Nesse movimento de comerciantes e fabricantes para propagandear suas marcas, deve-se também destacar a edição de vários almanaques anuais, como é o caso do **Almanaque Mellilo** (1904), editado pela livraria de mesmo nome, e o **Almanaque da Antarctica** (1905), com reclames da Companhia Antarctica.

Promotores independentes descobrem na imprensa "comercial" um ramo promissor de negócios. Reunindo anúncios avulsos no comércio, por vezes também assumindo as funções de editores e distribuidores independentes, sob lemas chamativos como "o reclame é a vida do comércio" ou "o segredo do anúncio é a insistência", lançam publicações como **O Jornal Annuncio** (1901), **O Intervallo** (1905), **O Binóculo** (1905) e **A Propaganda** (1906). Antecipando-se às agências de publicidade que começam a se firmar na segunda década do século, alguns estabelecimentos comerciais, como A Casa Dolivaes Nunes e A Eclética, agregam subsidiariamente a seus negócios o agenciamento de reclames.[3] Articulados aos jornais e revistas da época, tais estabelecimentos passam progressivamente a centralizar os serviços de captação, distribuição e cobrança de anúncios e, através de seus departamentos artísticos, para os quais são contratados desenhistas e redatores publicitá-

2 É importante ressaltar que essa publicação, que tem como conteúdo principal luxuosas reproduções de imagens de rótulos, cartazes e reclames diversos do período, foi extremamente útil na análise aqui desenvolvida.

3 É importante destacar que, em suas origens, a Eclética não estava ligada a nenhum grande diário ou revista, mas à iniciativa de Edgard Leuenroth e seus irmãos para conseguir sustentação financeira para o jornal de bairro **A Folha do Braz**. Como indica Yara Aoun Khoury, a Eclética torna-se, com o decorrer do período, uma bem sucedida empresa de anúncios que prestava serviços para importantes publicações. Elemento revelador das tensões e ambiguidades do processo de incorporação da linguagem publicitária pela imprensa é a presença, nessa esfera de atividades, de Edgard Leuenroth. Segundo a mesma autora, Leuenroth trabalharia na agência durante parte significativa de sua vida e daí tiraria sua sobrevivência; no entanto, o militante anarquista nunca aceitou ser sócio de seus irmãos. Ver KHOURY (1988, p. 46-47). Examinar também as referências sobre as origens da Edanee, Empresa de Publicidade e Livraria fundada em 1913, em LIMA (1985, p. 38-39).

rios exclusivos, começam cada vez mais a influir na elaboração da linguagem publicitária da época. (KHOURY, 1988, p. 38-39).

Em meio a sonetos, seções de fofocas, charadas e outros reclames, diversas companhias de espetáculos faziam propaganda de suas atividades, como a Companhia Dramático Portuguesa ou a Empresa Malagrini Nardelli, empresas de cinematógrafo, através de veículos impressos como **O Theatro** (1905); **O Palco Illustrado** (1908); **Mignon** (1908), da casa de diversões de cinematógrafo Mignon; e **O Smart** (1910), publicação de literatura e assuntos diversos do cinema Smart.

Anunciantes de destaque da época assumem por conta própria a edição de folhas e revistas literárias cuidadosamente estruturadas e bem impressas, como a **Antarctica Illustrada** (1902), da importante cervejaria Antarctica; **O Echo Fonografico** (1902) e o **Telescopio** (1907), ambos da famosa Casa Edison de materiais fonográficos. Várias dessas publicações assumiam a feição da folha ilustrada, com projetos editoriais e gráficos cuidadosos que nada ficavam a dever às revistas de maior sucesso; algumas delas, como **O Echo**, vieram a público regularmente por mais de 10 anos.

Com a virada do século, a propaganda deixa progressivamente o espaço exclusivo das publicações "comerciais" e articula-se à imprensa periódica de uma forma mais ampla. Nesse processo, o reclame transforma-se numa das formas centrais de financiamento das publicações. O sucesso de um periódico, sua manutenção enquanto uma publicação competitiva e estável, passa a depender cada vez mais de sua capacidade de atrair recursos via propaganda. As pequenas publicações vêm a público repletas de apelos ao mercado. Em insistentes proclamações "ao comércio inteligente", as publicações prometem "anúncios por preços módicos"; publicações "encapadas com o único intuito de nelas serem feitos anuncios ilustrados a preços comodíssimos" previnem "aos senhores negociantes" que "as casas que anunciam tem mais frequência, crédito e prosperidade", oferecem "ao distinto comércio" novas e atrativas técnicas de confecção dos anúncios.

Proprietários e editores lançam-se na disputa pela preferência do comércio e da indústria. Estabelecimentos como A Loteria São Paulo, a Cervejaria Antarctica Paulista, a Casa Edison de materiais fonográficos, os representantes das águas minerais Caxambú e Lambary, a Casa Baruel de artigos farmacêuticos e de perfumaria e a Livraria Magalhães emergem como alguns dos "grandes anunciantes do período". Pequenas publicações distribuídas em círculos mais restritos encontram no pequeno comércio de bairro (armazém de secos e molhados, armarinhos, drogarias, bilhares) um apoio para o seu financiamento. Os grandes anunciantes passam a garantir a vida relativamente estável de algumas publicações domingueiras da época. A regularidade e estabilidade de "importantes pequenas revistas" do período, como **A Arara**, que é publicada regularmente entre 1905 e 1907, passa a ser garantida pela conquista desses anunciantes. (RAMOS, 1985, p. 19-27).

Seria, no entanto, nas mais bem estruturadas revistas de variedades da segunda década que a linguagem publicitária encontraria seu espaço mais sistemático de afirmação. Foi através da estreita articulação à nascente indústria do reclame que publicações como **O Pirralho** (1911/1918), **A Vida Moderna** (1907/1925) e **A Cigarra** (1914/1920) firmaram-se enquanto emprendimentos comerciais. Por volta de 1915, **A Vida Moderna**, que disputa o título de revista de maior vendagem com **A Cigarra**, promete aos anunciantes propaganda bem elaborada e público certo. Por seu turno, **A Cigarra**, que trabalhava ar-

ticulada à Empresa Moderna de Reclames, afirmando ser "o maior sucesso do genero em São Paulo", "uma das melhores revistas do Brasil", oferece "extraordinárias vantagens para anuncios e reclames que visem especialmente esta capital, todo o interior de São Paulo e o sul de Minas, onde se concentra a sua maior circulação". (**A CIGARRA**, 06/07/1915).

O desenvolvimento da propaganda passa a se constituir em uma das principais forças de questionamento da cultura letrada tradicional. Como aponta Willie Bolle (1991, p. 143), através da propaganda, o olhar livresco da cultura letrada cruza com o olhar formado na escola da rua. Então embrionária e experimental, a nascente indústria publicitária configura-se como uma poderosa alavanca no processo de popularização da imprensa no período. Os anúncios e reclames passam a constituir parte característica e importante de um periódico de sucesso.

Esse movimento progressivo de articulação da propaganda nas publicações pode ser percebido inclusive pela evolução geral da diagramação das diferentes folhas e revistas. A análise das folhas domingueiras da primeira década revela a forma ainda ambígua de incorporação dos anúncios aos outros conteúdos das publicações. A diagramação dessas publicações geralmente obedece a uma rígida separação entre os espaços destinados aos reclames e às matérias do corpo editorial. Aparecendo mais frequentemente nas páginas anteriores à folha de rosto interna e nas últimas páginas, mas algumas vezes também no meio da publicação, em páginas separadas, os anúncios compõem um "corpo estranho" ao projeto geral da revista, como se fosse "sujar" sua parte literária. Publicações pioneiras, como **A Arara**, em 1905, vão perdendo o pudor frente à propaganda e passam a inserir os anúncios nas entrelinhas, dispostos entre uma e outra matéria, cada vez mais "confundidos" aos demais conteúdos das publicações. As novas revistas de variedades da década de 1920, além de inovarem quanto a essa prática de separação rígida entre reclames e matérias editoriais, firmam algumas outras práticas pioneiras de *marketing*. As revistas de variedades, além de preservarem anúncios e reclames misturados aos conteúdos, inauguram a prática de fazer reportagens, muito bem cuidadas, com textos sérios e fotografias chamativas, sobre estabelecimentos comerciais e industriais da capital ou do interior. Aí, as qualidades dos serviços e das instalações de uma nova confeitaria, as vantagens do sistema de ensino de um colégio tradicional, a seriedade e cientificidade dos sistemas de produção de um conceituado laboratório farmacêutico, disfarçados enquanto matérias do corpo editorial da revista, transformam-se em excelentes peças publicitárias.

As distinções entre o reclame e a notícia tornam-se cada vez mais sutis. A linguagem do reclame se renova. Através da propaganda, a imprensa incorpora temas e formas de dizer pouco afeitos à norma culta da cultura letrada tradicional. Agora, não são mais os indicadores de serviços e profissões, tampouco os depoimentos de personalidades atestando a eficácia de um produto ou a idoneidade de um estabelecimento, que predominam. Charges, desenhos e fotos passam cada vez mais a compor a mensagem publicitária. Literatos e homens de letras envolvem-se com o novo mercado de reclame. Como identifica Sussekind (1987), a redação de quadrinhas, sonetos, *slogans* sobre estabelecimentos, muitos dos quais permanecem na memória sobre a vida do período, transformaram inúmeros literatos em verdadeiros homens-sanduíches.

A renovação das artes gráficas e a perícia dos ilustradores encontram no reclame um campo fértil para o exercício e experimentação. Cuidadosas ilustrações e charges irônicas

denunciam a presença de importantes ilustradores e caricaturistas do período no espaço do reclame. Fotos, cada vez mais fotos, passam a dar visibilidade aos produtos. "NOSSOS RECLAMES são assim! PHOTOGRAPHIAS e não PALAVRAS!" alardeia o cabeçalho do anúncio da fórmula "inglesa" Wolle de combate à calvície, publicado em 1914 em **A Vida Moderna** (15/10/1914). Aí já não é mais o próprio interessado quem redige o seu anúncio. Nem o público, agora difuso, dos jornais, panfletos e cartazes citadinos permitiria propagandas ao pé do ouvido. Assiste-se, assim, aos primeiros passos de uma "indústria do reclame".

Através da propaganda, a cidade-mercado penetra a imprensa periódica, denotando a crescente fruição de bens e serviços no espaço urbano. Afirmando novos valores, renovando as formas de dizer de antigas propostas, dirigindo as demandas e buscando criar desejos e necessidades no grande público, a propaganda participa ativamente do processo de formulação das novas linguagens do viver urbano. Nesse momento, caricaturas, fotos, *slogans*, etc., rompendo com os códigos e limites das escritas tradicionais, trazem para o interior do "texto" jornalístico inúmeras dimensões da experiência urbana da época.

Novos temperos, bebidas e outras iguarias importadas denunciam a introdução de hábitos e paladares no cardápio da cidade pelas diversas colônias estrangeiras. Por meio de apelos que enfatizam a exclusividade, distinção e novidade, elegantes estabelecimentos do comércio varejista cultivam a recente sofisticação das elites paulistanas. Camisas portuguesas e francesas, chapéus ingleses, sedas, porcelanas, cristais e *bibelots* europeus e artigos ingleses para futebol são alguns exemplos dos itens desse novo repertório de produtos que cultivam o consumo mais sofisticado dessas elites. Aí também, destacando qualidades como modernidade, simplicidade, fácil manejo e rapidez, estão os reclames das novas "máquinas caseiras". Anúncios de automóveis, gramofones, máquinas de escrever sem teclado ou para viagem, fogões a querosene sem cheiro nem fumaça e máquinas fotográficas prometem modernizar e simplificar a vida cotidiana dos habitantes da cidade.

O povo e o popular começam a aparecer como personagens e destinatários dessa linguagem. Prometendo qualidade e preços módicos, pagamento a prestação, estabelecimentos que se autodenominam *Casa Popular* ou *Bazar do Povo* investem na popularização do consumo. Através de vistosos reclames de meia página a página inteira, emprendimentos dos mais variados gêneros buscam incentivar a adoção de novas práticas de consumo, inspiradas em técnicas de vendas do comércio *yankee*, como a venda por catálogos, as liquidações e a formação de clubes cooperativos, que eram uma espécie de "grupos de consórcio" de então. Na segunda década do século XX, nas revistas de variedades, encontram-se anúncios vistosos como o dos Clubs Mistos Cooperativos, organizados pela companhia Boaventura B. Vidal, que prometem resolver o "complicado problema da carestia de vida" e garantir, através de razoáveis prestações semanais dos grupos de compra, a posse de produtos que vão desde máquinas de escrever e bicicletas, pianos e conjuntos de mobília para sala de refeições, até um possante táxi. (A VIDA MODERNA, 04/09/1913).

Por meio dos reclames, empresas cinematográficas, pensões, botequins e hotéis, confeitarias e casas de esportes e diversões proclamam sua adesão aos novos hábitos mundanos e cosmopolitas da cidade. Assim, já em 1903, a Pensão Paulista, além de oferecer presteza e asseio no seu "serviço à brasileira e à francesa", destaca em negrito o fato de funcionar até meia-noite. Na mesma época, o botequim *chic* Chop Delmonico, oferecendo co-

locar à disposição de sua clientela um variado sortimento de "*fine liquors, wine, beer*", adverte que ali serve-se "*lunch* a qualquer hora do dia". (A VIDA PAULISTA, 27/10/1913). Na segunda década, o reclame do Hotel Terraço destaca, além de profusa iluminação, a luz elétrica do estabelecimento, o fato de suas confeitaria e charutaria permanecerem abertas "até adiantada hora da noite". Assim também O Skating Palace, Companhia de Esportes e Atrações, que oferece como seu maior chamariz "a maior pista da América do Sul" e promete aos seus frequentadores, além das costumeiras seções de *matineé* da tarde, "deslumbrantes surpresas todas as noites".

Nos anos 1920, sinalizando as origens dos processos de constituição da imprensa enquanto um meio de comunicação de massa no Brasil, a propaganda torna-se elemento essencial, não só da sustentação financeira mas também da própria conformação editorial de um periódico de sucesso. Nas bem sucedidas revistas de variedades da segunda década, os reclames ganham espaço crescente, passando geralmente a responder por mais de 30% dos conteúdos editados.

A grande imprensa diária também encontra nessa nascente indústria do reclame sua principal via de sustentação. Assim, um artigo publicado no **Almanaque d'O Estado de São Paulo** para o ano de 1916 (1917, p. 31-47) informa que, se até a primeira década o jornal tinha na venda por assinaturas seu principal mecanismo de funcionamento, então, "graças a adoção de agressivas técnicas européias e yankees" os anúncios já respondiam pela maior parte de sua renda. As revistas modernistas dos anos 1920 incluirão entre os seus desafios estéticos a renovação da linguagem publicitária. Até alguns jornais da imprensa operária, antes totalmente refratários ao "processo de mercantilização da imprensa", passam a incluir uns raros anúncios ou usar a linguagem do reclame para destacar anúncios, convocações, etc.

A introdução e afirmação da linguagem publicitária enquanto dimensão fundamental da constituição das culturas de massa desloca o campo de tensões da luta cultural no período, trazendo inúmeros desafios tanto para as normas cultas da cultura impressa das elites como para a "norma operária" dos jornais das correntes revolucionárias do movimento operário. Os desdobramentos desse processo, objeto de importantes estudos sobre o impacto da cultura de massas nas relações culturais contemporâneas, abrem um campo extremamente relevante no que diz respeito à compreensão do papel da imprensa nos processos de dominação cultural na contemporaneidade. (HOGGART,1992; BOSI, 1993).

Aqui, já começamos a nos distanciar daquele momento inicial de experimentação e autonomia que caracterizava a imprensa tipográfica da virada do século. As relações entre a publicidade e a imprensa tornam-se orgânicas e, como acentua Sodré (1977, p. 315), caminha-se para um novo tempo, onde seria "muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal: e ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal."

9. A IMPRENSA E A MENTALIDADE DO POVO

Olhe o caso daquele tipógrafo. Era o melhor empregado da tipografia. Mas sempre que havia greve, ia-se ver, era ele quem imprimia e espalhava os boletins.
É a tal "meia instrução". Um tipógrafo considera-se intelectual. Fazer propaganda socialista! Mas que absurdo!
São Paulo Naquele Tempo. Jorge Americano.

Campo privilegiado de formulação, articulação e expressão dos modos de pensar das elites paulistanas, a cultura letrada, ao projetar-se sobre a cidade em transformação e, principalmente, sobre seus terrenos populares, expõe-se a inúmeros embates e desafios. Indagado em sua pluralidade, o conjunto de publicações aqui analisado indica que o processo de expansão da cultura impressa sobre territórios da oralidade não constitui estrada de mão única. Valorizada na prática social dos diversos grupos, construindo-se enquanto um importante veículo de formulação e difusão dos imaginários sociais no período, no seu fazer-se a imprensa constitui um campo de disputa extremamente dinâmico de diferentes projetos sociais.

Na reflexão letrada daquele período, a imprensa começa a ser entendida não só como instrumento de articulação e discussão das posições e interesses das elites mas também, e principalmente, como veículo de formação cultural e moral do povo. No campo popular, as vanguardas do movimento operário concebem a imprensa como instrumento fundamental de propaganda das ideias revolucionárias e de educação do proletariado. Nas páginas dessa imprensa, o povo e o popular articulam-se tanto nos discursos dos setores dominantes sobre o caráter da nacionalidade, sobre a higienização do espaço urbano, sobre a instrução pública como nos de denúncia sobre as condições de vida e trabalho e de agitação e propaganda dos projetos revolucionários do movimento operário. Nesses discursos, projetos e iniciativas para "proteger a infância desvalida", "para assistir a mãe trabalhadora", "para educar os pobres", "para formar a massa trabalhadora", assumindo a qualificação de popular, dão visibilidade às posições das elites paulistanas. Intenções como as de "representar os interesses do povo", "educar e conscientizar os trabalhadores", "desenvolver a propaganda da revolução" inserem nesse campo de disputa a atuante imprensa operária do período.

Embora esparsas, várias indicações fornecidas pelas publicações demonstram que os diferentes grupos sentiram os avanços da imprensa sobre os imaginários do povo:

> A imprensa burguesa exerce, sem dúvida, uma grande influência sobre o povo. Ela poderia ser um importante fator na cultura e na formação de sua mentalidade. Mas como está mercantilizada, como o seu fim é exclusivamente o lucro, a sua influência não pode ser mais prejudicial e execrável. (A VOZ DO TRABALHADOR, 15/07/1908).

Trecho de um artigo d'**A Voz do Trabalhador**, publicado sob o título "A imprensa e a mentalidade popular", a citação acima parece sugestiva para orientar a discussão sobre a questão. Em princípio, tal avaliação, representativa das posições da imprensa anarquista-libertária sobre a "imprensa burguesa", ao exprimir a concepção de importantes setores do movimento operário do período, delimita a imprensa enquanto importante campo da luta social. No primeiro plano, sinaliza que o processo de conquista e expansão da cultura impressa sobre terrenos sociais anteriormente alijados dos circuitos da cultura letrada não se configurou enquanto terreno da mera homogeneização cultural. Assim, também aponta para a crescente articulação do periodismo ao mercado e às práticas mercantis. Por outro lado, identificando a *mentalidade popular* enquanto alvo e objeto da disputa, formula a questão central na discussão sobre a importância da imprensa na formação do povo.

Uma primeira leitura dos programas das diferentes publicações, então uma "irresistível manifestação do jornalismo sempre que se inicia uma nova publicação", confirma tal avaliação.

Formulados pelas elites letradas das redações dos importantes diários paulistanos, por editores de jornais e revistas – ligados a instituições, a grupos acadêmicos e a iniciativas assistencialistas dos setores dominantes – e também pelas vanguardas das diferentes correntes do movimento operário da época, *slogans* como "difundir as novas ideias de civilidade e progresso", "difundir as luzes nas classes menos favorecidas de nossa sociedade", "dar voz ao proletariado", "propagandear as ideias emancipadoras da humanidade" traduzem algumas das direções e intenções que animam os movimentos mais explícitos de contenção e resistência no interior do processo de "popularização" da imprensa periódica.

Elaborações mais vagas e difusas que exprimem as intenções de "cultivar no povo o gosto pela leitura", "preparar a juventude para futuras lutas", "ser a escola onde entram todos aqueles que sabem soletrar", "instruir a mulher paulista" e "distrair o povo" situam nesse campo de disputa um número significativo de grupos sociais que se articulam em torno de pequenos jornais literários, jornais e revistas ligados aos grêmios estudantis e outras associações culturais, publicações femininas e folhas domingueiras de entretenimento. Irreverentes e desrespeitosas, as intenções traduzidas em promessas de "implicar com todos e não ofender a ninguém", "não cumprir nenhum objetivo como o de ser alavanca do progresso ou defensor do direito e da verdade", "não ter programa" e "atacar os privilégios da imprensa" denunciam a presença crítica e abusada "na arena das disputas jornalísticas" dos jornais anônimos de humor.

Sem dúvida, o processo de disputa em torno da "mentalidade popular" mostra-se de forma mais explícita no embate entre a chamada imprensa burguesa – que nas referências

anarquistas inclui não somente importantes diários mas também revistas de variedades de maior circulação – e a imprensa operária. Na discussão de inúmeras questões tratadas pelos jornais diários, nas folhas e revistas das instituições ligadas à instrução ou à assistência aos "desvalidos", e com menor intensidade nas grandes revistas de variedades, a formação "moral e intelectual" do povo frequentemente emerge como tema e/ou solução para os problemas da sociedade paulista.

Avaliações como a do articulista d'**O Estado de São Paulo**, em 1901, num artigo que busca fazer um balanço do século XIX e das perspectivas do XX, de que "não precisamos só de enxadas, mas sim de cabeças [...] Precisamos educar, precisamos revolucionar a nossa massa popular", articulam-se nos discursos sobre a modernização e o progresso. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 25/04/1901).

A escola e a imprensa aparecem como os veículos privilegiados para a formação do povo. Assim, a folha feminina **Álbum das Meninas** vem a público em 1898 prometendo ser "um remédio eficaz contra o estelionamento moral que nos vai produzindo a literatura dos nossos dias". A preocupação de "instruir as classes desvalidas" e "arrancar da ignorância e degradação as crianças arrastadas pelos maus exemplos" parte de diagnósticos de que se vivia uma época "em que a falta de educação e *o anarquismo* parece arrastar as massas inferiores a perigosas paragens". (A VOZ MATERNAL, 01/02/1904). Formar e reforçar valores que constituíssem uma barreira para que "esta caravana de visionários se converta de repente em ameaça, em uma legião de demônios destruidores" coloca-se como uma das tarefas primordiais das elites para o século que se abria. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 07/01/1901).

Aliás, é interessante assinalar que na série de extensos artigos de vários representantes das elites paulistanas, publicada pelo jornal **O Estado de São Paulo** nos primeiros meses de 1901 – a qual tinha como objetivo fazer um balanço das conquistas e dos problemas legados pelo século XIX e das perspectivas para o século XX –, o anarquismo aparece como uma das grandes ameaças ao progresso do país e a educação massiva como um dos possíveis antídotos para seu desenvolvimento.

Embora a imprensa operária raramente figure como tema explícito na grande imprensa, a irritação e perseguição aos "fazedores de boletins", o intenso combate às propostas das lideranças nos momentos de greve e a desqualificação intelectual das lideranças indicam as preocupações dos setores dominantes com a penetração das mensagens da imprensa operária. Denunciadas pelos jornais operários, as alianças entre os patrões, a polícia e a imprensa, principalmente durante os momentos de maior efervescência do movimento operário, traduzem-se em intensas campanhas que visam estigmatizar as lideranças enquanto "baderneiros" e "perturbadores da ordem" e o anarquismo como ideologia exótica, importada e estranha à índole pacífica do povo brasileiro.

No dizer do articulista d'**A Voz do Trabalhador** (01/01/1913), nessas ocasiões, "a imprensa burguesa, este vasto balcão onde se mercadeja em grosso a consciência humana", em "longos artigos, inçados de adjetivação custosa", procurando convencer "os operários ordeiros" a abandonarem as lutas, "zurze sempre aqueles que, pela sua qualidade de agitadores mais se salientam." Tais campanhas tentam responder e neutralizar as direções que a imprensa operária e os boletins e comunicados de greve buscam imprimir aos movimentos. É interessante destacar que, embora mais raramente que nos grandes diários, esse

combate ao anarquismo articula também conteúdos políticos de algumas revistas literárias do final do século XIX, onde charges, artigos e crônicas constroem imagens sobre a "ameaça estrangeira do anarquismo à pacata e ordeira cidade". (A PAULICÉIA, 20/03/1896).

Foi, sem dúvida, nas vanguardas letradas do movimento operário, principalmente das correntes anarquistas, que o movimento de penetração da "imprensa burguesa" sobre os terrenos populares encontrou seu principal crítico e opositor. A visão da imprensa como instrumento pedagógico importante e a concepção de que o embate ideológico era fundamental – e que seu espaço privilegiado era a imprensa – levaram parte significativa dessa intelectualidade operária a dispender muito de seu tempo e energia na produção e difusão de seus jornais. A atuação desmistificadora da grande imprensa e outras publicações consideradas perniciosas à consciência dos trabalhadores é tida como um momento importante da militância revolucionária.

A análise dos conteúdos de jornais como **A Voz do Trabalhador** e **O Trabalhador Gráfico** sugere que as matérias sobre a grande imprensa ou sobre o tratamento dado pela grande imprensa a temas ou aos acontecimentos da conjuntura assumem grande importância, sendo superadas somente pelas matérias doutrinárias de propaganda das ideias anarquistas, de denúncias sobre as condições de vida e de divulgação das inúmeras atividades associativas.

Durante as greves e outras lutas dos trabalhadores, diferentes jornais operários procuram criticar as informações e avaliações dos grandes jornais, dando combate às versões divulgadas sobre os movimentos, através de uma linguagem na qual os jornalistas dos diários são designados com expressões como "rameiras da literatura" ou "fetichistas da grande imprensa". Nas épocas de campanhas eleitorais, vários desses jornais também intensificam seu combate à imprensa burguesa, buscando desmistificar o sistema representativo, os candidatos promovidos por este ou aquele diário e, principalmente, as promessas de campanha.

Denunciada mais fortemente pela imprensa anarquista, a influência da "imprensa burguesa" na mentalidade do povo é também percebida e apontada por vários outros jornais. Embora o tom de grande parte das folhas literárias e domingueiras seja bastante subserviente aos "dignos representantes de nossa imprensa diária", via de regra encontram-se também pequenos jornais, como **A Farpa** (1900), **A Folha do Braz** (1898/1901), **O Parafuso** (1915-1922), que algumas vezes, em inflamados artigos de primeira página e, na maioria das oportunidades, através de difusas referências satíricas, buscam alertar seus leitores para os privilégios da imprensa, seu "oficialismo" e as mentiras e embustes divulgados por diferentes órgãos do periodismo diário. Também nesses jornais, mas principalmente nos de humor, a figura dos jornalistas é afrontada e ridicularizada com imagens que os definem como "doutores da enganação", "desocupado que estudou para fazer do torto direito e do direito torto", etc.

Tais embates em torno dos imaginários do povo, tendo como objetivos mais explícitos a política e a chamada questão social, assumem também relevância quando se trata dos costumes e da formação moral. Aqui, o alvo principal passa a ser a imprensa mundana e de entretenimento. O deslocamento em direção a variedades e conteúdos mais ligeiros e mundanos é recebido com críticas severas pelas publicações "mais sérias e bem comportadas" como a **Arcádia**, órgão da associação de estudantes de Direito da Arcádia Acadêmica, que investe contra

> [...] o povo burguês, que só se farta com o escândalo, o espalhafato, a troça, deste povo miseramente ignorante, que apenas anima com seu acolhimento paternal os órgãos escandalosos, espalhafatosos, trocistas. Mas não estremece, não se agita, nem sente o mínimo interesse, quando sai à estampa uma revista literariamente pacata, sem visos da política convencionada e inebriante [...] à um povo que só se apinha nos teatros para aplaudir os *vaudevilles*, *as pochades* barulhentas e libertinas, mas que foge das peças mimosas e delicadas. (**ARCÁDIA**, 11/08/1901).

Nessa direção, é interessante assinalar que, muitas vezes, embora construída com discursos e argumentos diferenciados, a crítica dos "jornais sérios" da imprensa burguesa recai sobre os mesmos alvos da imprensa operária. A articulação das publicações ao mundanismo e ao entretenimento passageiro, o envolvimento e incentivo aos "vícios" populares (jogo do bicho) e às práticas "ligeiras" (como concursos e passatempos), a propaganda das "orgias de momo", as matérias "sensacionalistas" sobre crimes de sangue, roubos espetaculares e outros acontecimentos "exóticos" e inusitados, e mesmo as ingênuas fofocas sobre o cotidiano "amoroso" das populações dos bairros e da cidade são considerados como indecorosos, perniciosos e impróprios para a formação do povo. Assim, as ligações mais abertas das folhas e revistas domingueiras com o mercado e com a propaganda, criticadas de forma mais incisiva pela imprensa operária, também são assimiladas com desconforto e pudor pelos representantes da imprensa mais "séria".

Os reclamos da imprensa operária a respeito da influência desse tipo de "exploração jornalística" sobre os hábitos e consciência dos "operários simples", além de consistirem em importantes pistas sobre a penetração desse tipo de publicação nos ambientes populares, suscitam questões sobre a natureza das tensões e desafios experimentados pelo projeto cultural anarquista no espaço popular naquele momento. O desenvolvimento da pesquisa em relação às posições/tensões do projeto libertário frente à natureza revolucionária das novas linguagens, enquanto articuladoras dos sentidos da vida urbana, talvez nos ajude a aprofundar a compreensão da atitude anarquista que, segundo Foot Hardman (1983, p. 83), é basicamente contraditória, oscilando "entre o puritanismo ideológico e a necessidade de cativar o interesse popular." Aliás, a mudança de padrão das propostas culturais libertárias no final dos anos 1910, da festa propaganda, mais doutrinária, classista e estreita culturalmente, para os grandes festivais proletários, "muito mais populares e públicos que os anteriores", apontada por esse mesmo autor, parece indicar um processo em que o projeto anarquista é progressivamente "contaminado" pelas novas formas lúdicas de sociabilidade urbana e passa de modo crescente a dialogar com a popularização das linguagens como a propaganda, a fotografia, o cinema, etc.

O diálogo entre as diferentes publicações delimita um campo de tensões em torno não somente de conteúdos mas também das linguagens ou maneiras de dizer. De formas mais ou menos explícitas, os diferentes grupos produtores envolvem-se num processo de disputa que coloca em questão não só o que dizer, mas como dizer. A disseminação da escrita via imprensa, através de espaços e práticas relacionados à vivência das classes populares, parece desafiar e questionar a própria norma culta e erudita da linguagem escrita das elites dominantes.

Não há dúvida de que uma primeira leitura desses materiais põe em destaque o processo de absorção/contaminação do tom sisudo e empolado, moldado no parnasianismo,

típico da linguagem acadêmica, experimentado por diferentes publicações no período. Sonetos de mesma forma e crônicas pomposas são elementos correntes na linguagem dos grandes diários, das folhas e revistas domingueiras e até mesmo da imprensa operária. Nesse sentido, concordo com Foot Hardman quando argumenta que a importância atribuída pelos militantes do movimento operário à palavra escrita e suas dificuldades frente à multiplicidade linguística da classe "levou, contraditoriamente, a nivel do discurso escrito (imprensa operária), à assimilação do parnasianismo, que era o tom e coro dominantes do universo da República bacharelesca e pré-modernista." (HARDMAN, 1983, p. 48).

A projeção da norma culta da escrita sobre as formas de expressão das camadas populares parece encontrar na difusão da imprensa periódica e dos processos de escolarização um caminho privilegiado de efetivação.[1] A escrita correta e estilosa é um objetivo que perpassa a construção da linguagem dos mais diferentes periódicos, inclusive os da imprensa operária. As discussões sobre as formas corretas da escrita, os estilos e as possíveis reformas ortográficas da língua são temas que mobilizam tanto eminentes intelectuais do período como alguns jornais da imprensa operária. A crítica dos novos companheiros de imprensa, seção obrigatória em quase todas as publicações da época, tem como um de seus elementos fundamentais a apreciação sobre a obediência às normas corretas da linguagem.

Percorrendo a correspondência de Lobato com Godofredo Rangel, encontram-se inúmeras cartas com extensas discussões sobre a linguagem de diferentes escritores, as formas corretas e incorretas da escrita e as propostas de reformas ortográficas que surgem no período. As reações de Lobato às reformas propostas pelas novas gramáticas portuguesas, que buscam a simplificação da escrita e sua maior aproximação da oralidade, embora formuladas de forma vivaz e encantadora, revelam suas tendências conservadoras e elitistas na matéria. Um dos trechos mais interessantes em que o autor assim se posiciona é quando defende a permanência do "h" em palavras como *estética*. Lobato (1944, p. 224) argumenta: "Acho razoabilissimo que se escreva, por exemplo, *estética*; mas acho fidalgo, distinto, cheiroso, escreve-la à antiga, com aquele inútil 'h' a flanar no meio da palavra. Tenho paixão pelo 'h'. Dá-me idéia duma letra nobre, de muita raça, com avô barão rapinante nas Cruzadas [...]".

No entanto, a polêmica, mantida com a Academia Brasileira de Letras sobre o tema da ortografia – e gerada por figuras como Neno Vasco e Elísio de Carvalho –, é o ponto mais revelador das tensões em torno da definição da norma culta nesses diálogos mantidos entre os jornais e intelectuais de prestígio. Tal polêmica aparece como sintoma da natureza multifacetada das relações entre as elites dominantes e alguns dos projetos populares no período. Se a presença de muitos desses líderes operários no próprio terreno das elites, assumindo as discussões e temas da cultura letrada dominante, indica um processo de assimilação/contenção dos projetos culturais das lideranças operárias no campo do poder dominante, a modernidade e atualidade de suas críticas e propostas assinalam a força alternativa e autônoma de tais projetos.

---

1 Acompanhando as discussões da década de 1980 sobre a reformulação dos currículos de português das escolas públicas em São Paulo, é possível perceber como essa estratégia de impor a norma culta da escrita sobre as formas de expressão das camadas populares encontra-se extremamente viva nas formas de relacionamento cultural em nossa sociedade. Naquelas discussões, uma das maiores dificuldades parece ter sido a de convencer mestres de português de que o processo de alfabetização e de aprendizado da norma culta deveria respeitar e acolher as formas de expressão, consideradas incorretas, que seus alunos traziam de seus ambientes sociais. (Relatos de reuniões realizadas na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo quando da reformulação das propostas curriculares em 1985).

Dessa forma, é interessante assinalar que muitas das propostas de Neno Vasco e Elísio de Carvalho, veiculadas principalmente pelas páginas de **O Amigo do Povo** e **A Terra Livre**, tendo como base as vantagens da simplificação ortográfica e da aproximação das formas escrita e oral no desenvolvimento dos processos de educação popular (retirada de letras supérfluas e dobradas, supressão do w, k e y, escrita das palavras de acordo com o som), adotadas primeiro na escrita de muitos jornais operários, são logo assimiladas pela Academia e por importantes compêndios gramaticais da época.[2]

Mas não foi somente em torno da definição da norma culta que as disputas se desenvolveram. Um questionamento um pouco mais detalhado dos materiais da imprensa e dos diferentes relatos de época revela que, em vários momentos, a norma culta foi transgredida e outros falares "menos corretos e cultos" invadiram o campo da cultura letrada através da imprensa periódica. Na maioria das vezes de forma proposital, principalmente em efêmeros e anônimos jornais de humor, o uso do português incorreto – seja através de erros gramaticais, seja na forma de "dialeto caipira", de termos "pesados" da gíria das ruas, de referências desrespeitosas aos costumes – aparece como estratégia de crítica à linguagem pomposa e sisuda predominante na imprensa.

Pontuais, porém bastante reveladoras dessas transgressões às normas cultas, são as avaliações de jornalistas e intelectuais contemporâneos sobre a escrita de diferentes publicações. Figuras como Lobato e Oswald de Andrade, vez por outra, dão vazão a uma crítica bastante elitista a essas manifestações, identificando repórteres ignorantes e panfletários, jornalistas analfabetos e revisores burros "que nunca conseguem acertar com a ortografia". Com relação a Oswald, é interessante destacar sua atitude em referência a Benedito de Andrade, que adotaria o nome jornalístico de Babi de Andrade, durante muito tempo importante colaborador de **O Pirralho**, assumindo inclusive sua direção durante a ausência do proprietário, e que depois editou com Rubens do Amaral o semanário **O Parafuso**. Tendo se desentendido com Babi, em torno da disputa pel'**O Pirralho**, em suas memórias, Oswald, dando vazão aos preconceitos elitistas dos setores letrados a intromissões de "gente de fora" num campo considerado seu, refere-se a Benedito de Andrade com expressões como "o mulato Babi" ou "o panfletário analfabeto."[3]

Nessa mesma direção, parece também sintomático que a greve de 1906 só apareça no divulgado relato de Jorge Americano sobre a vida paulistana no período através de um diálogo que aponta a rebeldia de um tipógrafo que "era o melhor empregado da tipografia", mas sempre que havia greve, imprimia e espalhava boletins. Uma das vozes introduzidas nesse diálogo, argumentando que essa situação se deve "a tal da *meia instrução*", onde "um tipógrafo considera-se intelectual" e comete o absurdo de "fazer propaganda socialista!", parece exemplar na medida em que indica não só os limites da tolerância dos setores dominantes à presença das classes subalternas no campo letrado como aponta possíveis direções das resistências que aí se instituem. (AMERICANO, 1957, p. 374-375).

2 Minha atenção para essa polêmica sobre as reformas ortográficas na época foi despertada pelas colocações sobre o tema de FERREIRA (1978, p. 48-53) e HARDMAN (1983, p. 48). No que diz respeito à imprensa operária, ver especialmente **O Amigo do Povo**, de 03/09/1904, e **A Terra Livre**, de 18/08/1907.

3 Ver LOBATO (1944, especialmente p. 176, 308, 323 e 377) e também ANDRADE (1990, p. 64-65 e 82-83). Com relação à revista **O Parafuso**, é importante indicar que, afirmando-se enquanto uma publicação de sucesso da segunda década do século XX, manter-se-ia como um espaço dissidente na imprensa de variedades, construindo um espaço muito mais popular e irreverente do que outras revistas bem sucedidas do período, como **A Vida Moderna** e **A Cigarra**.

O próprio Affonso de Freitas (1929, p. 815), em sua obra de compilação da imprensa paulistana até o ano de 1914, algumas vezes bastante irritado, identifica o aparecimento de "jornalecos escritos no pior portugues e na gíria das ruas", apontando ainda que "felizmente para a gramática e para os bons costumes" tais publicações geralmente tiveram vida efêmera. Aliás, no que diz respeito à percepção desse autor sobre as relações entre escrita e oralidade, é interessante apontar que, se em seus estudos sobre a imprensa exige e avalia com o rigor da norma culta, nos textos sobre o "folclore" valoriza como critério de criatividade e autenticidade a proximidade com a tradição oral. Em seu trabalho *Tradições e Reminiscências Paulistanas* (1955), Freitas busca resgatar "o espírito e a índole" do povo paulista justamente nas tradições orais das cantigas, dos falares das ruas, das gírias, dos folguedos e das quadrinhas populares, as quais tanto o incomodam quando, assimiladas, reelaboradas ou reinventadas pela experiência de grupos sociais urbanos, intrometem-se no universo da norma culta através da imprensa.

No que se refere à reflexão sobre as relações entre as culturas dominantes e as culturas populares no período aqui estudado, seria também interessante aprofundar a discussão a propósito da percepção das relações entre a norma culta e a popular, de intelectuais como Affonso de Freitas e Amadeu Amaral, que ao mesmo tempo que ocuparam importantes postos na imprensa paulistana e na cultura letrada em geral, animam e desenvolvem estudos sobre folclore e as tradições orais em São Paulo. (FREITAS, 1955).

Deter o controle dos desdobramentos dos processos de letramento do povo, impedindo que o domínio dos códigos letrados se articulasse à construção e difusão de projetos anticapitalistas; enfrentar as investidas de projetos libertários representadas pela imprensa operária e por outras iniciativas do movimento, como as Escolas Livres, foram desafios mais explícitos colocados para elites dominantes no interior do próprio campo letrado. No entanto, a análise desses materiais também indica que outras batalhas mais sutis e difusas foram travadas no campo da formação moral do povo. Através de sua articulação às formas lúdicas da experiência social, da maior aproximação com as vivências cotidianas da cidade, da linguagem mais afeita ao falar das ruas, a imprensa cultural e de entretenimento constituiu um campo de demandas que punha em questão as articulações do viver em cidade ao prazer e à diversão. Nas suas páginas, misturados aos novos modos de conceber a cidade propostos pelo mundanismo cosmopolita, temas como o direito à festa, ao cinema, ao parque, às práticas esportivas, ao acesso a espaços e práticas da cultura letrada e artística emergem como demandas que se colocam também no campo social de trabalhadores e outros setores populares.

As tensões entre essas demandas e os projetos moralizadores dos setores dominantes, por um lado, e o projeto revolucionário das vanguardas anarquistas, por outro, colocam-se como tema extremanente promissor para a reflexão sobre as relações culturais no período. A leitura dos diferentes periódicos sugere inúmeros temas que articulam essa problemática. Assim, o contato com as publicações editadas por senhoras das elites paulistanas, como **O Álbum das Meninas** e **A Voz Maternal**, indica inúmeras direções de pesquisa sobre as concepções e práticas que orientavam projetos de moralização dos pobres. A mesma imprensa feminina, exemplificada em títulos como **O Chromo** e **A Mensageira**, ao pugnar por um novo lugar na sociedade e uma nova educação para a mulher, inclusive a mulher pobre, mostra outras direções e tensões daquele processo. Indagada, principalmente, sobre a natureza das lutas e projetos das vanguardas operárias referentes ao universo do trabalho,

a imprensa operária parece ainda ter muito a contar sobre os embates travados no campo da moral e da cultura. Assim também, o questionamento mais detalhado de algumas das revistas domingueiras, como **A Paulicéia** e **Arara**, de jornaizinhos de bairro como **A Folha do Braz**, de pequenas folhas de humor, da imprensa étnica, revelando diferentes projetos, práticas e demandas de diferentes grupos sociais, sugere inúmeros temas sobre esse processo de disputa.

No âmbito deste trabalho é possível apontar que, como no estudo de Zemon Davis (1990, p. 157), que aborda a expansão da cultura impressa na França do século XVI, a pesquisa e reflexão sobre a imprensa tipográfica em São Paulo no final do século XIX e início do século XX indica que a palavra impressa entrou na vida popular "criando novas redes de comunicação, abrindo novas opções para o povo e também oferecendo novas formas de controlá-lo". Mais ainda, a reflexão sobre o processo de disputa no campo letrado caracteriza um movimento de avanço do campo popular. No que diz respeito ao processo mais amplo de formação da metrópole e das culturas urbanas, o movimento de popularização da imprensa indica que os setores populares estavam presentes e imprimiram vários dos sentidos do processo de aburguesamento da vida cultural da cidade de São Paulo naquele período.

Conclusões

CONCLUSÕES:

CULTURA LETRADA MODERNIZAÇÃO x AUTONOMIA

O *boom* da pequena imprensa cultural e de variedades paulistana da virada do século XIX para o XX foi um fenômeno de curta duração.[1] Como em outros centros urbanos do país na mesma época, o crescimento tornou-se possível através da articulação das formas mais artesanais da cultura impressa, então disponíveis, aos processos sociais que constituíam a metrópole. Formulando-se rapidamente segundo as necessidades e forças do mercado, a cidade se transforma e transforma sua imprensa. Como na cidade, onde a modernidade se anuncia através de uma série de novas técnicas e artefatos mecânicos, com as novas máquinas de escrever, impressoras e linotipos, a letra de forma acelera seu ritmo.

A cada dia mais bonitas e aperfeiçoadas, as vinhetas de caixa, em sua maioria de modelo francês, que embelezavam os textos das folhas e revistas, então peças fundamentais das caixas-tipo usadas na composição manual pelos tipógrafos, começam a dar lugar aos clichês na base da zincografia, "que permitiam a reprodução de desenhos documentais como se fora fotografia". A reportagem gráfica e os ilustradores ganham cada vez mais espaço na imprensa e os tipógrafos perdem importância no desenho estético das publicações. Pouco tempo mais tarde, a fotografia e o fotojornalismo se imporiam como linguagem visual das modernas revistas de variedades. Na metade da primeira década, a importação das modernas "máquinas de compor", as linotipos, transformam profundamente o trabalho de composição e a tipografia é projetada na era moderna. No campo da impressão, as grandes novidades são as máquinas rotativas Marinoni, que assumem o lugar dos velhos prelos das tipografias e que, agora, por elas mesmas, "imprimem, cortam e dobram os exemplares dos jornais aos milheiros". (BAHIA, 1990, p. 124).

1 A análise quantitativa das publicações periódicas identificadas através do já citado levantamento realizado por Affonso de Freitas até o ano de 1914 indica um extraordinário aumento do número de publicações na última década do século XIX bem como um significativo declínio a partir do final da primeira década do século XX.

Analisando esse processo de modernização, estudos clássicos sobre a história da imprensa no Brasil, como os de Nelson Werneck Sodré e Juarez Bahia, têm caracterizado a virada do século como uma transição entre o jornalismo artesanal e a imprensa empresarial.

Nesses estudos, a ênfase da explicação histórica recai, quase que exclusivamente, na análise das transformações técnicas dos processos produtivos e das formas organizacionais das empresas jornalísticas. O peso da pesquisa pioneira e cuidadosa de Sodré, a valorização do espaço da grande imprensa e a pouca atenção destinada aos processos de formação/expansão da imprensa operária e outros gêneros de publicações parecem se impor na maioria dos estudos sobre a questão.

Assim, em passagem amplamente citada pelos estudos sobre a imprensa, Sodré (1977, p. 295-315) propõe que

> [...] a passagem do século assinala, no Brasil, a transição da pequena para a grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função [...] [e completa] [...] o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece nas grandes cidades.

É verdade que, quando se privilegia o espaço da grande imprensa, também em São Paulo, a pesquisa indica que as primeiras décadas do século assistiram ao processo de formação e/ou modernização das empresas jornalísticas. Já na virada do século, em alguns dos jornais da imprensa diária, inúmeras inovações técnicas na composição, impressão e circulação começam a se impor.

No espaço de três décadas, os grandes diários paulistas assumiriam novas feições e características. As empresas jornalísticas começam a se estruturar tanto financeira como industrialmente. Separa-se propriedade de direção editorial, formam-se as sociedades anônimas e as empresas associadas. No plano de organização da produção, como coloca Bahia (1990, p. 106), "os editores percebem que, associando o título [de um jornal de prestígio] a um estabelecimento gráfico, resulta daí uma empresa jornalística industrialmente viável e economicamente rentável."

A empresa jornalística recompõe suas formas de financiamento, racionaliza custos, introduz inúmeras inovações mecânicas, aprofunda a divisão de trabalho no interior da oficina gráfica e cria demanda por novas especializações profissionais. Descaracterizando-se enquanto empreendimentos individuais, modernizando suas estruturas de financiamento, produção e circulação, articulando-se à também nascente indústria do reclame, o periodismo empresarial impõe-se e diferencia-se de vez das pequenas folhas tipográficas.

No campo do periodismo paulistano, mais uma vez o processo vivido pelo diário **O Estado de São Paulo**, inclusive pela sua projeção na memória sobre o tema, fornece pistas sobre o ritmo e os caminhos de tal transformação. Fundado em 1875, com a feição de um diário tipográfico – **A Província de São Paulo** –, **O Estado**, a partir de 1890, pro-

metendo abrir suas páginas às várias opiniões e não ser faccioso, mas antes constituir-se como "escola onde entram todos aqueles que sabem soletrar", no espaço de pouco mais de três décadas transformar-se-ia num dos mais modernos jornais do país. (BAHIA, 1990, p. 124). Enfrentando sucessivas crises financeiras até o início do século, a partir de 1907, "impondo-se à palermice e à indiferença do povo analfabeto", o diário, alterando suas estruturas de financiamento, produção e distribuição, firma-se como o mais importante jornal do estado.

É interessante apontar que até a última década o jornal continuaria instalado na sua acanhada sede original na Rua da Imperatriz, depois Quinze de Novembro, junto com a livraria de Abílio Marques e o próprio escritório de negócios de seu diretor, Rangel Pestana. Embora no final da década de 1980 o novo diário já se colocasse na ponta do periodismo paulistano, com uma edição diária de 4 mil exemplares, sua trajetória financeira e comercial nessa fase inicial não foi das mais estáveis. Durante os seus primeiros 20 anos de existência, o jornal experimentou inúmeras dificuldades financeiras, enfrentando déficits, empréstimos, falências de bancos credores, passando por inúmeras dissoluções e reorganizações de sua razão social.

Permanecendo com uma estrutura gráfica e comercial acanhada, semelhante à de outros periódicos da imprensa paulistana, o jornal não conseguia deslanchar. A maior parte de sua renda, proveniente ainda de assinaturas, "todos os anos apresentava uma grande parcela incobrável, a venda avulsa era insignificante, os anúncios poucos e mal pagos, saíam meses seguidos", os problemas de composição e impressão do jornal repetiam-se a cada número. É só com a República, quando é assumido mais decididamente por Júlio de Mesquita, que o diário começa a se modernizar e assumir as características de uma empresa de comunicações.

Na última década do século, o jornal se transforma na Companhia Impressora Paulista, adquire a sua primeira máquina Marinoni e um bom motor, monta uma oficina de obras mais moderna, alarga consideravelmente suas instalações e eleva sua tiragem diária para 7.500 exemplares. Em 1907, a Companhia Impressora dá seu grande salto, transformando-se em sociedade anônima. Integraliza um capital de 350 contos de réis, compra um prelo rotativo, acaba com a composição manual introduzindo a linotipo, abre agências em várias cidades do interior. Sua edição diária, agora com 20 páginas que dão espaço crescente à propaganda, alcança a tiragem de 35 mil exemplares.

Em 1912, com o capital já elevado para 3 mil contos de réis, a empresa adquire um grande terreno à rua 25 de Março, onde constrói suas novas oficinas gráficas, incorpora a seu patrimônio 8 prédios da rua Boa Vista e da Ladeira Porto Geral, encomenda na Europa "uma esplendida Marinoni e modernos linotipos", que a colocam "entre os mais bem aparelhados jornais do país". Sua estrutura de financiamento é totalmente alterada; agora seriam os reclames e a venda avulsa, portanto o inverso da década anterior, os responsáveis pela maior parte de sua renda. Segundo informações de artigo do **Almanaque do Estado de São Paulo**, tais resultados foram alcançados através da adoção de agressivas técnicas europeias e *yankees* de conquista de anunciantes.

Em 1916, depois de organizadas totalmente suas oficinas gráficas, onde funcionava a seção de impressão composta por rotativa, arquivo, seção de obras, esteriotipia plana

e curva, gravura, revisão e seção de remessas, “onde as máquinas imprimiam endereços diretamente nos jornais”, o jornal constrói na mesma rua Boa Vista um belíssimo teatro indicando que seus salões deveriam ser aproveitados para conferências, encontros de interesse da comunidade, reuniões artísticas e representações diversas.

Como aponta um extenso artigo sobre o “grande jornal paulista”, publicado n’**A Vida Moderna**, em 1914, tais progressos despertariam o orgulho das elites letradas paulistanas. No que diz respeito à expansão do periodismo paulistano e suas articulações com o crescimento da cidade, é interessante assinalar que nesse artigo, após recuperar o histórico dos progressos do jornal, o articulista, buscando estabelecer a primazia do periodismo paulistano sobre o da capital federal, cita extensamente um artigo “insuspeito”, publicado num jornal do Rio, onde Paulo Pestana, comparando o crescimento dos principais jornais cariocas ao do **Estadão**, lamenta ser tristemente incontestável

> [...] que a massa de ledores [sic] não aumenta ou aumenta quase insensivelmente aqui [no Rio], ao passo que em S. Paulo tem tido aumento vertiginoso. Há 30 anos, o Estado tinha 4.000 exemplares de edição; tem agora 35.000. A cidade, por seu lado, tinha 20.000 habitantes e tem hoje 400.000; a província de então olharia com espanto para a população triplicada de hoje. E a imigração, em parte, sabia ler; e a instrução pública, cuidada com grande desvelo, amortece cada vez mais o coeficiente do analfabetismo. (A VIDA MODERNA,12/02/1914).

A imprensa diária transforma-se em grande imprensa e alguns diários de estruturas mais sólidas firmam-se enquanto base dos principais conglomerados de comunicação que buscariam estabelecer a hegemonia da palavra impressa no estado.

A partir do final da segunda década, o grupo d’O Estado de São Paulo consolida-se: além de publicar o diário matutino de maior vendagem no estado, assume uma edição da tarde, O Estadinho, e lança a Revista do Brasil. Sua seção de obras assume importância editorial, tornando-se responsável pela confecção de muitas das publicações dos mais variados gêneros que vêm a público no período. Na percepção de Lobato, O Estado é então, “uma curiosa empresa [que] emite galhos, ou rizomas, como certas gramíneas”.[2]

Com o surgimento da Folha da Noite em 1921 e da Folha da Manhã em 1925, o grupo Folhas lança suas bases. Finalmente, com a fundação do Diário da Noite em 1925 e do Diário de São Paulo em 1929, os Diários Associados estabelecem-se em São Paulo. (TACHNER, 1992, p. 25-51).

No entanto, a forte ênfase da literatura sobre a história da imprensa nas transformações técnicas da estrutura de produção da imprensa nesse período tem ofuscado dimensões importantes desse processo. Para além das mudanças mais visíveis com relação às técnicas de produção e circulação dos veículos e da organização e composição dos capitais das empresas, importa também destacar as transformações na natureza das relações sociais articuladas no e pelo periodismo.

---

2 Na previsão do autor, **A Revista do Brasil** seria um galho d’**O Estado** que acabaria autônomo, assim como O Estadinho, “seu galho travesso e garoto”, e também **O Queixoso.** (LOBATO, 1944, p. 301).

Primeiro, há que enriquecer a própria análise do processo de transformação da grande imprensa buscando examinar as múltiplas tensões sociais que ele revela. A identificação de disputas e conflitos nas redações e nas oficinas gráficas sugere inúmeras direções desse processo. Saindo do terreno exclusivo da grande imprensa e focalizando o espaço mais amplo do periodismo, há que se discutir a natureza dos caminhos sociais e o alcance do processo de afirmação da hegemonia das grandes empresas jornalísticas na época. Refletir sobre os embates e resistências que tais caminhos sugerem revela outras nuances desse processo.

Deve-se destacar que, na formação das empresas jornalísticas, as articulações entre o periodismo e a cidade letrada se transformam. O jornalismo profissionaliza-se. No processo de constituição da "grande imprensa", o jornalismo emerge como uma via vigorosa de profissionalização para os homens de letras. Em São Paulo, assim como na imprensa carioca, muitos literatos encontram nas empresas jornalísticas um novo espaço de trabalho. Na pesquisa, já em 1909, nos deparamos com um Monteiro Lobato que se surpreende pagando dois meses do aluguel da casa com os 40$000 que recebe por uma série de artigos para a Tribuna de Santos: "Pagar a casa com escritos – que maravilha, hein!" Estranha o fato "de ganhar dinheiro com o que nos sai da cabeça. Vender pensamentos próprios ou alheios [...]", mas que na década seguinte, com preocupações sobre estratégias de comercialização e vendagem de periódicos e livros, transforma-se em seu próprio patrão, "dono de revista" e editor, assumindo que então seus negócios "cifram-se nuns dinheiros a juros" e que sua presença na campanha pró-saneamento no Estado de São Paulo "popularizou muito a marca Monteiro Lobato". (LOBATO, 1944, p. 162-176 e 375).

Na mesma época, em importantes jornais e revistas paulistanos, sobressaem-se também nomes como o de Amadeu Amaral, que colaborou ainda em inúmeros periódicos cariocas e, durante algum tempo, foi o poderoso editor d'O Estado; Oswald de Andrade, que, além de trabalhar nos jornais diários, durante algum tempo transforma-se em dono da revista O Pirralho, cujo arrendamento lhe proporciona 10 contos de réis (e ele, pela primeira vez, embarca para a Europa); Guilherme de Almeida, Vicente de Carvalho e Menotti del Picchia, entre outros.

A colaboração fixa em diários e revistas coloca-se como um posto de trabalho almejado por importantes literatos no período e, para alguns intelectuais, passou mesmo a significar a diferença entre emprego e desemprego. Sobre essa situação, é interessante acompanhar o relato de Oswald de Andrade (1990, p. 119) quando, em 1918, informa que:

> Nesse momento vejo a aflição de Léo Vaz que não encontra emprego. Eu tenho dois, o do "Jornal do Comércio", edição de São Paulo, onde faço "Sociais", e que me dá 250 mil-réis mensais, e o da "Gazeta", donde retiro cem mil-réis. Sem hesitar, ofereço o da "Gazeta" a Léo, que aceita e passa a ser jornalista, sob as ordens de Cásper Líbero.

Nesse novo mercado letrado, a estabilidade no emprego e o pagamento dos artigos e colaborações passam a ser regidos pelo prestígio e repercussão do autor com o público. Por seu turno, tal repercussão, assim como a dos produtos da nascente indústria paulista que ganham popularidade através da propaganda dos periódicos, passa, em grande medida, a

depender de sua presença nas publicações periódicas de maior circulação. Como aponta Flora Sussekind (1984, p. 74), "Além de ampliar o número de interlocutores para o texto literário, a colaboração na imprensa se apresentava, no período, como a única trilha concreta em direção à profissionalização para os escritores."

A imprensa consolida seu predomínio sobre a produção literária. Novas formas de contar, temáticas e modos de escrita emergem deste mergulho da produção ficcional no periodismo.

Várias indicações permitem propor que os literatos vivenciaram de forma tensa e contraditória essas novas condições de profissionalização e de produção cultural. Se, por um lado, entusiasmam-se frente às possibilidades profissionais mais estáveis, em que as contas dos aluguéis e do armazém podem ser pagas por artigos, por outro, reagem às formas de controle e padronização impostas pela nova configuração empresarial da imprensa.

As constantes reclamações contra cortes, estilos e privilégios identificados na nova situação profissional parecem conviver com a constatação de que, fora desse ambiente hegemonizado pela empresa jornalística, não existiam muitas saídas. Assim, se em um momento identifica-se um Lobato extremamente indignado frente à recusa de um texto de seu amigo Godofredo Rangel pela "pandilha do Estado", reclamando que "o jornal sufoca todas as tentativas de literatura, com os seus reporters analfabetos, com a sua meia língua engalicada, com os seus críticos de camaradagem ou de passa cá 5 mil-réis", em outro momento o surpreendemos propondo a Godofredo que aderisse à **Revista do Brasil**, "que pelos modos vai ser coisa de pegar, como tudo o que brota do **Estado**, empresa sólida e rizomática." (LOBATO, 1944, 292 e 308). Não se transformar num Zé Correto, personagem por meio do qual Lobato ironiza o jornalista que se acomoda e responde passivamente às pressões e limites impostos pelos grandes diários, e ao mesmo tempo permanecer nos circuitos da grande imprensa parece ter sido um desafio enfrentado por grande parte dos literatos no período.

Nessa direção é interessante destacar o estudo anteriormente mencionado de Flora Sussekind, que, lançando mão de obras de ficção e memórias de importantes literatos, principalmente cariocas, reflete sobre as tensões emergentes das novas condições de produção e difusão da produção literária. Assinalando a hegemonia da imprensa na produção cultural brasileira na época, a autora busca refletir sobre as diferentes respostas dos homens de letras às pressões dos novos sistemas de controle e padronização impostos pela nova configuração empresarial da cultura impressa. Nas páginas de seu trabalho, identificamos um Coelho Neto indignado com a padronização e com as novas formas de controle do que se publica nos jornais que "não tem o visto da inquisição, mas tem o visto do redator-chefe"; um Bilac irônico diante dos novos gêneros jornalísticos, como a reportagem e a crônica mundana; um João do Rio aberto ao diálogo com as novas formas de contar da imprensa; um Lima Barreto crítico às novas relações de poder na imprensa, porém receptivo às novas linguagens. (SUSSEKIND, 1987).

As diversas tentativas de serem ainda donos de jornal ou revista – que, novamente, tem sua identificação mais clara na figura de Lobato, mas também anima outros literatos, como Oswald de Andrade e, nos anos 1920, empolgaria todo o grupo modernista – devem também ser avaliadas sob a ótica da resistência/tensão com as novas condições de produção emergentes a partir da formação das empresas jornalísticas.

Mas não foram só os literatos que viram suas condições profissionais e de produtores da cultura alteradas pela emergência das formas empresariais do periodismo. Setor pouco lembrado quando se fala da cultura letrada, os trabalhadores gráficos também têm experiências e histórias a contar sobre esse período.

A expansão do jornalismo empresarial e a mecanização dos trabalhos nas oficinas gráficas iriam paulatinamente transformando as condições de trabalho e de organização da categoria. Já no início do século XX, as pautas de reivindicações das recorrentes greves desses trabalhadores demonstram que, com a mecanização da produção e as alterações na divisão e nas hierarquias de trabalho no interior das oficinas gráficas das novas empresas jornalísticas, os trabalhadores gráficos iriam perdendo seu poder no interior da estrutura de produção do jornal e no desenho das publicações. O jornalista distancia-se do tipógrafo e a redação, da gráfica. Nos diários da grande imprensa, conflitos entre os trabalhadores intelectuais da redação – representados pelos editores, colaboradores e repórteres – e o setor de composição sinalizam movimentos de resistência dos setores mais intelectualizados da categoria. Nas páginas do jornal da UTG, durante os anos de 1905 e 1906, são recorrentes os comentários irônicos dos gráficos sobre a qualificação e o talento dos novos repórteres. (O TRABALHADOR GRÁFICO, 1905).

No exame dos movimentos grevistas do período destacam-se as denúncias de demissões arbitrárias nas oficinas, de admissão de aprendizes em prejuízo dos oficiais de arte, de arbitrariedade dos poderosos mestres ou gerentes das grandes oficinas. Nas folhas d'O Trabalhador Gráfico são recorrentes as reclamações sobre a chegada diária na capital de tipógrafos compositores de outros estados, "atraídos pela publicação de novos diários", a diminuição dos salários e "a situação desoladora em que se acham os tipógrafos desempregados nesta capital". "Colegas não vindes a São Paulo, onde vos esperam apenas disilusões e miséria!" – o apelo de um manifesto da UTG, de junho de 1905, que torna visível a reestruturação da produção gráfica, a grave situação da categoria no mercado de trabalho e a falta de propostas mais afirmativas das lideranças frente às novas condições de trabalho da categoria. (O TRABALHADOR GRÁFICO, 12/06/1905).

A introdução progressiva das linotipos nas oficinas gráficas dos jornais paulistanos a partir de 1907 parece ter sido um elemento decisivo na desarticulação dos gráficos nesse período. Embora em seu trabalho de conscientização a UTG, assim como a Confederação Operária Brasileira (COB), buscasse combater algumas formas de luta tidas como ineficazes, propostas pelos compositores tipógrafos da base, tais como a quebra das novas máquinas ou o veto à associação sindical aos operadores das novas máquinas de compor, a introdução das linotipos é experimentada como o sinal da ruína da classe. A intensa rivalidade que se estabelece entre linotipistas e tipógrafos compositores enfraquece as bases da organização da categoria.[3]

Ocupados em rearticular os diversos setores da categoria, com sua posição enfraquecida num mercado de trabalho invadido por novas e crescentes levas de aprendizes, sofrendo a concorrência das associações beneficentes que são formadas pelas novas empresas jornalísticas, os gráficos perdem espaço como produtores da cultura impressa. Em São Paulo, a desarticulação do saber-fazer desses trabalhadores e das condições de trabalho da tipografia parece ter custado à UTG mais de uma década de luta. No plano mais geral da

3 Sobre o processo de introdução das linotipos nessa época e suas repercussões no movimento organizativo da categoria, ver o interessante artigo de VITORINO (1989, p. 31-33).

cultura impressa paulistana, tal desarticulação, desqualificando os gráficos enquanto produtores da cultura impressa, sinaliza uma dimensão importante do processo de afirmação da norma culta sobre os terrenos populares.[4]

Através dos novos jornais e revistas, os circuitos de difusão da imprensa periódica ampliam-se e as relações entre os grupos produtores e o público leitor redefinem-se. Nos novos veículos, o controle dos conteúdos e formas de contar escapam de maneira progressiva das mãos dos produtores diretos. Tais conteúdos e formas, anteriormente mais articulados no interior da prática social de associações culturais, clubes ou mesmo de grupos de literatos independentes, passam a ser concebidos e definidos no interior da estrutura da redação das novas empresas jornalísticas sob a batuta do redator-chefe. Os pequenos jornais e revistas sentem a concorrência dos novos veículos e os pequenos grupos de redatores/proprietários encontram dificuldades crescentes em manter publicações.

Agora, alguns doutores-literatos, com o concurso de capitais das classes produtoras, estabelecendo-se enquanto proprietários e donos de jornais, confrontam-se com outros literatos, nem todos doutores, na posição de empregados das empresas jornalísticas. De forma tensa, os literatos têm sua produção submetida a controles bastante diferentes dos que experimentaram no interior da pequena imprensa do início da década. Membros menos prestigiados das camadas letradas, assumindo os novos postos da estrutura da redação das empresas jornalísticas, como repórteres e revisores, distanciam-se cada vez mais da autonomia do jornalismo exercido nas pequenas folhas e revistas.

Com a crescente mecanização das oficinas gráficas, os tipógrafos e trabalhadores gráficos, assistindo à progressiva desqualificação de seu ofício, perdem importância no desenho das novas publicações. Os grupos produtores diferenciam-se e distanciam-se cada vez mais do círculo de leitores. Estes assumem cada vez mais a feição de público anônimo. O diálogo entre o jornalista e o público transforma-se, segundo Lobato (1944, p. 281), num “solilóquio no ermo”.

No entanto, importa destacar que a vitalidade da imprensa operária paulistana que continua a ser editada na segunda década do século XX parece ser testemunha da resistência de projetos populares no campo de luta da cultura letrada. Aliás, no estudo das relações culturais no período, parece urgente encaminhar pesquisas que respondam a indagações sobre os significados sociais da continuidade da rica imprensa operária e outras iniciativas do periodismo autônomo na década de 1920. Se os contínuos reclamos dessa mesma imprensa sobre a penetração dos temas e projetos da imprensa burguesa nos meios operários sinalizam para as dificuldades sentidas frente à desigualdade das condições de produção e difusão da cultura impressa e a força das novas formas de contar da empresa jornalística, sua continuidade e força junto ao movimento apontam outras direções.

Não há dúvida de que as possibilidades de articulação mais autônoma de projetos culturais contidas no jornalismo tipográfico diminuem drasticamente. As mudanças aceleradas dos meios de produção e difusão da cultura impressa muito rapidamente transformaram em passado algumas das possibilidades representadas por aquele jornalismo.

---

4 O primeiro número da segunda fase d’**O Trabalhador Gráfico** só vem a público em julho de 1920. O acompanhamento das lutas da UTG nesse período indica todo um esforço para rearticular a adesão massiva da categoria ao sindicato.

Nas décadas seguintes, alguns poucos grupos editoriais passam a ser responsáveis pela grande maioria dos periódicos lidos na cidade. Submetendo o jornalismo a novas formas de controle, diminuindo a presença dos gráficos na definição das formas e conteúdos dos novos veículos, obedecendo cada vez mais aos ditames de uma linha editorial e ao poder dos anunciantes, roubando o público das folhas domingueiras, dos pequenos jornais de bairro e associações, incorporando e rearticulando interesses e tradições por eles formulados, algumas poucas empresas jornalísticas agora projetam sobre a cidade sua própria leitura da vida urbana. No entanto, a continuidade de projetos mais diretamente articulados às práticas sociais, exemplificadas em importantes títulos de periódicos científicos e culturais, jornais de bairro e, principalmente, nos títulos da imprensa operária, propõe outras leituras para a dinâmica e resultados desse processo de disputa entre a(s) cultura(s) da(s) elite(s) e a(s) cultura(s) popular(es) no período.

Referências

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALMEIDA JR., A. A Faculdade de Direito e a cidade de São Paulo. In: *A cidade de São Paulo.* São Paulo: Imprensa d'O Estado de São Paulo, 1954.

AMARAL, Antonio B. do. Nossas revistas de cultura: ensaio histórico- literário. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 174, p. 125-175, jul./set. 1968.

AMARAL, Aracy. *Artes plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *A vitória da Razão(?)*: o Idort e a Sociedade Paulista. São Paulo: Marco Zero; CNPq, 1983.

ANTUNES, Benedito. *Juó Bananére*: as cartas d'Abaxio Pigues. São Paulo: Editora Unesp,1998.

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. *Cadernos AEL 1*: Operários e anarquistas fazendo teatro. Campinas, 1° semestre 1992.

AZEVEDO, Aroldo. *A cidade de São Paulo*: estudos de geografia urbana. v. III. São Paulo: São Paulo Editora, 1958. (Coleção Brasiliana).

______. *Subúrbios orientais de São Paulo*. 1945. Tese (Doutorado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1945.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Ática, 1990.

BALCÃO, Lier Ferreira. *A cidade das reclamações*: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900/1913). 1998. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

BARREIRO, José Carlos. Instituições, trabalho e luta de classes no Brasil do século XIX. In: *Revista Brasileira de História*: Instituições, São Paulo: Marco Zero; Anpuh, v. VII, n. 14, mar./ago. 1987.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*: o contexto de F. Rabelais. São Paulo; Barsília: Hucitec; UNB, 1987.

BELLUZZO, Ana Maria de M. *Voltolino e as raízes do Modernismo*. São Paulo: Marco Zero, 1992.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

______. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERNARDEZ, Manuel. *El Brasil*. Buenos Aires: Ortega y Radeli Ed., 1908.

BERNARDO, Teresinha. *Memória em branco e negro*: olhares sobre São Paulo. São Paulo: EDUC; Editora Unesp,1998.

BOLLE, Willi. A Cidade como Escrita. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O direito à memória*: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura; Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas.* São Paulo: Perspectiva, 1987.

______. *Dialética da Colonização.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

______. El descubrimiento de la cultura popular. In: SAMUEL, Raphael (Ed.). *Historia popular e teoria socialista*. Barcelona: Grijalbo, 1984. p. 78-92.

CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A imprensa periódica como objetivo e instrumento de trabalho*. 1976. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976.

______. *Introdução à edição facsimilar dos primeiros almanaques de São Paulo – 1857 e 1858*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1983.

CÂNDIDO, Antônio. Letras e idéias no Brasil Colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* v. II. A Época Colonial. Rio de Janeiro: Difel, 1968.

CARMO, Maurício Martins do. *Paulicéia Scugliambada, Paulicéia Desvairada*: Motivos italianos em Juó Bananére e nos primeiros modernistas de São Paulo. 1996. Tese (Mestrado em Letras)–Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1996.

CARVALHO, Laerte Ramos de. Ação missionária e educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. v. I. A Época Colonial. São Paulo: Difel, 1972.

CARVALHO, José Murilo. *A Escola de Minas de Ouro Preto*. São Paulo: Nacional; Finep, 1978.

______. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

______. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ______. *História da vida privada*. v. 3. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

______. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

______. (Org.). *Les usages de L' Imprimé.* Paris: Fayard, 1987.

CHAUÍ, Marilena. *O nacional e o popular na cultura brasileira*: seminários. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHESNEAUX, Jean. *Du passé, faisons table-rage?* Paris: Masperó, 1976.

CHOAY, Françoaise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CLARKE, John; RICHARD, John. *Working class culture, studies in History and Theory*. London: Hutchinson P. Group, 1980.

CRUZ, Heloísa de Faria. Mercado e Polícia – São Paulo, 1880/1915. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 115-130, mar./ago. 1987.

______. *Trabalhadores em serviços*: dominação e resistência (São Paulo - 1900/1920). São Paulo: Marco Zero; CNPq, 1991.

______. (Org.). *São Paulo em Revista*: catálogo da imprensa cultural e de variedades paulistanas (1870-1930). São Paulo: Arquivo do Estado; CEDIC, 1997.

CUNHA, Maria Clementina. *O espelho do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DANTAS, Robson Norberto. *A Revista do Brasil (1916-1925) e os homens-bandeiras*: construindo a unidade linguística. 1997. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

______. *Edição e Sedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

______. *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

DECCA, Maria Auxiliadora. *A vida fora das fábricas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEL FIORENTINO, Teresinha Aparecida. *Prosa de ficção em São Paulo*: produção e consumo. São Paulo: Hucitec; SEC, 1982.

DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUARTE, Paulo. Amadeu Amaral. In: MARAL, Amadeu. *Tradições Populares*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

______. Cento e vinte sete anos de imprensa paulista. In: *Coletânea A Cidade de São Paulo.* São Paulo: Imprensa d'O Estado de São Paulo, 1954.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1976.

FENELON, Déa Ribeiro. Trabalho, cultura e História Social: perspectivas de investigações. *Projeto História*: Revista da Pós-Graduação em História da PUC/SP, n. 4, 1985.

______. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História & Perspectiva*: Universidade Federal de Uberlândia, n. 6, jan./jun. 1992.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil*: 1880/1910. Petrópolis: Vozes, 1978.

HARDMAN, F. F.; LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982.

HARDMAN, F. F. *Nem pátria, nem patrão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREITAS, Affonso A. de. A imprensa periódica desde os seus primórdios em 1823 até 1914. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, n. 27, p. 7-42, 1929.

GALLOTA, Brás Ciro. *O Parafuso*: humor e crítica na imprensa paulistana (1915/1921). Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

GAY, Peter. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GITAHY, Maria Lucia C. *Ventos do mar*. São Paulo: Unesp, 1992.

GIUSEPPINA, Sferra. *Anarquismo e anarcossindicalismo.* São Paulo: Ática, 1987.

GUELFI, Maria Lúcia Fernandes. *Novíssima*: estética e ideologia na década de vinte. São Paulo: IEB-USP, 1987.

GUIMARÃES,B. in *Rosaura, a Enjeitada.* Citado em Bruno, 1981,p.64

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. Notas sobre la desconstrucción del popular. In: SAMUEL, Raphael (Ed.). *História popular e teoria socialista.* Barcelona: Editorial Crítica, Grijalbo, 1984. p. 93-109.

HOBSBAWN, Eric J. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOGGART, R. *The uses of litteracy.* Londres: Penguin Books, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editora da UNB, 1963.

HOLSON, James. *A cidade modernista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOUAISS, Antônio. Língua e realidade social. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*: IEB-USP, São Paulo, n. 22, 1980.

HUNT, Lynn. *A nova História Cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KHOURY, Yara Aoun. *Edgard Leuenroth*: uma voz libertária – imprensa, memória e militância anarco-sindicalista. 1988. Tese (Doutorado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988.

KLINTOWITZ, Jacob. *A arte do comércio*: São Paulo 1900/1930. v. I. São Paulo: Senac, 1988.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato*: empresário, trabalhador intelectual e ideológico da indústria do livro no Brasil. 1978. Tese (Mestrado)–Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1978.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989.

KRUCHIN, Samuel. Modernismo e cidade: o sentido do urbano nas três primeiras décadas. *Espaço e Debates*, São Paulo, ano VI, v. 3, n. 19, 1986.

LE GOFF, Jacques (Org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *Espelho de mulher*: Revista Feminina (1916-1925). 1991. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1991.

LIMA, Yone Soares. *A ilustração na produção literária*: São Paulo/década de vinte. São Paulo: IEB/USP, 1985.

LIPOVETSKY, Giles. *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LOVE, Joseph. *A locomotiva*: São Paulo na federação brasileira (1889/1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MACHADO NETO, Antônio Luis. *Estrutura social da República das letras*: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930. São Paulo: Grijaldo; Edusp, 1973.

MAGNANI, Sílvia. *O movimento anarquista em São Paulo.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina:* os colégios das irmãs de São José de Chamberry - 1859/1919. 1988. Tese (Doutorado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo, povoamento e população (1750/1850)*. São Paulo: Edusp, 1973.

MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura na província de São Paulo*: a pluralidade de um espaço esquecido. 1990. Tese (Mestrado)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990.

MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo*: o empresário e a empresa. São Paulo: Hucitec, 1976.

MATOS, Olgária C. F. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 7, p. 45-52, 1982.

MELLO E SOUZA, Claudio. A imprensa aprende a rir com o diabo. In: *Impressões do Brasil*: a imprensa brasileira através dos tempos (rádio, jornal e televisão). Rio de Janeiro: Praxis Artes Gráficas, 1986.

MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo.* São Paulo: Difel, 1970.

MUNFORD, Lewis. *A Cidade na História*. v. I. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1965.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOBRE, J. F. *História da imprensa de São Paulo*. São Paulo: Leia, 1950.

PEREIRA, Lauro Ávila. *Imprensa e populismo*: Última Hora no segundo governo Vargas – 1951-1954. 1996. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996

PEREIRA, Maria Stella A. L. *A imprensa periódica e a literatura em São Paulo (1833/1922)*. 1976. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976.

PINTO, Maria Inês Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência*. 1985. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1985.

PRADO, Alice da Silva. *Um modelo pedagógico para a República*: práticas educacionais da escola americana em São Paulo – 1870/1915. 1999. Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos.* São Paulo: Brasiliense, 1957.

PRADO, Maria Lígia; CAPELATO, Maria Helena. *O bravo matutino*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*: utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAMOS, Ricardo. *Do reclame à comunicação*. São Paulo: Atual, 1985.

RASNI – *Relatório Apresentado ao Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo pelo Diretor da Repartição de Estatística.* São Paulo, 1894.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo: Marco Zero; Anpuh.

Cultura e Cidades, n. 8-9, 1985; *Cultura e Linguagem*, n. 12,1987; *Instituições*, n. 13, 1987.

RIBEIRO, Maria Alice R. et al. *Trabalhadores urbanos e ensino profissional*. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

ROLNICK, Raquel. *Cada um no seu lugar.* 1981. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1981.

______. De como São Paulo virou capital do capital. In: VALLADARES, Licia do Prado (Org.). *Debates urbanos 3*: repensando a habitação no Brasil. Rio de Janeiro, 1982.

______. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, L. (Org.). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. *Enciclopédia Finaudi 8ª (Região)*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.

ROSSI, Nelson. A realidade linguística brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo: IEB-USP, n. 22, 1980.

SAMUEL, Raphael (Org.). *História Popular y Teoria Socialista*. Barcelona: Crítica; Grijalbo, 1984.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano*: São Paulo e pobreza (1890/1915). São Paulo: Aannablume; FAPESP,1998.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. *Revista Terra Livre*, São Paulo, Marco Zero; AGB, n. 5, 1988. (O Espaço em Questão).

SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle*: política e cultura. São Paulo: Unicamp; Companhia das Letras, 1988.

SCHWARCZ, Liliam Moritz. *O espetáculo das raças.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE SÃO PAULO. *Os jornais de bairro na cidade de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1985.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na primeira República. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

______. *Orfeu extático na métropole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Eduardo. *Queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo, 1554/1880*: discurso ideológico e organização espacial. 1981. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1981.

SILVA, Marcos A. da. O trabalho da linguagem. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh; Marco Zero, v. 6, n. 11, p. 45-61, set. 1985/fev. 1986.

______. *Caricata República*: Zé Povo e o Brasil. São Paulo: CNPq; Marco Zero, 1990.

SILVA, Zélia Lopes. A cultura popular nas artes plásticas: estudo da obra de Tarsila do Amaral de 1923 a 1938. *História*, São Paulo: Unesp, n. 11, p. 121-135, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TACHNER, Gisela. *Folhas ao vento*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

______. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

______. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Critica, 1979.

______. *Customs in common.* Nova Iorque: New Press, 1991.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIEIRA, Maria do Pilar et al. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.

VITORINO, Artur José R. Classe contra classe: tipográfos e linotipistas. *Revista Trabalhadores*, Campinas: Prefeitura Municipal; SCET, n. 4, 1989. (Fábrica e Cidade).

VOVELLE, Michel. *Ideologia e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

______. *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

______. *Culture and society (1780/1950).* Nova Iorque: Harper X Row, 1966.

FONTES:
MEMÓRIAS E RELATOS

AMARAL, Amadeu. *Tradições Populares*. São Paulo: Ipê, 1948.

______. (Sob o pseudônimo de Felício Trancoso). *Memorial de um passageiro de bonde*. São Paulo: Hucitec, 1982.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1853/1915)*. São Paulo: Saraiva, 1957.

ANDRADE, Oswald. *Um homem sem profissão*. São Paulo: Ed. Globo, 1990.

BINZER, Ina Von. *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo: Anhembi, 1956.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiróz; Edusp, 1987.

BRUNO, Ernani da Silva (Org.). *Memória da cidade de São Paulo*: depoimentos de moradores e visitantes (1553/1958). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento do Patrimônio Histórico, 1981.

______. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

CANDIDO, Antônio. *Teresina, etc*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DENIS, Pierre. *Le Brésil au XXéme siécle*. Paris: Armand Collin, 1911.

FREITAS, Affonso A. de. *Tradições e reminiscências paulistanas*. São Paulo: Martins, 1955.

GATTAI, Zélia. *Anarquistas Graças a Deus*. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.

LEITE, Miriam Moreira (Org.) *A condição feminina no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Pró-Memória, 1984.

LEUENROTH, Edgard. *A organização dos jornalistas brasileiros (1908/1951)*. São Paulo: COM-Arte, 1987.

LEVASSEUR, E. E. et. al. *Le Brésil*. Paris: H. Lemirault, 1889.

LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Edição da Revista do Brasil, 1919. p. 27-28.

______. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944.

MACHADO, A. de Alcântara. *Novelas paulistanas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

MOTA, Cássio. *Cesário Mota e seu tempo*. São Paulo: Indústria Gráfica João Bentivega, 1947.

MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de outrora*. Belo Horizonte: Itatiaia; USP, 1980.

NOGUEIRA, Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências. São Paulo: Saraiva, 1977.

SANT'ANA, Nuto. *São Paulo Histórico*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937. p. 44.

TÁCITO, Hilário. *Madame Pommery*. v. 6. São Paulo: Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1977.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860/1861)*. São Paulo: Martins, 1953.

ALMANAQUES

Almanach da Antarctica (1905).
Almanach da Província de São Paulo para o ano de 1873. São Paulo: Typografia Americana, 1873.
Almanach d' O Estado de São Paulo para o ano de 1916. São Paulo: Seção de Obras d'O Estado de São Paulo; IEB, 1917.
Almanach Lamaert. Rio de Janeiro.
Almanach Litterário Paulista
Almanaque Administrativo, Comercial e Industrial da Província de São Paulo. São Paulo: Jorge Seckler; IEB, 1884.
Almanaque Histórico Literário de São Paulo (1896 e 1903).
Almanaque Mellilo para o ano de 1904. São Paulo: Mellili & Cia. Livreiros e Editores; IEB, 1905.
Almanaque Paulista Illustrado (1896)
Almanaque da Província de São Paulo para o ano de 1884. São Paulo: Seckler; IEB, 1884.
Novo Almanaque de São Paulo (1885 a 1887).

JORNAIS E REVISTAS

- Álbum das Meninas (1898/1900)
- O Alfinete (1915)
- O Amigo do Povo (1902)
- Anima e Vita (1905)
- Antarctica Illustrada (1902/1904)

- A Arara (1905/1907)
- O Aspirante (1889)
- Aurora (1905)
- Avanti (1900)
- O Bandeirante (1900)
- Beija-Flor (1899)
- A Bicycleta (1896)
- O Binóculo 1905)
- Ao Boccacio (1885)
- A Bohemia (1896/1900)
- O Boi (1897)
- O Brasil (1897)
- O Braz (1895)
- Braz-São Paulo (1902)
- O Bromofórmio (1906/1907)
- O Buraco (1895)
- O Caixeiro (1894)
- A Camélia (1890)
- O Canudo (1897)
- Capital Paulista(1899/1902)
- O Cara Dura (1901)
- O Chapeleiro (1903)
- A Chimaphylla Alba (1898)
- O Chromo (1901)
- A Cigana (1922)
- A Cigarra (1914/1920)
- A Cigarra Sportiva (1917)
- Comércio do Braz (1905)
- Correio Paulistano (1854)
- A Crença (1873)
- Deutsch-Zeitung (1897)
- Diário do Brás (1914)
- O Discípulo (1884/1887)
- O Domingo (1886)
- O Echo (1906/1908)
- O Echo Fonografico (1902/1905)
- Echo Portuguez (1897)
- Ensaio Litterario (1879)
- Ensaios Litterarios do Atheneo Paulistano (1856)
- Educação (1902/1903)
- O Estímulo (1907/1914)
- A Faísca (1909)
- A Família (1888/1889)
- A Farpa (1887)
- A Fita - 1915
- A Folha do Braz (1899)
- O Gaiato (1905)
- A Gaita (1895)
- O Garoto (1900/1901)
- O Gasparinho (1893)
- Gil-Braz (1903)
- O Grito dos Pobres (1889)
- Holophote (1894)
- Ideal Sport (1905)
- A Illustração Paulista (1910/1912)
- A Imprensa (1916)

- O Internacional (1906)
- O Intervallo (1905)
- O Jornal Annuncio (1901)
- Jornal da Casa Barcelos (1897)
- Jornal das Damas (1890)
- O Jovem Escolar (1895)
- Klaxon (1922/1923)
- O Labaro (1902)
- O Livre Pensador (1909)
- A Lua - 1910
- O Lusitano (1908)
- O Lyrico (1903)
- O Mao (1898)
- Al Manarat (1901)
- A Mariposa (1897)
- O Menelick (1915)
- A Mensageira (1897/1900)
- Mignon (1908)
- O Mosquito (1901)
- Al-Munazer (1900)
- Nenê (1906)
- A Nova Cruz (1905/1910)
- O Observador Constitucional (1829)
- Ondina (1901)
- O Palco Illustrado (1908)
- A Pandereta (1894)
- Panóplia (1917/1919)
- Papel e Tinta (1920/1921)
- O Parafuso (1915/1922)
- A Pátria (1890)
- A Paulicéia (1888)
- A Paulicéia (1896)
- A Propaganda (1906)
- A Phenix (1901)
- O Pica-Pau (1908)
- O Pirralho (1911/1918)
- A Platéa (1888)
- O Polichinello (1876)
- A Porta Larga (1883)
- O Porvir (1904)
- O Prelúdio (1906/1907)
- Progresso do Bexiga (1902)
- A Propaganda (1906)
- O Propugnador (1907)
- O Queixoso (1916)
- Revista do Brasil (1916/1915)
- Revista Feminina (1915)
- A Ribalta (1913)
- A Rolha (1918)
- A Scena (1904/1905)
- São Paulo Illustrado (1903/1904)
- São Paulo Sportivo (1892)
- Semana Paulista (1908)
- A Sereia (1902)
- O Smart (1910)
- Sportman (1906)

- O Sul Americano (1907)
- A Tarde Illustrada (1896)
- Telescopio (1907)
- A Terra Livre (1905)
- A Tesoura (1895)
- O Theatro (1905)
- O Trabalhador do Livro (1898)
- O Trabalhador Gráfico (1905-1906)
- A Tribuna da Lapa (1911)
- O Vaga Lume (1908)
- A Vanguarda (1911)
- Victor Hugo (1887)
- Vida Moderna (1907/1925)
- Vida Paulista (1903)
- A Vida Sportiva (1903/1904)
- La Voz de España (1901)
- A Voz do Trabalhador (1908/1915)
- A Voz Maternal (1903/1905)

HELOISA DE FARIA CRUZ

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas e graduada pela University of Wisconsin, é professora do Programa de Pós-Graduação e do Curso de Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) desde 1986 e, atualmente, coordena o CEDIC – Centro de Documentação da mesma Universidade.

Atua também como orientadora de mestrado e doutorado e é pesquisadora com bolsa produtividade do CNPQ. Coordenou e coordena projetos de pesquisa nas seguintes áreas temáticas: História da Imprensa, Cidade e Culturas Urbanas, Memória, Patrimônio e Documentação, História do Trabalho e dos Trabalhadores e Ensino de História.

No ensino básico, foi professora de História da Rede Estadual de São Paulo, coordenou projetos de formação de professores e de educação continuada na área de ensino da História e foi Secretária de Educação do Município de Guarulhos entre 2003 e 2007.

Publicações

Dentre artigos e livros publicados, estão *Os trabalhadores em serviços: dominação e resistência - São Paulo, 1900/1920* (1991); "A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo, 1890/1915", publicado no *Projeto História*, da PUC-SP, em 1996; *São Paulo*

em revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedades paulistana, 1870/1930 (1997); *Discutindo a Memória e ensinando a História: uma experiência de educação continuada na PUC-SP* (1998); "A imprensa paulistana: do primeiro jornal aos anos 50", publicado no segundo volume do livro *História da cidade de São Paulo*, organizado por Paula Porta (2004); "No avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da Imprensa", publicado na revista *História & Perspectivas*, da Universidade Federal de Uberlândia (2008); "Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa", publicado no *Projeto História* da PUC-SP (2008).

E-mail para contato com a autora: cruzhelo@uol.com.br